



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 213

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA GERAL	4137
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	4137
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	4144

TAQUIGRAFIA

ATA DA 66ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Em 05 de dezembro de 2017

Presidência do Sr.

EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice-Presidente

Secretariado Pelo Sr.

AIRTON GURGACZ - Deputado

(Às 19 horas e 24 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior, Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Lazinho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Anderson do Singeperon (PV), Jean Oliveira (PMDB), Laerte Gomes (PSDB), Lebrão (PMDB), Marcelino Tenório (PRP) e Rosângela Donadon (PMDB).

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Sob a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta 66ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário Ad Hoc) – Peço a dispensa da leitura da Ata, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior, E determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passemos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário proceder a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 185/2017 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, OFÍCIO 0926/17. Autoriza o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a conceder incentivo financeiro à pessoa física, nacional ou estrangeira, que desenvolva ou que atue em programas ou projetos de inovação na gestão pública apoiados pelo TCE-RO, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Projeto de Lei Complementar nº 185/2017, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em segunda discussão e votação. Votação nominal, o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim

- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Junior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Com 17 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 826/2017 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, OFÍCIO 052/2017. Dispõe sobre a criação do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de União Bandeirantes/RO, município e Comarca de Porto Velho.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei 826/2017. Votação simbólica. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 836/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 284. Dispõe sobre o direito do contribuinte para realizar a compensação de débitos tributários e não tributários com o Estado de Rondônia, inscritos em Dívida Ativa, com créditos objeto de Precatório Judicial, conforme a Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 836/2017. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 820/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 266. Dispõe sobre o Programa de Modernização e Governança das Fazendas Municipais do Estado de Rondônia e do Desenvolvimento Econômico-Sustentável dos municípios, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 820/2017. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 837/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 285. Institui Auxílio de Atividade Educacional Profissional aos servidores do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 837/2017. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 838/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 286. Cria o Programa Guaporé de Educação Integral – PGEI nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental de 6º ao 9º ano, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 838/2017. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Encerrada as matérias, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Encerrada, portanto, a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente sessão, convoco sessão ordinária para o dia 06 de dezembro, no horário regimental, às 09:00 horas.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se esta sessão às 19 horas e 29 minutos).

ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 06 de dezembro de 2017

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice - Presidente
JESUÍNO BOABAID - Deputado

Secretariado Pelo Sr.

LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 09 horas e 11 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior, Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB); Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PR), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Alex Redano (PRB), Anderson do Singeperon (PV), Dr. Neidson (PMN), Jean Oliveira (PMDB), Maurão de Carvalho (PMDB) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 68ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da ata da sessão ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Procedo a leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.
Lida a ata, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não há Expediente para ser lido. Passamos as Breves Comunicações. Com a palavra o ilustre Deputado Adelino Follador, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente Deputado Edson Martins, deputado Lebrão, deputado Jesuíno, também os deputados aqui presentes para nós é um prazer, a imprensa também, cumprimentar aqui o Wilson Coelho, vereador lá de Jorge Teixeira, em seu nome cumprimentar todos os presentes aqui, Polícia Militar também, Procurador, para nós é um prazer tê-lo aqui conosco. Eu não podia hoje deixar no Pequeno Expediente senhor Presidente, deputado Léo Moraes, deputado Airtton aqui presente, para nós é um prazer e vamos falar hoje na Comissão de Educação nós apresentamos um projeto para tramitar, um projeto que nós achamos muito importante. Começo da semana, segunda-feira eu fui numa formatura de 3 turmas de libras, onde eu quero parabenizar a Prefeitura de Ariquemes, a Secretaria de Educação de Ariquemes, a Cleuzeni que é a Secretária, e parabenizar a Nuria principalmente a Nuria que é representante da educação lá em Ariquemes, onde fizeram essa formatura de 3 turmas que fizeram o curso de libras. E nós ficamos tão sensibilizados pela maneira que essas pessoas que são surdas e por ser surdas o pessoal acha que são mudas e não são, por que eles não falam por que eles não ouvem, eles não aprendem a falar por que eles não ouvem. Mas o surdo geralmente não é mudo, a gente pensa que ele é surdo e mudo por ele não se comunica, mas se você o abraçar e apertá-lo ele grita, então ele tem o som, ele geme e ele fala, ele poderia falar, mas ele só não fala porque ele é surdo, ele não ouve ele não aprende a falar. Então, e eu vi o teatro que eles apresentaram e lá cada um representou a dificuldade quando ele vai para a farmácia, a dificuldade quando ele vai falar com o médico no hospital, com a enfermeira, a dificuldade que ele tem com a família, a dificuldade que ele tem de

conviver na sociedade. E esses dias tem um órgão público graças a Deus foi revestido, não aconteceu, mas a pessoa foi feita uma avaliação de um funcionário e o órgão demitindo ele por que ele não se comunica, como eu vi essa pessoa apresentando e se comunicando com as pessoas que sabem se comunicar com ele, e a pessoa é dinâmica, extrovertida e acaba a pessoa muito vezes sendo censurada no trabalho porque as pessoas que convivem com ele não estão preparadas para a inclusão, não estão preparadas para receber. Então os órgãos públicos também têm que se preparar, os colegas na aula, então tem alguns Estados já que tem essa lei, e nós estamos tramitando essa Casa essa Lei para que seja incluída, que seja obrigada a incluir na disciplina de libras no ensino fundamental e médio. E nós precisamos que pelo menos o básico a sociedade conheça esse alfabeto de libras, porque a disciplina de libras é muito importante para que a gente e a estatística hoje se fala, inclusive tem uma lei federal também que tem um decreto, lei federal 5.626 de 2005 que também exige que o Estado adéque em cima dessa situação. E nós temos, eu não tenho aqui, eu não trouxe nesse momento, mas a estatística é grande, nós muito mais surdos do que a gente pensa no Estado. Então é um povo que quer e pessoas inteligentíssimas, precisa ver a apresentação que eles fizeram as pessoas que conseguem interpretar, jovens na fase de 15, 18, 20 anos se destacando na sala de aula, se destacando nos cursos que eles fazem, no trabalho e nós precisamos estar mais preparados. Inclusive a família dando oportunidade que as pessoas, a mãe, os irmãos consigam aprender para que eles possam se comunicar melhor com eles. Então queria deixar aqui registrado, hoje eu falei na Comissão de Educação, mas deixar aqui registrado esse projeto que eu acho muito importante. Alguns Estados colocaram como opção, mas eu acho que deveria ser obrigatório pelo menos o básico, todo cidadão aprender para que ele possa se comunicar melhor com essas pessoas que tem essa deficiência. Quero também parabenizar nós fizemos hoje na Comissão de Agricultura onde foi feita uma proposição para incluir no orçamento mais recurso para agricultura na distribuição de calcário, o Deputado Lazinho como presidente da comissão nós discutimos hoje com assessoria técnica nossa e também do Deputado Lazinho, fizemos umas propostas aqui para discutir com o George para incluir no orçamento. Mais recurso para distribuição de calcário, mais recurso para melhorar a piscicultura, tem muito pouco, quase não tem nada, mais recursos para as agroindústrias, também o PA a questão de alimentos que hoje infelizmente na Comissão de Agricultura nós temos muito poucos recursos e o recurso que tem 80% é para a Rondônia Rural Show lá em Ji-Paraná e a maioria também, mais de 500 mil reais, para publicidade, como é que vai fazer publicidade se não tem recurso nenhum para aplicar na agricultura? Então nós temos que aplicar, precisamos colocar dinheiro para aplicar para fazer publicidade, como é que vai fazer publicidade daquilo que não faz? Então dentro do orçamento da agricultura tem que ser discutido. Eu estive com o Secretário George que é Secretário de Planejamento ele falou que não adianta colocar recurso que a secretaria não dá conta de gastar, isso é uma acusação muito grave, a Comissão de Agricultura tem que se empenhar e aplicar esses recursos. A comissão, nós conseguimos melhorar o orçamento o ano passado, o ano retrasado

e parece que não foi gasto todo o orçamento, isso é muito grave, nós precisamos que a Secretaria de Agricultura seja mais ágil para poder aplicar o recurso porque não adianta só colocar e não aplicar, e a gente vê essa exposição em Ji-Paraná gastando mais de quatro milhões de reais, três milhões e quinhentos do orçamento com publicidade e achamos que é muito dinheiro para um evento só. Hoje as associações rurais de todo o Estado estão reclamando porque lá é dinheiro público competindo com eles, lá, Deputado Airtton, a exposição em Ji-Paraná caiu muito, Ariquemes caiu, Ouro Preto nem teve, Jaru nem teve mais exposição porque essas empresas iam lá e lá, então tem que fazer uma avaliação se vale a pena. Nós não podemos fazer uma emenda para concurso leiteiro lá em Ariquemes na exposição, mas lá pode gastar três milhões e meio para as empresas irem lá vender. Então nós temos que ver porque tem essa diferença, nós precisamos reforçar as associações rurais e não competir com dinheiro público que é covardia colocar três ou quatro milhões aí para fazer uma festa e não pode lá, trinta mil reais, negaram para poder fazer uma emenda para ajudar o concurso leiteiro. Aí exige que a festa seja portões abertos por causa de trinta mil reais num investimento onde a festa tem mais de milhões de reais de investimentos e aí nós precisamos rever isso para que não prejudique, continue prejudicando as associações rurais. Acho que esse evento é muito bom, mas temos que ver se vale a pena gastar tanto dinheiro num evento só. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao ilustre Deputado Lebrão por cinco minutos, sem apartes.

O SR. LEBRÃO – Sr. Presidente Edson Martins, Srs. Deputados, servidores da Casa, imprensa, aqueles que nos acompanham via online. Venho aqui, senhor Presidente, para deixar registrado aqui nesta Casa a nossa agenda do dia 05 em Brasília em que nós estamos dando continuidade, Deputado Airtton Gurgacz, aquele projeto que V.Ex^a teve a oportunidade como vice-governador de participar juntamente com a gente lá em Trinidad junto com as autoridades bolivianas e também as autoridades de Rondônia, projeto que nós iniciamos lá em 2011 e que agora a gente tem a oportunidade de chegar perto da finalização porque conseguimos atingir o Governo Federal brasileiro e chegar até o Itamaraty, foi uma reunião da maior importância que teve divulgação em nível nacional através da rede Globo no Jornal, no 'Jornal Hoje' do dia 05, hoje também no 'Hora 1' em que se coloca a implantação da travessia da interligação da BR 429 lá no município de Costa Marques que é da maior importância da região Norte e também principalmente pelo Estado de Rondônia e também pelo Departamento do Beni. Isso é mérito de todos os deputados, inclusive o Deputado Júnior também teve oportunidade de participar de um encontro que nós fizemos lá em Trinidad juntamente com os outros deputados que ocupam assento neste parlamento, e ontem nós tivemos a presença do Presidente da República Evo Morales acompanhado com toda sua equipe do Governo Federal com o Embaixador da Bolívia José Kinn, também Embaixador do Brasil na Bolívia, nosso Cônsul, Raimundo Magno, e outros Governadores que discutiram questões importantes, são Estados que fazem fronteira com a Bolívia, como também o

Governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, que discutiu a importação de gás, o aumento da alíquota da importação do gás. Tião Viana do Acre que trabalha em uma parceria de suinocultura juntamente com a Bolívia; Pedro Táxi do Mato Grosso, que está discutindo a importação de ureia que é também do maior interesse para o Estado de Rondônia, não somente a ureia fazer a correção dos nossos solos, mas também o sal que vem aqui para atender todo o nosso rebanho do Estado de Rondônia já que nós trazemos o nosso sal a uma distância de cinco mil quilômetros, e aqui nós estamos aí Uyuni. Deputado Aécio da TV teve a oportunidade de visitar lá em um curto trajeto aí em menos de 50% de distância, isso é muito importante. Então a gente fica feliz de ter a oportunidade. Me acompanhou naquele momento a Deputada Federal Marinha Raupp; estava também o Secretário de Saúde Dr. Pimentel; e também a Prefeita Lebrinha, Presidente dos Consórcios dos municípios aqui do Estado de Rondônia. Então foi uma agenda bastante positiva em que nós estamos tendo a oportunidade de colocar na Mesa agora a finalização deste projeto que, sem dúvida nenhuma, será da maior importância, principalmente para o Estado de Rondônia. E vai tirar também o município de Costa Marques da Ponta da 429 colocando em um ponto estratégico como corredor de exportação. E agora nós temos que trabalhar, Deputado Adelino Follador, para que a gente implante o mais rápido possível a primeira balsa para fazer o meio de transporte fluvial daquele município dar daquela região que vai atender sem dúvida nenhuma os dois Estados e principalmente a região Norte. Nós temos hoje empresários brasileiros que já investiram na Bolívia, e nós temos agora que dar continuidade deste projeto o mais rápido possível usando a força do Governo. Deixar um registro de agradecimento ao Governador Confúcio Moura que tem sido o nosso parceiro; ao vice-Governador Daniel Pereira que tem nos representado a altura. E ontem eu tive a oportunidade de apresentar o Governador neste encontro já que, infelizmente, ele não pode comparecer, mas foi um ponto bastante positivo. E nós já temos mais uma reunião marcada para o mês de janeiro já para irmos continuando, realizando os pontos mais importantes deste processo, deste projeto, e finalizar de uma vez por todas este trabalho que sem dúvida nenhuma tem o apoio do nosso Presidente Maurão de Carvalho e todos os deputados que hoje ocupam assentos dentro da Assembleia Legislativa e que são da maior importância para a realização deste grande projeto.

Então ficam registrados aqui os nossos agradecimentos a todos aqueles que têm participado e mais uma vez quero deixar um registro de agradecimento aos deputados estaduais que conheceram este projeto de perto e que participaram conosco naquela grande audiência, naquela grande reunião que nós tivemos lá em Trinidad. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Lebrão por seu discurso. E eu gostaria de deixar registrado também aqui, a minha fala de indignação contra. Eu recebi ontem do município de Nova Brasilândia do senhor Adenilson. Adenilson é o Secretário de Ação Social lá de Nova Brasilândia que passou para mim um vídeo, Deputado Lebrão lá da RO-010, próximo da residência do senhor Dominginhos na Linha 38, onde pela irresponsabilidade do DER, o DER com a

irresponsabilidade que tiveram ali na recuperação das estradas, e deixou ali um buraco, uma arapuca armada quando na recuperação ali da RO-010, fizeram um tapa-buraco, deixou um único buraco e o motoqueiro que mora na região passou e caiu. Caiu lá naquele buraco e o acidente foi fatal. Então nós temos que cobrar, cobrar do Diretor do DER para que quando for fazer este trabalho fazer por completo. Acho que não justifica o horário, o por quê deixou um único buraco em uma rodovia que ficou ali sendo uma armadilha para o motoqueiro que ia passando e ele com certeza caiu dentro daquele buraco porque contava que a estrada estava recuperada. O único buraco que ficou ali na RO-010, próximo a residência do senhor Dominginhos na Linha 38 veio fazer uma vítima uma pessoa que estava por ali passando. Este foi o Adenilson que é o Secretário de Ação Social lá do município de Nova Brasilândia me passou este vídeo, ele gravou um vídeo lá no momento. Eu gostaria de deixar registrado aqui na Tribuna desta Casa a minha indignação com a irresponsabilidade, não sei dizer o nome, mas, provavelmente, um residente de Rolim de Moura que fez esse trabalho ali, deixando ali essa armadilha que veio com certeza causar um acidente fatal ali na BR, RO-010. Deixo aqui registrado nesse dia a minha indignação quanto à atitude dessa pessoa que realmente deixou a desejar no seu trabalho e com certeza causou esse acidente.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Senhor presidente, Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Em primeiro lugar, parabenizar ao Deputado Lebrão, que já virou um mártir ali para RO, ali é a RO-429, ali é uma liderança realmente que já ficou marcada. E o empenho de Vossa Excelência ali dentro do movimento em prol daquela ponte que liga a Bolívia com Costa Marques. Então, parabenizar a Vossa Excelência e tem total apoio e o nosso respeito.

Queria saber como ficou a situação da convalidação, se vão aceitar, como é que está a questão do MEC, do reconhecimento das universidades. Se isso foi tratado ou não foi tratado, se foi debatido isso?

O SR. LEBRÃO – nós discutimos todos os pontos relacionados a interligações e deixamos toda a documentação, desde quando iniciou o nosso trabalho até a última reunião que nós tivemos e ficou determinado uma reunião que provavelmente acontecerá no dia 30 de janeiro, o Presidente da República da Bolívia vai determinar o lugar para a gente levar uma equipe técnica do Governo do Estado de Rondônia, porque não se trata somente da nossa interligação, a internacionalização, também do nosso aeroporto que é da maior importância para criar os nossos voos daqui para a Bolívia, isso é importante. Nós já estamos usando o Porto de Porto Velho para fazer o intercâmbio comercial, hoje do Pando que já está usando o Porto do próprio Departamento do Beni. Então, são questões amplas que todas elas estão sendo discutidas na finalização desse projeto que agora a gente tem essa oportunidade de ver essa luz no fim do túnel e ver a chance de finalizar com muito êxito e que sem dúvida nenhuma vai ser muito importante para o Es-

tado. E mais uma vez, eu quero agradecer Deputado Jesuíno, Vossa Excelência e todos os Deputado que participaram; que deram suporte para que a gente levasse adiante esse Projeto, e nessa legislatura. Eu quero parabenizar a legislatura, nós temos agora nesse momento diferenciada, Presidente Edson Martins, é uma legislatura que sem dúvida nenhuma está sendo muito positiva no cenário político do Estado de Rondônia como referência de todas as legislaturas com todo o respeito que nós tivemos por todos os Deputados que já passaram por esta Casa, mas é uma legislatura diferenciada, onde a gente não tem nenhum tipo de escândalo e que realmente o trabalho tem sido muito bem aproveitado, tem fluído muitos frutos para a população que escolheu o Estado de Rondônia para aqui viver e constituir suas famílias, e para a gente é importante, eu me sinto muito feliz de ter a oportunidade de estar participando juntamente com vocês e aproveitando ainda muito mais para poder enriquecer os nossos conhecimentos e aprender muito mais com vocês, principalmente, Deputados jovens que entraram na política agora e que sem dúvida nenhuma estão escrevendo o nome com letra maiúscula na história do desenvolvimento e da história do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAI D - Só para comentar, o senhor falou sobre a questão das vias. Trazer uma denúncia grave quanto à BR-364, a ponte que liga ali Candeia a Porto Velho. Tem uma rachadura que já está obstruindo praticamente a via e, a gente pede ao DNIT que faça uma medida em caráter de urgência, que não deixe cair como foi ali a BR que liga Guajará-Mirim, praticamente já obstruiu a via, está bem complicada, agora a BR, a ponte Jamari encontra-se numa situação de rachadura e já houve uma erosão que está afetando a via. Então, vou trazer imagens para apresentar e cobrar e oficializar ao DNIT que tome uma ação em caráter de urgência, porque amanhã ou depois alguém pode, essa via pode romper e alguém cair e acontecer um mal maior. E dizer também, Presidente, eu não sei se tem alguém inscrito aí, Presidente, tem alguém inscrito aí, não? Hoje haverá discussão dos debates, apresentação por parte do Secretário de Segurança, da Rondônia Mais Segura, onde iremos tratar sobre o orçamento do Estado. Então, antes que o senhor finalize tem essa Sessão que foi apresentada ontem, a gente vai transformar em Sessão Especial, para que todos os Deputados presentes possam acompanhar essa apresentação desse Programa tão sonhado que é uma Rondônia Mais Segura. Então, Secretário, eu acredito que já tem vários militares, vários agentes da Segurança Pública para debater isso. Então, era só isso que eu queria informar a Vossa Excelência.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) Obrigado, Deputado Jesuíno. Deputado Lebrão, eu também quero parabenizar Vossa Excelência pela sua liderança, seu esforço em sempre estar trabalhando esse intercâmbio comercial, Brasil/Bolívia. A vontade que o Deputado Lebrão tem trabalhado, liderado esse movimento Brasil Bolívia. Parabéns Deputado Lebrão. E eu também Deputado Lebrão, às vezes, eu tenho sempre falado, várias vezes em entrevista eu tenho falado do orgulho que eu tenho de fazer parte desse 3º mandato na condição de Deputado Estadual aqui nesta Casa, eu acho que veio somar aos Deputados experientes aqui, Deputado Lebrão, Deputado

Adelino, Deputado Ribamar e outros, aí o Deputado Jesuíno Boabaid, o Deputado Cleiton, o Deputado Airton, Deputado Aécio da TV e a renovação que houve foi muito positiva para esta Casa todos os Deputados realmente sempre discutindo aquilo que é de interesse do Estado de Rondônia com muita transparência e com muita seriedade. Então, eu já por várias vezes eu tenho elogiado que esta Legislatura realmente para mim é um motivo de orgulho e satisfação fazer parte dela porque dá para a gente perceber que todos aqui, o objetivo é único, trabalhar pelo bem do Estado de Rondônia, eu deixo também registrado aqui neste dia nesta Sessão.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Questão de Ordem Sr. Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Prefeito) – Pois não Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Registrar e agradecer a presença do Prefeito lá de Pimenteiras o Olvindo, que nos honra com sua presença, seja muito bem-vindo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Prefeito Olvindo Luiz, o Deputado Lebrão já registrou, muito obrigado pela presença. Também os Vereadores Romário Aparecido da Rocha, Romário da 75, Câmara Municipal de Parecis. Muito obrigado pela presença, é de Alto Paraíso.

Também o Glauber, Procurador, representando a Casa Civil. Muito obrigado pela presença; senhor Delegado Dr. Luiz Roberto de Matos, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Segurança Defesa e Cidadania – SESDEC.

Também o Capitão Jefferson, Fundo Especial de Modernização – FUMRESPOM da Polícia Militar, muito obrigado pela presença; também do Capitão Henrique Barbosa, Diretor de Apoio Administrativo e Logístico da Polícia Militar.

A todos o meu muito obrigado.

Encerrada as Breves Comunicações que não há mais oradores inscritos, passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das Proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIA

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Institui desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA aos contribuintes e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer a Mesa Diretora na forma regimental a “Concessão de Voto de Louvor” aos Policiais Cíveis do Estado de Rondônia, conforme lista em anexo.

Lida as matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Requerimento a ser apreciado.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer a Mesa Diretora na forma regimental a “Concessão de Voto de Louvor” aos Policiais Cíveis do Estado de Rondônia, conforme lista em anexo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento do Ilustre Deputado Léo Moraes. Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia passamos ao Grande Expediente, que não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente passemos as Comunicações de Lideranças que também não há oradores inscritos. Encerrada as Comunicações de Lideranças passamos as Comunicações Parlamentares. Também não há oradores inscritos.

Está suspensa esta Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 09h52min e reabre-se às 10h36min)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Senhores e Senhoras Parlamentares. Neste momento transformo a Sessão em Comissão Geral, nos termos do inciso III do artigo 135 do Regimento Interno para ouvirmos autoridades do Poder Executivo, para discutir sobre o Projeto de Lei nº 768/17 que: Estima receita e fixa despesa do Estado de Rondônia, para o exercício de 2018.

(Às 10h36min reabre a Sessão e às 10h37min é transformada em Comissão Geral)

Convidar todos os interessados para adentrarem ao recinto, o Coronel Fábio; Capitão Henrique; Capitão Jefferson; convidar o Presidente da ACREDITAR, Presidente do meu partido também, Valteir Queiroz; cumprimentar o senhor Secretário Geral, também do meu partido, o Valter que se encontra presente, demais pessoas que estão na galeria apreciando as discussões. Hoje será apresentado também neste momento, o programa, o Projeto Rondônia mais segura. Passo a palavra ao mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos, portanto, o Excelentíssimo senhor, já à Mesa, o Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid; convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Cleiton Roque; convidamos o Excelentíssimo Senhor Vice-Governador Daniel Pereira; o Excelentíssimo Senhor Secretário da SESDEC, Coronel BM Caetano; convidamos também o Dr. Gahyva, que representa a Casa Civil; temos a presença do Excelentíssimo Senhor Secretário Adjunto da SESDEC, Dr. Luiz Roberto, obrigado pela presença; Assessores da SESDEC.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deputado Hermínio; Deputado Cleiton; registra a presença do vice-governador Daniel Pereira; do Secretário de Segurança, Coronel Caetano; Dr. Glauber. Sinto a ausência aqui da SEPOG, a SEPOG não, a SEFIN, a questão de... Mas estão aqui? A SEPOG foi informada e já saiu notificada que seria, teria essa Audiência no dia 06, no dia 06 aqui para discutir o orçamento da Segurança Pública, em especial irá apresentar Rondônia mais segura. Então, eu solicito aí ao Dr. Glauber que informe a SEPOG, mesmo com a não presença do George, o Secretário, que ele está viajando. Mas, encaminhe uma comissão para estar presente aqui, eu solicito isso, até porque ontem foi aprovado um requerimento, não tinha condições de ser encaminhado e ser recepcionado para eles virem aqui ou a justificativa que a equipe não foi informada em tempo hábil. Mas, naquela reunião saíram todos com as devidas informações. Eu sei que o senhor representa a Procuradoria Dr. Glauber, o senhor está tranquilo aqui, mais a SEPOG tinha ciência disso.

O SR. GLAUBER GAHYVA – Deputado, eu peço desculpas em nome da SEPOG; mas, tanto o Secretário como o Secretário Adjunto, o George Braga, quanto o Pedro Pimentel estão em viagem oficial. Mas, eu fiz o contato aqui com, para que encaminhasse um representante, por óbvio sem poder nenhum de decisão, mas pelo menos para estar aqui passando as explicações e podendo levar o retorno desta reunião para Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Até porque a decisão aqui agora está dentro do Parlamento, eles não vão, eles não têm mais o que decidir, a gente se fizer qualquer emenda aqui, passa pelo crivo do Plenário, se for aprovado ou não; discussão apenas de Parlamento. Agora, o que eu estou pedindo é que eles venham, tiveram uma senhora que participou, outras pessoas, o Pimentel lá, o outro e eles podem explicar situações pontuais, se for necessário. Já está pronto aí a situação? O senhor que vai apresentar, não é Secretário?

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Bom, então Sua Excelência, o Deputado Jesuíno Boabaid, já titular deste requerimento, já conduz então essa Comissão Geral para toda discussão.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está sendo transmitida, retransmitida. Na oportunidade que nós estamos ainda estão sendo ligados os computadores para passar esse programa aí, esse vídeo institucional o que é o “Rondônia Mais Segura”. Ontem o Tribunal de Contas, aprovou um Projeto de Lei que autoriza aplicação de recurso do fundo, do seu fundo em até 40% em investimentos e outras ações para que os municípios possam ser reestruturados. Foi aprovado também o Programa, Deputado Cleiton, é PROAF? PROFUZ desculpa PROFUZ também foi aprovado. Eu achei muito interessante, eu achei muito interessante esse Programa inclusive eu falei para o Conselheiro Edilson, tenho muito respeito, eu tenho muita consideração pelo Edilson, pelos demais Conselheiros, que agora o Governo do Estado de Rondônia, com essa autorização poderá utilizar os recursos que se encontram parados nos fundos. Fazer investimentos como eu bem disse, eu fiquei muito

feliz, olha Deputado o DETRAN, pode usar para estruturar a Polícia Militar em compra de equipamentos, investir pagamentos de hora extra, ele falou cada coisa, e eu falei olha só que interessante, o fundo da saúde e foi uma situação muito positiva a situação da aprovação da Lei Complementar. Então, vou pedir também Deputado Cleiton Roque, que analisando a LOA deste ano, nós temos aí um orçamento de setecentos e poucos milhões de reais, que pode ser visto fundo a fundo para quem sabe a gente poder alterar essas Leis e colaborar Secretário de Segurança, na melhoria da segurança pública do Estado de Rondônia também. Então, já está, pode. Passar a palavra aqui para o Secretário de Segurança pelo tempo necessário, onde o senhor quiser.

O SR. CEL. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Bom dia a todos! Cumprimentar aqui o Governador Daniel Pereira, que está prestigiando esse evento, onde nós vamos fazer referência aos investimentos do Governo em segurança pública e sobre o Programa Rondônia Mais Segura, que depois de mais ou menos seis, sete meses de trabalho, nós chegamos justamente na Assembleia Legislativa para apresentação definitiva do que é que é o Programa Rondônia Mais Segura, o que compreende, quais são as ações que ele compreende, nós já estivemos em vinte e dois municípios, e aí, eu quero cumprimentar o Deputado Jesuíno, pela iniciativa, Deputado Hermínio, que se encontra aqui, o Deputado Cleiton Roque, nós fizemos isso em uma Audiência Pública já em Pimenta Bueno, também. Para nós é uma satisfação muito grande vir aqui, porque nós precisamos totalmente do Parlamento estadual para discutirmos essas ações. Antes de entrar propriamente nesse programa, gostaria de colocar Júlio, por favor, nós vamos entender o conceito e o contexto de segurança pública. Nós nos movemos em razão das causas dos problemas, nós não podemos nos mover só pelos problemas, precisamos identificar as causas, e essas causas, elas, a violência de modo geral se relacionam as drogas. O Estado de Rondônia, ele acaba contribuindo em razão de ser um Estado fronteiriço com a Bolívia, acaba contribuindo com o incremento da violência apesar de, nós vamos mostrar aqui os índices de violência do Estado de Rondônia, serem melhores do que era antes. E no Brasil hoje, nós somos o décimo quarto Estado no mapa da violência no Atlas da violência, se esses índices continuarem do jeito que estão nós seremos em abril do ano que vem, projeção estatística e matemática, ciência exata o vigésimo primeiro, ou seja, o sétimo Estado menos violento do Brasil, mesmo diante de tudo isso que está acontecendo. Para a gente entender que o conceito de violência, de segurança pública é complexo, não é uma coisa simples de se resolver e principalmente todo o problema, ele é demandado por questões sociais, o princípio de tudo tem a ver com a casa das pessoas, com o morador, começa na família, começa na origem não com a polícia na rua, não vamos resolver problema de violência só com a polícia na rua. Esse é um grande equívoco que a gente comete, é normal porque a mídia nos condiciona, mas cientificamente falando em nenhum lugar do mundo você combate violência só com a polícia na rua. Aliás o Rio de Janeiro, é a prova principal é o grande argumento nosso que você tem lá o Exército, as Forças Armadas, as Polícias, todas elas Polícia Civil, Federal, Rodoviária Federal, Polícia

Militar e os índices não melhoram. Então, já se gastou bilhões de reais e os índices não vão melhorar. Júlio, eu acho que se não der aí, a gente vai direto aqui para o Programa, a gente precisa depois mostrar, eu gostaria que você. Então, senhores, vamos entrar aqui no contexto do Programa Rondônia Mais Segura, é importante a gente ressaltar que uma coisa é prevenção, outra coisa é resposta, é que nem defesa civil. Eu já vim aqui em 2014, falar sobre a enchente, uma coisa a casa estar inundada, uma coisa a pessoa estar com infarto, outra coisa é o tratamento dela do coração, ela tem que se alimentar melhor, Rondônia Mais Segura é um programa de prevenção, ele não é num estalar dos dedos que isso vai resolver, mas ele resolve num futuro médio boa parte do problema da violência do Estado de Rondônia, se nós não entendermos essa diferença fica difícil da gente avançar. Então a ideia do Governo de Rondônia né, isso foi um trabalho feito com 300 técnicos da área de segurança pública envolveu o Ministério Público, os Poderes constituídos, inclusive representantes da Assembleia Legislativa, os Municípios, Câmara de Vereadores, Prefeituras, Judiciário, a sociedade civil organizada, nós fomos, identificamos os 22 municípios mais violentos do Estado, e começamos um programa chamado; Municípios mais pacíficos. Fizemos pré pactuações lá por que o município precisa corrigir, assim como tem sido feito aqui em Porto Velho através da Assembleia, algumas leis que você faz no município que diz assim; fecha-se o bar às onze da noite. Se a gente fizer só isso nós já estamos reduzindo o índice de violência, é uma ação preventiva, São Paulo faz isso por que o município de Porto Velho, Rondônia aqui não pode fazer isso? E é uma ação do Legislativo junto com o Executivo, a proposta do Executivo. Então nós queríamos assim no Programa Rondônia Mais Segura mostrar que o diz na Constituição sobre segurança pública, é dever do Estado, mas é direito e responsabilidade de todos, de todos mesmos, da população, de quem compra o celular roubado e também do Legislativo, do Judiciário que julga, e da polícia que faz a ação de repressiva ou preventiva. Então é importante a gente entrar nesse mérito, se não, nós não vamos avançar. Então como é que começou isso, não foi uma coisa inventada por portaria, nós assumimos a Secretaria de segurança em novembro, fizemos uma proposta ao Governo do Estado, conversamos com Casa Civil, SEPOG, SEFIN, nós vamos mudar o jeito de olhar para segurança pública se não, não há o que avançar. Aí foi feito um investimento de uma plataforma diálogo Rondônia mais segura, Rondônia Segura. Depois houve a crise em fevereiro do sistema prisional, todos sabem o que aconteceu, em Rondônia nós não tivemos matança como tivemos em Roraima, no Rio Grande do Norte e no Amazonas, e isso nos motivou a fazer um treinamento, uma capacitação com 300 técnicos de segurança, agentes de segurança, e também Poderes. Então chamamos aí Promotores de Justiça, Juiz, políticos que participaram desse grupo dos 300.20, que dizer os 20 é 18 Secretarias e mais duas autarquias que juntos discutiram o que nós podemos fazer para que a segurança pública em Rondônia, não é a SEDESC, não é a Secretaria de Segurança pública, é o conceito de segurança pública a gente ter resultados melhores do que a gente já tinha. Se a gente melhorar 1% dos índices Rondônia, todos nós, os deputados também estão fazendo o dever de casa, não é só a Secretaria de Segurança. Então quando você, o DETRAN trabalha mais a gente mexe no

conceito de segurança, se a Escola não tem evasão escolar nós estamos afetando o sistema de segurança, é um sistema. E aqui nós tratamos sempre no sentido macro, nunca no sentido estrito, Secretaria de Segurança ou Secretaria de Justiça. Aí nós fizemos um fórum lá através de uma consultoria, para que a gente transformasse o modelo mental, nós precisamos que as pessoas se transformem para a gente atingir os objetivos, por que tudo que a gente fazia era o seguinte, deputado Jesuíno; assume o comando, o Comandante Geral da PM ou da Delegacia ou Secretário de Segurança portaria, a partir de agora nós vamos fazer isso. Isso não existe mais, isso não é admissível, não é assim que se trabalha, isso a polícia já sabe fazer, a gente precisa fazer diferente, e esse diferente depende de uma mudança nossa. Fizemos daí o Fórum de Governadores da Amazônia Legal aqui em Rondônia, reunimos no pacto integrador 22 Secretários de Segurança aqui em Rondônia, numa abertura de fronteiras aí histórica aí o Governador Daniel Pereira, que está aqui presente é um dos grandes responsáveis. Nós mostramos Rondônia para o Brasil, a nossa capacidade de gestão e passamos a tratar a segurança pública com todas as Secretarias sob a liderança da Governadoria e da Casa Civil no sentido da articulação política estratégica. E aí começamos uma implementação para oficinas e daí desenvolveu o projeto Rondônia Mais Segura. Então aí mostra num timeline, o prazo das coisas, como elas aconteceram, acho que não é caso, acabei já falando. Quais eram os órgãos participantes? Todas essas pessoas influenciaram o programa Rondônia Mas Segura, a ideia surgiu da base. Tem processos aqui que foram feitos por pessoas civis que nem policiais são, tem pessoas políticas, tem pessoas do Judiciário, do Ministério Público, eles disseram como é que a segurança pública deveria se movimentar, e também os municípios. Isso aconteceu no período de janeiro, fevereiro e março, aí com base em princípios, isso foi também os 300 que falaram, a história da identidade, resgatar princípios que é uma questão muito filosófica por que lógico que nós não vamos entrar no mérito, vamos avançar. Mas é muito importante por que alguns desses princípios de valores precisam ser resgatados para a gente atingir o objetivo, se não, nós vamos viver por decreto e portaria, e notificação do MP e do Judiciário, aí também nós não vamos trabalhar.

Valores. Isso tem a ver com o público interno. E os principais, então nós precisamos envolver a sociedade, quem usa o serviço da Secretaria de Segurança e da segurança pública do Estado é o povo, nós estamos, todos nós estamos aqui instituídos dos poderes, instituídos por causa da população, nós trabalhamos para a população, ponto final. Então nós precisamos da participação forte da sociedade nessa situação, primeiro dos quatro eixos é justamente mobilização da sociedade para ela nos direcionar ao caminho, porque o município de Rolim de Moura tem coisas que ele precisa que as vezes não é policiamento, talvez o policiamento é melhor aqui em Porto Velho em alguns bairros, então tudo isso tem a ver com a estratégia. O segundo ponto crucial, gestão de informação de inteligência. Nós não podemos mais trabalhar demandados pela mídia, nem aqui da Assembleia e nem do Governo, nós temos que mostrar os números reais e Rondônia por acaso é o Estado mais transparente do Brasil, então aqueles números que estão lá são reais, não adianta a gente falar sobre estatís-

tica de 2015, 2014, nós queremos falar das estatísticas de 2016/17, nós precisamos discutir isso e esses números são melhores em Rondônia, isso é importante, e essa inteligência tem que trabalhar esses números como estratégia de ação, a polícia não pode andar na rua no rádio patrulhamento motorizado com a viatura rodando no bairro o tempo todo e não parar nenhum minuto para conversar com a população que é o cliente, isso muda toda história do processo. Ontem eu estive por acaso numa ocorrência, ajudei a atender uma ocorrência e a gente vê a dificuldade que se tem de conversa entre a população e a polícia, mas é uma barreira criada pelos dois na verdade, pela própria população por causa da mídia, as vezes, e da polícia por causa dessa mudança mental de você, nós somos entes públicos legitimados pela sociedade para agir, mas não sempre pela força, nós podemos conversar com as pessoas nos bairros até durante um patrulhamento, isso tudo está depois no processo que a gente vai avançar, e uma articulação por parcerias. Eu não consigo ampliar um guardião, comprar uma viatura para trabalhar na fronteira que são recursos muito grandes com dinheiro do Governo do Estado, nós não temos essa capacidade financeira nem orçamentária, então nós precisamos de parcerias. Aqui também nós queremos mais no final nós vamos levar isso, nós precisamos do apoio principalmente da Assembleia para que as emendas que são direcionadas, são bem trabalhadas, eu acho que este ano o Legislativo trabalhou junto com a Casa Civil muito bem, para a segurança pública, isso ajuda, daí nós podemos falar que estamos fazendo realmente alguma coisa eficiente para a segurança pública. E por fim, gestão e governança integrativa. Assim como o Estado faz uma boa gestão a Secretaria de Segurança e a segurança pública também tem que ser bem administradas, e dentro da segurança pública está o Bombeiro, a Polícia Técnica, a Polícia Civil e a Polícia Militar, todos eles são unidades gestoras. Aí, deputado, também é importante isso constar porque quem cuida da operação é a Polícia Civil e a Polícia Militar na questão violência, tranquilidade pública, a Secretaria de Segurança é um órgão facilitador, a Polícia Militar tem autonomia operacional, por que eu estou falando isso? As vezes a violência aumenta, a Polícia Judiciária no homicídio por exemplo ela tem que atuar, ela tem que cumprir a missão constitucional dela, lá na Constituição fala 'Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Técnico-Científica, a Secretaria de Segurança', é conceito que a gente não pode decidir, isso é lei, se não a gente Estado paga por um trabalho que não é realizado e precisamos facilitar para que esse trabalho aconteça melhor.

Aí vamos entrando propriamente dito no problema. Nesse resultado dessas reuniões já no mês de março a consultoria fez um relatório e disse 'olha, para vocês melhorarem a segurança pública vocês têm 12 pontos de alavancagem que vão fazer toda a diferença', e aí são eles: recurso para a segurança pública, não se faz absolutamente nada sem recurso, nem uma pescaria que dirá segurança pública.

Participação da comunidade, a comunidade é o cliente, ela paga os impostos, ela elege, ela trabalha em prol dela mesmo, ela elege seus líderes, ela coloca a gente na nossa posição para que a gente seja efetivo, então ela precisa participar do processo, inclusive de ajudar a gente a cuidar desse problema; a gestão tem que ser integrativa, não dá mais para

trabalhar isolado, a Polícia Militar não pode trabalhar isolada da Polícia Civil nem do Bombeiro, nem da Secretaria de Segurança e nem a Secretaria de Segurança da Casa Civil, da Governadoria, da SEFIN, então tudo é integrado, não tem como se trabalhar, e além de gestão integrativa que é por lei e por decreto, nós precisamos transformar nossa cabeça para dizer 'olha, tem que haver uma conversa', nós precisamos fazer o que a Casa Civil faz com a Assembleia, nós precisamos convencer as pessoas que nós vamos nos entender efetivamente. Por decreto e por portaria a gente não se entende efetivamente, não posso mandar alguém e dizer 'olha, você atenda', não, não queremos isso, nós queremos que a pessoa tenha culturalmente o dom e a vontade de integrar.

A reinvenção da formação dos agentes de segurança – aí, deputado, essa parte é importante fazer um adendo, a questão da reinvenção da formação dos agentes de segurança. Se nós temos um curso de Oficial da Polícia Militar que começa a carreira com aluno aspirante e vai até Coronel, ele só faz dois cursos para mudar de graduação ou posto, no caso do Capitão, do Major e depois o Coronel em um curso superior de Polícia, de Bombeiro, estou falando dos militares especificamente. Por que o curso de praça não pode começar com Soldado e chegar lá a Tenente, Administrativo, Capitão com dois cursos só o CAS e o CHO? Com isso a gente economiza milhões de reais. Nós precisamos durante este período de interstício fazer com que os Praças também tenham a mesma habilitação durante este período de interstício para atingir as graduações superiores. Existe resistência nisto, mas é exatamente o mesmo problema com duas categorias de classe diferentes. Todas elas dentro de uma Polícia uma, uma Polícia só e o Bombeiro, também. Então este é um projeto que já está vindo para cá, para a Assembleia, para a gente. Primeiro com isso você economiza você consegue fazer curso anualmente. Isso é um legado que nós vamos deixar o Governo de Rondônia, esta Legislatura. Por que anualmente você vai recompor o efetivo. Nós já formamos todos os Sargentos, os Cabos agora, aí precisamos de Soldados, nós precisamos recompor este quadro anualmente. Com a Academia neste formato você consegue todo ano ter algum curso. Aí, por que a Academia não é integrada no primeiro período, lá aqui a maioria já fez Faculdade, os primeiros períodos são comuns é Psicologia Geral. Se o cara for Jornalista é Psicologia Geral de da Comunicação, se ele for do Direito é aplicado ao Direito. Por que é que eu vou fazer um período com a Polícia Civil, Militar, Bombeiro em um lugar só? Tem quatro Academias que custam milhões para o estado. Toda hora tem um curso diferente e nós estamos nós temos que economizar e fazer mais.

A Academia Integrada tem tudo a ver com concurso. Está aí um grande representante nosso que é o próprio Deputado Jesuíno, que está sempre ali: vamos fazer um curso de Sargento ou de Cabo, completa a vaga. Nós não precisamos disto. Nós vamos definitivamente resolver este problema e avançar.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Deixa eu. Só um momento. Eu pedi a todos os funcionários aí da Casa que vamos respeitar a fala do Secretário, por gentileza se quiserem fazer qualquer discussão podem utilizar outro local.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Aí o mutirão em torno da Segurança Pública está em negrito porque mutirão é o que a gente mais faz na vida. Desde que a gente entrou aqui como oficial, como Soldado, como Agente de Polícia o que mais se fala em Segurança Pública é mutirão. Eu não isso o Henrique me empresta a viatura dele, a Polícia o Glauber empresta, chama um Procurador para participar da Mesa. Então isto aí não precisa constar. A gente já faz. Mas como no relatório apareceu isso eu fiz questão de mostrar.

Inteligência, Tecnologia know-how de ponta. A Inteligência de Rondônia, nós temos uma Força Tarefa que trabalha muito bem. Nós não vamos entrar no mérito, mas a Polícia Judiciária, o NI da Polícia Militar, o trabalho e Inteligência da Força Tarefa que cuida da SEJUS é excelente. Nós precisamos de tecnologia e um pouco mais de experiência que seria um know-how, expertise que é a capacitação. Nós precisamos investir nisto. Quem investe nisto aí se torna independente, autônomo, sustentável. Quem não tem isso aí, Polícia não pode depender, Polícia tem que ter autonomia. Ela tem os representantes dela, tem os líderes dela, mas ela é independente. Nós não podemos interferir neste processo, se não quem sofre com isso é a população.

Reinvenção do modelo e organização das operações. Nós não conseguimos mais fazer uma operação com 500 policiais. Ah! Vamos fazer um, fecha. Não, não tem efetivo, nós temos que trabalhar primeiro com o que nós temos e buscar melhorar. Então operação é cirúrgica, e a operação a Secretaria de Segurança ela pode coordenar isso junto com as polícias, mas quando se fala em operação se fala garimpo ilegal, tráfico de drogas rouba de carros são coisas que nós precisamos resolver agora. Então fazer uma operação um pouco mais elaborada.

A invenção do modelo de decisão e uso do Poder. Isso é uma coisa muito interna, e aí tem a ver com a independência e constitui estabilidade. As Corporações elas têm que ser autônomas, também para ter o comando delas, isso é ponto pacífico. Porque os governos eles mudam, mas a composição não muda. Nós estamos aqui há 30 anos, nós não chegamos agora. Tudo isso não foi uma coisa que instalou o dedo e aprenderam, não, não. Isso aqui milhares de pessoas nos ajudaram a chegar nisto, todos nós que estamos aqui. Então o uso do Poder é uma coisa muito complicada a gente precisa trabalhar isso definitivamente.

Reinvenção Institucional e da Legislação Pertinente. Nós temos eu não sei quantas Leis, eu nem me arrisco, o nosso Procurador é que tem ajudado muito, inclusive corrigir essa distorção que trata sobre Polícia, Bombeiro, Polícia Civil, Segurança Pública, colcha de retalhos. Nós vamos atender a coletividade pensando na população. Só a coletividade interna também não serve. Nós vamos pensar nos índices e na população, isto é governar, governabilidade, é fiscalizar. Então para isso nós precisamos mexer nas legislações, estatutos. Eu vou entrar em detalhes que tem muitos Técnicos aqui, até lá na patente de outros policiais, então, quando você fala em mudar uma letra de um artigo em uma Lei ao posto na Corporação ou da Corporação, você muda toda a história do Direto, nós temos que acabar definitivamente com esse tipo de leis. As leis precisam sustentar as corporações e dar condição para que o Governo consiga fazer o trabalho em Segurança Pública. E,

ainda tem outras leis que financiam a Segurança Pública, fundo, aí vira uma batalha, de onde nós vamos tirar o recurso, nós vamos melhorar isso. Eu faço parte de uma corporação, eu comecei na Polícia Militar e sou do Bombeiro, eu comecei, o bombeiro é um exemplo claro disso. Como você avança sozinho com efetivo pequeno e orçamento lá em cima, trabalhando, não tem outro jeito, fazendo dever de casa, olhando as contas, fazer só a operação não vai adiantar só gastar dinheiro e não vai adiantar, precisa trabalhar e melhorar e todo mundo pode fazer isso, qualquer um pode fazer.

A reinvenção sobre o controle da fronteira, nós fomos ontem, Vice-Governador, lá em Guajará-mirim, anteontem. Foi excelente a reunião em Guajará-mirim, a Bolívia participou efetivamente. A causa e raiz do problema que eu quero mostrar no final, essas são as drogas, 71% dos crimes, todos eles têm a ver com o uso, consumo, tráfico de drogas, todos os crimes. Contrabando, escaninho, estupro, tráfico internacional de drogas, homicídios, latrocínio. A pessoa começa a usar drogas, ela precisa roubar alguma coisa, furtar alguma coisa para sustentar o vício, daí ele rouba é bom, daí ela rouba para comprar uma pistola, então arruma um amigo já compra um fuzil, daí vira uma quadrilha, é assim que as facções trabalham e, daí elas pegam essas pessoas que já estão na margem, porque o Estado não está; as pessoas estão e é aliciado para o crime, o crime organizado é mais poderoso que nós. A causa raiz do problema está aqui do lado na Bolívia, na Colômbia e no Peru. Se nós, até São Paulo não trabalharmos aqui em Rondônia, nós não resolvemos nunca os índices do Rio de Janeiro. Nem com as Forças Armadas, porque tem a questão legal, o Judiciário, não vai conseguir efetividade nisso aí. Aí tem audiência de custódia, tem todo um trâmite, têm julgamentos, os milhares de recursos e você não avança, então vamos fechar a fronteira. Que seja então em outro lugar, aqui não mais, e aí a gente vai avançar. Então tem um ponto completo que trata só da fronteira. Se a gente combater a entrada de drogas em Rondônia aqui na fronteira nossa de 1.400 quilômetros, nós diminuimos os índices lá de São Paulo e do Rio de Janeiro também. Porque 71% dos crimes do Brasil tem a ver com a droga. E depois em um último ícone também é a reinvenção da concepção de Segurança Pública, prazo médio longo, em negrito também porque tudo isso aí nós vamos fazer, então não precisa também. Então na verdade são 10 pontos de alavancagem que a gente tem que tratar, que são os que não estão aí em negrito, pode passar aí o resto.

Para finalizar essa primeira parte da introdução, nós tivemos aí 447 ideias dos agentes de segurança, do Judiciário, do Ministério Público, da Assembleia, de todos que participaram desse fórum. Dessas aí 81 ideias eram ideias novas, assim, um pouco diferenciadas do que a gente já tinha, não eram duplicadas, a gente fez um filtro, pode passar. Dessas 81 ideias geraram 15 componentes, os competentes são o que está no orçamento do Rondônia Mais Segura em 2018, são as ações objetivas que a gente vai fazer, para que atinja, comece a atingir o objetivo final, nós já temos o resultado positivo, a gente vai divulgar aqui hoje sobre isso aí. Pode passar.

Então esses são os componentes: estruturas para a segurança, recursos para a segurança, tecnologias, pessoas, segurança para morar. Nós temos um exemplo em Porto Velho, do Orgulho do Madeira, uma coisa que foi concebida com

a melhor das intenções possíveis, e que a gente um enfrentamento aí, o pessoal do 5º Batalhão, é difícil de lidar, porque é uma questão social, a polícia que vai para o enfrentamento tem dificuldade de natural por óbvio, de trabalhar com questões sociais, tem que fazer questões sociais, tem a polícia também, mas tem que ser uma articulação de Estado, com envolvimento de todos para que a gente possa fazer. A primeira grande medida, inclusive do Orgulho do Madeira é o videomonitoramento que a gente em os deputados dispostos a ajudar.

Segurança para estudar, nas escolas também, nós fizemos aí, vai aparecer lá na frente, o modelo híbrido de gestão, não tem nada a ver pessoal, gostaria de falar francamente, que não militarização das escolas, nunca foi e não vai ser, é simplesmente uma gestão compartilhada híbrida, onde os militares participam, organizam.

Os professores da SEDUC são fantásticos, eles têm dificuldade de ensinar, que eles não têm segurança para ensinar. E, eu queria homenagear a polícia Militar, através dos representantes aqui, o Coronel Fábio está aí e que essa gestão aqui em Porto Velho na Escola Manaus já faz toda a diferença, que é uma escola violenta. O primeiro dia que o bombeiro foi lá, eles quebraram o vidro do Comandante de lá, o vidro traseiro da viatura com uma pedrada. Eu queria convidá-los para vocês irem lá hoje, conversar com aquelas crianças que cantam o hino, entram em forma, agradecem, fazem continência. As mesmas crianças, três meses e essa é uma ação de todos, é uma ação daqui da Assembleia Legislativa, do Estado de Rondônia, do Governo ativo atuante no Estado todo. Comentando isso, o Vice-Governador Daniel Pereira foi um dos que fez isso, que é uma vontade do Governo, não é de governadores, é de Governo, de Estado. E a Polícia Militar, eu, Bombeiro especificamente, tem tudo a ver com esse resultado, e não é militarização, ninguém vai lá para fazer Curso de Formação na Escola. Não tem nada a ver com isso. Os alunos melhoram, inclusive, o desempenho. Quando ela não tiver índices melhores nós vamos desfazer o que está feito, porque senão não tem objetivo nenhum de ter uma Escola Militar ou Militarizada, que não é também nesse sentido.

Segurança para transitar. O DETRAN faz um trabalho muito grande, esse também é um ponto assim Deputado, nós conversamos, eu gostaria que tivesse até mais Deputados aqui, porque o DETRAN ele é o órgão que mais tem estrutura no Estado de tecnologia, de inteligência, de informação, de recurso e a Polícia de Trânsito, a nossa, ela tem um convênio pequeno considerando o volume de recurso do DETRAN. Essa Autarquia, essa Lei que eu acho que está sendo falada, o senhor me comentou antes, ela é importante por quê? É o mesmo recurso do Estado direcionado para Segurança Pública. Se a Polícia Militar tivesse uma condição melhor, o próprio Delegado de Trânsito, as Delegacias que cuidam disso nós teríamos resultado melhor ainda. Então a gente queria que o DETRAN ele participasse mais no sentido Orçamento, ele já ajuda, mas assim, é só questão de equação, nós temos um bom relacionamento com o DETRAN e eles já estão fazendo muitas coisas no nosso sentido.

A Segurança para visitar o item todo da Superintendência de Turismo, eles colocaram, eles participaram e deram opinião também e a gente quer melhorar isso. Então, ele ficou de fazer uns Projetos lá dentro da SETUR e fazer.

Segurança para empreender tem a ver com a violência no comércio, nas ruas, você não consegue ter um comércio. Então, alguns investimentos do próprio comércio, eu vou dar o exemplo aqui do bairro São Francisco, a população do bairro São Francisco, o bairro São Francisco se reuniu, eles colocaram os postes, nós colocamos as Câmeras, o Comércio ajuda, eles mesmo ajudam a resolver o problema em conjunto. Nós precisamos melhorar isso e fazer que outros bairros da Cidade de Porto Velho, principalmente, participem.

Meio Ambiente. Nós temos um acesso com a SEDAM muito próximo, fazemos operações conjuntas, mas, a gente precisa que a SEDAM ela demanda muita coisa para a Segurança, mas, não participa do recurso. E isso é importante. Nós já conseguimos agora com o Rondônia mais Segura alinhar.

A Segurança para recomeçar tem a ver com socioeducativo, tem uma Fundação sendo criada, o Sistema Prisional eu não vou tocar no assunto detalhadamente porque é área do outro Secretário, mas, nós também temos a nossa opinião, depois nós vamos falar sobre isso mais para frente.

Articulação Institucional é exatamente o que nós estamos fazendo aqui, eu concito a todos que estão aqui que são profissionais de segurança que voltem e converse com o seu subordinado, mostrem para eles, discutam com eles para que eles também ajudem a gente a melhorar.

A comunicação do Estado e a comunicação em geral sobre Segurança Pública precisa ser melhorada e aí o Secretário Domingos também pactuou com a gente porque a gente é transparente divulgamos números verdadeiros. Gestão e Governança do Programa para que ele avance, senão, não adianta. Pode passar, por favor.

Então, na Estrutura para a Segurança o Centro Integrado de Comando e Controle, esse recurso que tinha do Governo Federal ele viria e não veio, a Copa cancelou o legado, nós estamos fazendo por conta própria, Administração Direta. O DETRAN, a Secretaria de Segurança está fazendo isso aí. O Centro Integrado de Inteligência era um Projeto que estava pronto, onde toda a Inteligência está integrada é ali onde é a SESDEC antiga, já está indo para licitação, processo concluído com recurso do PIDISE, de uma obra que não vai ser feita, colocamos ali.

A Academia Integrada de Segurança Pública, está aqui o Capitão Henrique, o Projeto Original é dele, inclusive, e a gente fez uma tentativa no Governo Federal, através de uma Emenda Federal, descobri que as Emendas coletivas elas não podem ter duas obras da mesma Emenda da Bancada tem que ser uma obra só e daí a Academia ficou de fora, mas, nós vamos tentar via o recurso que sobra do PIDISE.

O Sistema de Inteligência Integrado, já dentro do Centro, o que está em negrito é o que já está feito e já está sendo feito.

As UNISPs, nós entregamos 14 UNISPs, vamos entregarmos as últimas duas desse ano em Alvorada e Jaru no dia 14 e 15 agora, um ano, nós entregamos 14 UNISPs. O Estado de Rondônia no final do Governo, no final da gestão que é uma coisa que melhora a condição de serviço lá do profissional que trabalha no interior, principalmente, aqui na capital também. Todo mundo sabe da realidade que nós tínhamos e o que nós temos hoje, Delegacias, alguns quartéis etc.

O Núcleo de Perícia Criminal tem mais a ver com a Politec e Polícia Civil, IML e ICC. Pode passar. Que isso já está sendo construído.

Os recursos para segurança. Esse primeiro item tem a ver com a Governança. Então, ele está sendo feito, é uma parte administrativa que é como fazer as parcerias, captação de recurso para que o Projeto alavanque.

Esse PROS, a gente queria agradecer a Assembleia, é aquela distribuição de recurso a partir de janeiro porque não dá para sair no mesmo Orçamento, essa Lei ela foi aprovada, eu queria agradecer Deputado o seu empenho aos demais, o Deputado Maurão, os outros que fizeram parte disso, foi votado aqui, é R\$ 8 mil reais para todas as Unidades do interior, principalmente, os regionais, para que eles para trocar uma lâmpada, para trocar uma bomba d'água não precise ir fazer um processo lá na Sesdec ou no Comando Geral da PM.

O próprio Comandante, o próprio Delegado tem condições de fazer. Isso, começa em janeiro porque é Orçamento de 2018, está aprovado já e vai acontecer prioritariamente dentro de UNISPs, Comando Regionais da Polícia Militar e as Delegacias Regionais da Polícia Civil. Pode passar.

Tecnologia para a Segurança. Nós assinamos já o Termo de Referência para a contratação do Big Data é o primeiro produto já com a contratação que é um cruzamento de todos os dados do Estado, inclusive, Vice-Governador Daniel Pereira, na reunião com o município nós vamos cruzar as informações com os municípios, de IPTU, inclusive, atendimentos hospitalares, tudo que está informatizado a gente vai cruzar e usando ele para Segurança Pública também. Então, quem tem carro, quem foi atendido, fez cirurgia, sofreu acidente, teve o carro furtado, até os que estão a margem, que roubaram o carro, o Cadastro Único que cruza todas as informações e dá o produto que cada um precisa e todos têm acesso de uma maneira bem objetiva.

O videomonitoramento urbano e rodoviário, que é uma coisa que está acontecendo graças também ao trabalho da Assembleia, têm muitas emendas e a gente vai falar mais detalhadamente.

O auto de prisão em flagrante virtual é criatividade da polícia civil, assim como os julgamentos; nós não temos delegados em todas as localidades, o delegado em uma audiência virtual em tempo real, faz lá a audiência, faz o flagrante se for o caso, dentro, com as testemunhas lá na cidade e ele numa cidade sede, se não tiver delegado na localidade. Isso já está bem fácil, falta pouca, o Luiz Roberto está aqui, qualquer coisa depois você complementa; falta a aquisição dos equipamentos.

Ferramenta de estação de dados, são ferramentas de inteligências, scanner de cargas, nós vamos colocar, a SEFIN, vai colocar lá na fronteira de Vilhena uma carreta, toda carga que passar, ela é escaneada, pode se ver drogas, cargas ilícitas, evasão de receitas também, tudo no mesmo ambiente. É um projeto a partir de 2018.

O sistema de identificação biométrica também tem a ver com a SEJUS, é outra secretaria mais interessa para nós porque a demanda é nossa.

Esse Programa Voluntário, é um programa sucesso total, nós abrimos 200 vagas, foi aprovado aqui na Assembleia Deputado Hermínio, são jovens do ensino médio, nós precisamos de 200 vagas; teve 8 mil candidatos, eles que atendem hoje as ocorrências do "SEOP" em Porto Velho, numa condição bem melhor do que era antes. Porque são mais e não tem

vícios e são treinados para atendimento. Os policiais militares que estavam lá da reserva remunerada, ou eram policiais já com muita bagagem policial, mas também muito envolvido com operação fim e nós precisamos de atendimento. Aí o despachante continua sendo militar, mas o atende civil e foram para o interior. Lá em Cacoal, estive lá visitando eles, eles atendem o videomonitoramento. Nós vamos apresentar aqui no mês de, logo que abrir a proposta de ampliação para 300 vagas. Então, completando todo o teto da Polícia Militar. Então, são mais 300 meninos e meninas que ganham mais ou menos mil e quinhentos reais, não tem vínculo com o Estado e vão ajudar a Polícia Militar a fazer esse trabalho administrativo. Eu falei pessoalmente com cada um deles numa reunião que a gente fez, todos eles têm graduação, alguns no 4º, 5º período de Direito, 7º, 8º, administração, engenharia, "TI", então, são todos técnicos e trabalham fazendo a parte administrativa da Polícia Militar. Nós queremos alterar a Lei, essa é a proposta que a gente quer fazer, que conta com apoio de todos os senhores; ampliando para Polícia Civil também, porque a Polícia Civil, ela não, assim como a questão das escolas, ela não participa disso. Mas, a gente quer fazer porque vai ajudar eles também a resolver os problemas. O Projeto Voluntariado, foi uma Lei aprovada agora, essa é outra coisa muito legal, porque o voluntário ganha trinta e cinco reais, ganha uma passagem ou uma vale transporte e voluntariamente trabalha; fizemos o concurso, são 50 vagas, nós tivemos até agora 1.800 candidatos; o Leandro que é da Ouvidoria, ele trabalha todo dentro da Ouvidoria; 1.800 candidatos, pessoas que querem trabalhar por trinta e cinco reais, pessoas adultas que já se aposentaram, ou que têm ainda, eles estão trabalhando como engenheiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, trabalhar lá no quartel, lá na delegacia voluntariamente; são 50 vagas, têm 1.800 candidatos. A Polícia Militar já pediu mais 50, nós queremos fazer 200 vagas, até agora no início de janeiro quando começar, porque é assim que a gente muda o sentido da coisa, a população começa a participar da mudança para o resultado, e a gente envolve. Eu moro no Ulisses, eu sou pintor, eu pinto muro da companhia que está lá no Ulisses. Eu sou eletricitista, eu ajudo lá, e eu trabalho seis horas dentro da Delegacia, dentro, nós temos os presos que fazem isso, mas o preso ele tem algumas coisas que ele não pode e tem outras questões que ele tem outras demandas. Mas, aqui nós podemos usar a própria população que quer fazer isso, na verdade, ela não quer os trinta e cinco reais, quer participar e ela mora no bairro. Isso é essencialmente, desculpa aí os técnicos, polícia comunitária é aí a origem do negócio, é o Japão, não discurso pronto; é o Japão começando a ser construído aqui dentro de Porto Velho e do Estado de Rondônia, porque a população vem voluntariamente. Nós não precisamos fazer um Decreto, fazer uma festa no quartel para chamar a população, ela já quer vir.

Esses outros programas que não estão em negritos, são os que estão sendo feitos por outras Secretarias. Aí vem outro item que interessa gente, os acessos as carreiras. Então, os Estatutos da Polícia Militar, da Polícia Civil estão sendo revisados. Já foi feito as leis de nível superior; eu quero agradecer aqui os dois Deputados aqui que estão presentes, o Deputado Hermínio, o Deputado Jesuíno, porque foi aprovado aqui. Então, o nível superior é para os nossos soldados e os oficiais, no

caso de curso de Direito e a reestruturação funcional da Secretaria de Segurança porque esse modelo é novo, nós mudamos o nosso modelo.

Eu queria fazer um adendo aqui, é a primeira oportunidade deputado que eu tenho aqui, mas que conste, vai constar nos autos. Nós tínhamos muitos delegados, coronéis lá dentro da Secretaria de Segurança, que ajudavam muito a gente, faziam um excelente trabalho, mas em razão da carência de efetivo na polícia, nós conversamos com o Diretor da Polícia Civil, Comandante Geral da PM e devolvemo-los para as corporações, e contratamos técnicos civis, não policiais que são habilitados a fazer projetos, trabalhar com projeto. Com isso, a gente melhorou a Polícia Civil um pouco, melhorou também a Polícia Militar, e vamos fazer mais e conseguiu fazer com que acontecesse uma revolução interna que nós precisamos admitir, que nós precisamos de técnicos, de projetos, de soluções inovadoras que nem "O Boas Ideias" ontem lá. E se não tiver projeto, não adianta ter ideia boa, e às vezes, nós não temos infelizmente nós, eu não tenho, nós militares, civis, delegados, nós não temos toda essa capacidade de fazer projetos, isso é preciso que se admita, e às vezes por um valor menor, a gente consegue. Eu tenho aqui dois exemplos, tem a Valquíria, ela é gerente de convênio, nós melhoramos o resultado e hoje o custo é menor disso e trabalhamos muito melhor, as emendas avançaram numa velocidade, isso é importante, o próprio Leandro lá da Ouvidoria. Essa reestruturação é importante.

Segurança para morar que tem a ver com mandado de segurança, que é o bairro São Francisco, eu queria convidar os senhores Deputados aqui de Porto Velho, para visitar. O videomonitoramento dentro bairro com a participação da população. Não é o videomonitoramento, vamos colocar câmeras, só nós vamos fazer, não. A vontade nossa é que a Polícia Militar tenha na viatura o celular que nem eu tenho aqui, e ele veja as câmeras do bairro São Francisco, a guarnição veja no celular dela e ela atue na área dela, ela não saia da área dela, ela tem que atender o bairro São Francisco seja uma viatura, ela precisa fazer isso, nós precisamos reordenar esse plano operacional da Polícia Militar, e aí ela faria o monitoramento também. Mesmo que se ligue para 190, a Polícia já está lá no birro, vendo inclusive o que está acontecendo e a população também vai ver. Então, a gente muda um pouco a lógica do só o SEOP, só o SEOP, o SEOP cheio de coisas, o plantão de Polícia supercarregado e a gente demora para atender a ocorrência.

Congestão as escolas militares aí modelo híbrido, já falei, não vou me ater. O monitoramento das escolas, a gente tem uma parceria com a SEDUC, vamos melhorar o monitoramento das escolas e trabalhar internamente com a SEDUC, porque não adianta só monitorar e saber que entraram e roubaram. Foram presos? A Polícia Civil identificou o criminoso? Foi denunciado? Está preso? Onde? Vais ser mantido preso? Tudo é um processo. Então, não adianta só vir fazer monitoramento e assistir televisão, é o que a gente faz, nós temos que fazer o videomonitoramento e tomar providências sobre isso em tempo real, no menor tempo possível. O Projeto Asas do Saber, ele não está em negrito, mas já está acontecendo é na SEDUC, é a Escola Lydia Johnson, todo mundo se evadiu da escola, eles são trazidos para essa escola e estudam lá do jeito que eles querem junto dos professores que são

capacitados, para a gente recuperar os alunos que se evadiam.

Segurança por Trânsito, todo mundo já sabe é muito conceitual, a gente fala muito em blitz, vamos, eu acho que é muito mais do que blitz, muito mais do que videomonitoramento também e o DETRAN, está nos ajudando muito viu, no sistema integrado ali, todo ele.

Para habilitar a Setur, ela precisa apresentar um projeto Secretário Glauber, é bom que Emerson saiba disso, porque ela tem um prazo lá, ela tem que apresentar um projeto, um projeto básico, a gente tem que tocar um projeto dela e dar uma condição segura para os visitantes do Estado, no Aeroporto, na Rodoviária, nas localidades, pontos turísticos ali em Cacoal, Pimenteiras que tem muito turistas pescadores etc, é um projeto legal, mas é a Secretaria que tem que fazer.

Para empreender, isso aí a Suder, está dentro disso aí totalmente, o comércio local, a Fecomércio, todos os órgãos que trabalham com o desenvolvimento, indústria, empresa ou comércio local, eles estão fazendo projetos para ajudar a gente. Vou dar um exemplo de Machadinho, em Machadinho a Associação Comercial, ela vai ampliar o videomonitoramento à custa da própria Associação Comercial, a manutenção; porque colocar câmeras é fácil, o difícil é manter elas lá, é que nem computador. Comprar computador é fácil, difícil é ter a tinta para impressora, é mais caro ter a tinta.

Mediação de Conflitos Agrários: esse assunto, eu ia falar mais se tivesse mais alguns Deputados porque tem haver mais com algumas regiões, e a gente avançou muito nisso, isso aqui era um índice, subia muito e a gente conseguiu com ação da Polícia Militar, da Polícia Civil, ação da Força Tarefa prendendo líderes que invadiam fazendas. Lideranças mesmo, movimento ditos movimentos sociais que não eram tão sociais assim, tem provas vários que estão aí nos autos que constam, então, a gente conseguiu reduzir.

Nós temos hoje, inclusive o Doutor Glauber, faz parte, a Mesa Integradora lá que cuida dos conflitos agrários e que recebemos um grande número de Deputados lá, para a gente ouvir os fazendeiros, os produtores que sofriam muito com isso, reduziu, esse índice foi 50% para baixo e melhorou muito graças à intervenção da SAMER.

A regularização fundiária é um tópico que com a medida provisória 759, dá para o Estado poder a partir de janeiro, vai entrar forte e o cadastro ambiental rural que é o CAR que a SEDAM já faz, juntando regularização com cadastro ambiental, crimes ambientais e regularização fundiária, a gente diminui ainda mais os índices.

E a reestruturação dessa delegacia, ela faz imediação nos conflitos agrários.

Segurança para sustentabilidade é o item da SEDAM, totalmente, a SEDAM ela usa muito a Secretaria de Segurança assim como o DETRAN e outros órgãos, então nós temos aí sensoriamento remoto, as invasões em unidades de conservação, hoje tem garimpo ilegais surgindo aí, e é uma demanda nossa. Então a SEDAM precisa ela precisa investir na segurança pública e é isso que a gente tem de trabalhar, agora com o Secretário Vilson, ele faz um excelente trabalho e estamos trabalhando em conjunto com o Batalhão Ambiental a gente quer ampliar, a Polícia Militar nessa nova formação aí deve receber muita gente para o Batalhão Ambiental para que

a gente controle melhor essa questão de campo aí nas nossas Unidades estaduais de conservação.

E a Delegacia Especializada nos crimes ambientais ela precisa de estrutura melhor também. Então na nova formação de delegados a gente precisa trabalhar isso.

O Socioeducativo eu não vou me ater porque é um processo que está em tramite aqui, que é a Fundação Socioeducativo, nós da Sesdec oficialmente achamos que é muito bom, viu deputado Jesuíno, a gente acha que é importante tratar disso através de uma Fundação, um novo anglo de visão.

Esse da Sejus, é um projeto da Sejus a reestruturação da Sejus, ela, foi mandada o processo agora retraiu, e está sendo reanalisado. A opinião da Secretaria de Segurança que absorve o problema é a demanda, é a Sejus precisa definitivamente de gerenciar o sistema prisional com os agentes de segurança do sistema prisional. A Polícia Militar faz a guarda dos presídios, nós vamos mandar um projeto para cá já está tratado isso com o Secretário, alterar a Constituição estadual e fazer um projeto de implantação de guarda de muralha. Nós não podemos mais, se a gente não usar isso, nós não vamos avançar nesse processo, aqui vai estar sempre usando a polícia militar e não vai ser efetivo. Nós não precisamos de um capitão, de um Coronel da Polícia militar dentro da Sejus na parte administrativa, eu não estou falando do Secretário, eu estou falando da parte administrativa. Nós precisamos de um técnico na área administrativa que cuide da Sejus, preferencialmente que seja do órgão mesmo, assim você dá a independência que ela precisa. Essa é a intenção do Governo, isso não pode ser agora também, nós precisamos de um tempo de transição, nós precisamos readaptar.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Hein Coronel só uma pergunta aí. Guarda de muralha não será mais exercida pelos militares, é isso?

O SR. CORONEL LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA - Não guarda de muralha é uma força da própria Sejus, são técnicos treinados para fazer guarda de muralha, guarda externa do presídio, aí tem uma alteração da Constituição do Estado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vão retirar essa questão dos militares?

O SR. CORONEL LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – É isso no médio, longo prazo, ainda vão discutir isso muito....

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Ah sim.

O SR. CORONEL LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA - Mas nós já conversamos com a Casa Civil, com o Governo isso é importante para dá independência. É exatamente a mesma coisa que aconteceu com o Corpo de Bombeiros e com a Polícia Militar, eu faço a independência mais eu continuo usando a metade do efetivo da polícia militar na Sejus, nem a Sejus quer isso. Eles têm condições de administrar o problema deles, nós precisamos fortalecê-los. E a polícia militar precisa

restabelecer a COE, restabelecer a condição de se precisar dá o suporte para o sistema prisional, mas não lá dentro, lá dentro não, só em caso de emergência. Eu acho que isso aí resolve, eu não, isso aqui pessoal são sugestões de todo mundo, a gente está apresentando aqui, é do Governo. Então a Constituição Estadual precisa ser discutida isso, a gente voltar aqui deputado Hermínio se quiser é só para tratar disso e aí chamar o Secretário de Justiça também. Articulação institucional, é um dos municípios mais pacíficos não dá para fazer nos 52, nós escolhemos 22 municípios mais violentos, toda a Comissão que participou disso está aqui, nós fizemos pré pactuação, ou seja, o problema está no município, segurança pública se resolve primeiro no município. Mas o município precisa participar de tudo isso, não só como vítima, tem ações no município, eu vou usar melhor o exemplo de Machadinho sempre por que já tem essa tendência. Então lá o Juiz, setenta mil reais o Juiz colocou lá para ajudar a segurança pública do município, então o Judiciário no município está fazendo a parte dele. Toda a causa que tem multa vai para a polícia; civil, militar, bombeiro está lá. O Ministério Público deu o quartel, a casa lá para o Bombeiro, a manutenção das câmaras a Associação Comercial, a Câmara dos Vereadores lei, meia noite fecha os bares. Isso é importante, isso poderia até ser uma lei estadual no futuro depois para os municípios todos. Então o que nós vamos fazer? A próxima etapa é o Governo, o Presidente da Assembleia, os Poderes vão aos municípios pactuarem, a partir daí a própria Câmara trabalha em função do que a população do município quer independente das questões ideológicas individuais. Os representantes são representantes, não são eles né. Quando você assume um cargo, eu sou o Presidente do condomínio eu sou o dono do condomínio, eu sou o Presidente do condomínio, quem elegeram foi o condomínio, eu tenho que falar é com o condomínio. A mesma coisa serve para nós, a Associação da Polícia Militar, os Sindicatos, as Assembleias, o Congresso Nacional, o poder é do povo, isso é o essencial da democracia, o poder é do povo. Nós estamos devolvendo o poder para o povo fazendo a pactuação com os municípios mais pacíficos, para o povo melhorar a condição futura do Estado, independente de quem quer que esteja aqui. Então isso depois nós vamos mostrar quais são esses municípios.

Aí o Fórum Estadual de Segurança que é a parte que nos toca, o resto é gestão da governança que é outro item, que é a Governadoria que está cuidando, nós precisamos estabelecer isso objetivamente até por causa dos nossos hermanos bolivianos e nós queremos fazer agora antes da metade do ano, em maio talvez o Fórum Estadual de Segurança Pública em Rondônia com todo Brasil aqui dentro de Rondônia e mostrar para a polícia de São Paulo que a fronteira, se possível até andar no rio Guaporé e Mamoré de barco com a polícia de São Paulo porque eles querem nos ajudar. Ao invés de Força Nacional, viu Deputado Jesuíno, o Governo Federal tem a Força Nacional de Segurança que é montada com os nossos policiais e que vão trabalhar lá no Rio Grande do Norte, com todo respeito ao Rio Grande do Norte, a droga que vai para o Rio Grande do Norte entra aqui, nós tínhamos que ter a polícia do Rio Grande do Norte paga pelo Governo Federal trabalhando aqui na fronteira, lá no Mato Grosso, no Amazonas, lá no Rio Grande do Sul, no Paraná e Santa Catarina, a Força Nacional de Segurança do Brasil tem que ser paga pelo Governo

Federal as diárias boas com os nossos policiais para trabalhar na fronteira, é lá que tem contrabando, descaminho, é lá que começa o roubo de cargas, as armas, o AK-47 que dá tiro em polícia, eles querem fazer isso, eles não tem recurso para isso, então a nossa proposta do Secretário de Segurança extingue-se a Força Nacional e paga-se o salário, a diária dos policiais estaduais todos eles do Brasil todo, mas para trabalhar aqui na fronteira, não só em Rondônia, nos Estados da fronteira.

Por último o item, para descansar um pouco vocês, a gestão e governança, que a gente fala muito, usa uma palavra é discurso pronto, tudo que a gente faz quando se assume um cargo seja ele qual for 'o que você vai fazer para melhorar um pouco o que você tem?' aí sempre a gente tem uma lei, nós não conseguimos mudar absolutamente nada se nós não olharmos para dentro, então nós estamos aqui como representantes da população através do Governo que foi eleito pela população para comandar e chefiar uma secretaria que possa dar condição para esta população viver melhor e para fazer isso cada soldado que está aqui presente, cada agente de segurança precisa fazer alguma coisa e não adianta dar entrevista só na mídia e falar mal de si mesmo, não adianta só dizer que falta efetivo, falta viatura, falta munição, falta armamento, isso o Brasil já sabe, o mundo já sabe e não é só dando tiro que vamos resolver esse problema. Aliás, é menos tiro e mais, quem tem que receber repressão é quem é já pessoas que não tem mais recuperação, não é o caso da população, com certeza. Então a gestão precisa medir se esse programa está sendo resultado, aí nós vamos falar uma palavra séria que é continuidade, gestão contínua do processo legado, não importa governo, não importa secretário, não importa o prefeito, não importa nada, importa continuidade do processo, do programa com base na base, no quem está dentro, aí eu acho que a gente atinge o objetivo no médio e no longo prazo.

O detalhamento dos programas a gente já falou, então só para vocês verem o que está acontecendo. Videomonitoramento urbano. O Sávio que é um dos voluntários, o menino lá do ensino médio, o voluntariado que vai começar agora o plano piloto começa em Ariquemes, algum processo a gente escolheu, aqui foi Porto Velho, videomonitoramento do Mãos Dadas em Porto Velho, as UNIPs são 19 locais, o Mãos Dadas aqui do São Francisco, o PROS é em todo Estado, nos municípios mais pacíficos e dos 22 municípios mais violentos. Se a gente conseguir uma ampliação através de emenda para tocar outros municípios com certeza faríamos.

O Custeio, aqui o orçamento, viu Deputado Jesuíno, isso é importante que cabe no orçamento da segurança pública 2017, então nós tínhamos aí de custeio R\$ 50 milhões de reais, a nossa folha consome do orçamento total R\$ 762 milhões, folha de pagamento, por isso que a gente fala assim as vezes, nós queremos aumentar o efetivo mesmo ou fazer algum investimento em tecnologia e melhorar um pouco a condição da valorização do profissional? Essa é uma decisão que tem que ser tomada, aí nós estamos fazendo gestão porque só aumentar o efetivo nós vamos impactar ali, nós temos que aumentar o efetivo, isso todo mundo sabe, precisamos arrumar um jeito de aumentar o efetivo, mas investir em tecnologia, em criatividade que esses meninos e meninas e daí talvez melhorar um pouco a condição do policial e daí eu acho que seria mais proveniente, uma coisa mais legal.

Aí é a parte de investimentos. Nós tínhamos um milhão de reais.

2018 novembro a novembro, um ano, nós reduzimos o custeio fazendo gestão, R\$ 400 mil reais de links, etc, transformando isso em investimento, R\$ 10 milhões para investimento, isso é a maior capacidade que o Estado tem, o Estado Poder Executivo, aí eu vou entrar num assunto importante na Casa Civil com o Governador, o orçamento Deputado Jesuíno, que foi mandado para a Assembleia é o orçamento ideal para a governabilidade e governança do Estado de Rondônia, isso foi feito pelos técnicos, pelo Secretário George, pela SEFIN e todas as Secretarias, o aporte em Segurança Pública que o Governo, o Executivo pôde dar é este aqui, R\$ 10 milhões, nós já estamos fazendo isso com os programas em andamento e agora em janeiro alavancamos, e o orçamento fica daí R\$ 760 milhões, então diminui 2, era 762, volta ali. Diminui dois milhões da Folha, no caso diminui dois. Então mesmo assim, isso é gestão, mas não é uma gestão minha, é gestão padrão Estado, hoje todos estão fazendo isso. Então diminuímos dois milhões e meio para sobrar e entrar lá naqueles dez milhões. É o máximo possível que nós conseguimos fazer. Diminuir mais a folha é impossível se nós queremos contratar 300 que vão se formar agora em fevereiro e talvez contratar mais nós não podemos diminuir a folha.

Aí o incremento do Orçamento, foi um baita de um incremento 0,71% da Segurança Pública, com o mesmo recurso, incremento no investimento, vamos dizer assim, quase com o mesmo recurso de oitocentos e quatorze para oitocentos e dezenove. O desdobramento daqueles dez milhões são esses aí, alguns a gente colocou segurança parece que dá R\$20.000,00, era para a gente ter aberto o orçamento e na medida que a receita avança, que as emendas, que o processo avança a gente consegue ampliar aquilo lá.

Este é o BIG DATO Centro Integrado de Comando e Controle, o Centro Integrado de Inteligência, e o SIOP, junto PIDISE e coisa juntos, mas esta parte é a parte do Estado. Tudo isso para fazer gestão em segurança Pública.

Aí os outros são itens simbólicos, segurança para morar, Orgulho do Madeira. No orgulho do Madeira nós temos aqui ele não está aqui o Deputado Maurão, mas alguns deputados querem fazer emendas, nós precisamos disso. O videomonitoramento do Orgulho do Madeira, então nós precisamos de R\$800.000,00 a gente precisa ir pelo menos de dois, três deputados que tivessem vontade de nos ajudar neste sentido, a gente ampliaria aquilo ali e faria uma.

A estrutura para segurança. A Assembleia já faz muito bem isso. Aqueles kits biométricos de verificação, convênios com os municípios, viaturas que são cedidas de emendas, que para a Polícia Militar diretamente para a Polícia Civil atende esta demanda aí, mas a gente pode melhorar.

Então de videomonitoramento nós temos 14 municípios. Se a gente chegasse a metade do estado até 2018 já seria muita econômico, nosso plano é ainda maior, que a gente consiga pelo menos 30 municípios. Eu acho que se cada deputado e quase todos estão fazendo isso, não é Gonçalves? Fizesse isso aí a gente atingiria esse objetivo e isso faz toda a diferença. Em Cacoal reduzimos em quase 80%, 90% quase das ocorrências só por causa dos vídeos monitoramento, no trânsito por exemplo. E aí estão os municípios, então a gente precisa

de mais apoio. Os voluntários, a gente já falou que são duzentos jovens, está aí o custo, isso aumentou a folha, mas se fosse policial militar, duzentos policiais militares a custo de três mil reais quanto seria? Então é uma medida...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Aumentou a folha?

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Não, a folha sim, o orçamento esse que não aumenta, não dá impacto na Lei de Responsabilidade mais aumento o valor, você tem que pagar o programa, isso não afeta o efetivo da polícia militar, na verdade ele consegue aproveitar os alunos e também trabalha na prevenção. Você consegue aproveitar os alunos da escola, eles trabalham com a gente por um custo menor, melhora o atendimento e o resultado melhora e não interfere em contratação ou não de policiais, absolutamente nada. Que ele não tem a ver com, por exemplo, lei de responsabilidade fiscal.

Ai onde estão os voluntários no Estado nesses municípios aí, é possível ampliar? É em janeiro nós pretendemos contratar mais 300.

As UNISPs eu já falei, são 19, nós vamos entregar 14 só em 2017. Tem quartéis e outras coisas que vão ser entregues ainda. Esse PROGES nunca aconteceu na história da Segurança Pública, Divisão de Recursos para as Unidades com autonomia para eles administrar, esses são os locais principais, são oito mil reais, até oito mil reais. Ao invés de ficar fazendo suprimentos de fundos, dando trabalho para a SEFIN, para a SEPOG e o tribunal de Contas, a gente... O Projeto voluntários que é aquele dos voluntários trinta e cinco reais e mais o vale transporte, a essência é essa, nessas áreas; saúde, educação, esporte e lazer. Desde o professor de educação física até um médico pode trabalhar dentro das Unidades para ajudar. Se tiver uma ação social que nem o PROERD que vai atender uma comunidade, ele pode trabalhar como voluntário no Batalhão ajudando o PROERD na área de saúde, por exemplo. A pactuação dos municípios, já falei, então a gente foi lá, conversei com todos eles para mudar lógico, a solução do problema é no próprio município. Esses são os municípios. Ai as pactuações, algumas de forma genéricas, a gente vai tratar numa pauta única depois com todo mundo; Governo, Governador, e a Assembleia. O que vai depender do Presidente da Assembleia e do Governo do Estado essa pactuação, que a gente chama pactuação é dos Poderes, não é só Secretaria de Segurança, é o está estabelecido numa reunião inicial. Pimenta, Colorado, normalmente tem muito vídeo monitoramento, tem leis municipais, conselho tutelar, fortalecimento, a associação comercial o que eles podem fazer. A transferência de banco de dados, em cada componente faz alguma coisa também e nós também e as nossas secretarias também complementam. Pode passar aí, nós vamos ter outra oportunidade, os próximos passos que é exatamente isso que vai acontecer em breve aqui na Assembleia. Naquilo que o Estado não tem capacidade, esse é o motivo de estarmos aqui, vou repetir o orçamento que o Estado mandou para Assembleia, o orçamento ideal para a gente tocar o ano de 2018, mas eu gostaria de pedir ao Deputado e todos que estão aqui, que de certa forma ajudam, e os que não estão também, colocar as emen-

das e direcionar um pouco mais à nova Pauta Nacional é Segurança Pública, nós fizemos muito em Saúde, fizemos muito em educação e eu queria pedir que aquilo que a gente não tem para o Rondônia Mais Segura, que fosse através das emendas mesmo, talvez, complementado por emendas, para o Rondônia Mais Segura e que orçamento está ali, é o que a gente entende sendo o possível do Executivo, do ideal para que a gente.

Queria agradecer ao Deputado Jesuíno, Deputado Hermínio, Deputado Ribamar que está aqui, o Vice-Governador, o senhor sempre está lá conosco, conversei com o Deputado Hermínio também em algumas ocasiões e a gente tem os representantes que são os senhores, pessoas que podem nos ajudar, o Estado é estável, a população precisa do Estado, funcionando para não sofrermos. E a violência; vou repetir; a gente não vai resolver só com a polícia na rua, é importante, mas só isso não vai resolver.

Eu não sei se o mapa acabou ficando pronto, eu queria mostrar o mapa da fronteira lá. Só mais um minutinho, eu queria mostrar porque esse é um assunto nacional, nós apresentamos isso para 22 governadores do Estado aqui no Acre e 04 ministros, o Presidente Temer não pode ir porque ficou doente naquela ocasião, que são os Ministros da Defesa da Justiça, do Supremo e das relações exteriores. Foi uma baita de uma audiência e conseguiu resultado de 22 secretários e isso aqui, pessoal, é em Segurança Pública no Brasil, até no mundo, mas aqui, mas aqui no caso é Brasil que estamos discutindo, isso aqui é a verdade sobre Segurança pública. Os índices são da ONU, não são índices, e os índices da ONU trabalham os nossos índices. Índices de processos do judiciário, de ocorrências registradas, não são coisas, então, nós apresentamos naquela ocasião. Tudo o que acontece no Brasil hoje tem a ver com as drogas, eu queria pedir a todos que estão aqui ouvindo que falasse isso, assim com toda a tranquilidade, todos os crimes que são 71% deles tem a ver com drogas, essa é a causa raiz do problema nacional, as drogas que demandam, que é fomentada e alimentada por problemas e desajustes sociais, isso é científico e não adianta a gente dar entrevista sobre outras coisas, essa é a causa.

A Fronteira brasileira tem 15 mil quilômetros, a faixa laranja é a famosa faixa dos 150 quilômetros da faixa da fronteira onde o Exército e as Forças Armadas podem atuar, poder atuar não quer dizer que a gente atue, se a gente usar a teoria de que é no município que o mundo acontece é o Estado que vai cuidar do município na fronteira, primeiramente, não vai ser as Forças Armadas, menos ainda a Polícia Federal, eles querem ajudar? É claro que eles querem; eles fazem isso, mas não tem condições nem capacidade de fazer do jeito que nós fazemos. Nós não temos, só que nós ainda assim um maior número de efetivo do que eles, para fazer isso aí o Exército teria que fazer uma operação de guerra. Eles fazem uma vez por ano algumas operações, ajudam; aqui em Rondônia a 17ª faz um excelente trabalho, fazem vistoria em presídios, fazem operações na fronteira, mas ainda é pouco para a nossa demanda.

Aí, os Estados que fazem divisa da fronteira brasileira, não é o caso, nós vamos focar em Rondônia. Se a gente diminuir os Estados do Sul e deixar até o Pantanal a gente vai ter seis mil quilômetros. Se a gente incluir só a Amazônia Legal mais o Pantanal que são as áreas mais vulneráveis, nós temos oito mil quilômetros que é nós que cuidamos.

Aí os maiores produtores de cocaína do mundo. Aí é onde nós queremos chegar, foi o que nós falamos para o Governo Federal, para o Supremo Tribunal Federal, para o Ministro da Defesa, para Ministro das Relações Exteriores e o da Justiça, 92% da produção da droga no mundo é feita nesses três países inclusive o nosso, 44% da Colômbia que reduziu muito, a Colômbia reduziu muito, acho que o Governador esteve lá, a Colômbia depois do Pablo Escobar, todo mundo sabe essa história, realmente os americanos começaram a ajudar, porque eles são os maiores consumidores, reduziu, mas olha que é pesado! E ela usa hoje pelo Peru e Bolívia que são os países mais difíceis, se o Peru não está melhorando, então esse é o índice daquele escritório da ONU, escrito aqui embaixo, Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e o Crime.

Os Estados Unidos é o maior consumidor e o Brasil é o maior consumidor em volume, aí tem um item importante, que é importante a gente saber. Se a droga no Brasil custasse o mesmo valor que ela custa nos Estados Unidos, nós seríamos o maior do mundo, é porque aqui a droga é mais barata e também de mais baixa qualidade. Esses índices são daquela junta lá, é Junta Internacional da Fiscalização de Entorpecentes, do mundo, da ONU. Os maiores consumidores do Brasil são três Estados, eu coloquei só os dois, São Paulo Rio de Janeiro e Minas Gerais é o terceiro.

Esses Estados são 68 milhões de pessoas, esses Estados representam 68 milhões de pessoas de um total de quase 200 milhões no Brasil. Pode passar. Se a gente somar a maconha que muitos querem até liberar o uso da maconha, só o Paraguai é o maior produtor do mundo também com 89%. Olha onde que está o problema do crime no Brasil? No Brasil e os outros Países do mundo, só que eles estão do lado do Brasil, é a Fronteira Sul e a Fronteira da Amazônia Legal e do Pantanal Brasileiro. Pode passar. Aí vamos cruzar as informações crimes com as drogas. Aí nós colocamos a Venezuela que já é um problema de Segurança Nacional hoje, real, de tráfico de pessoas e um monte de outros crimes. Pode passar, por favor. Estão lá, 71% dos crimes, homicídio, latrocínios e roubos, são relacionados ao tráfico, já falamos. Desses aí o pessoal gosta muito da estatística de Homicídio por 100 mil habitantes, todo mundo adora isso, o Governo Federal, o Ministério da Justiça, nós temos tantos homicídios, 37% dos homicídios é do crime organizado contra ele mesmo. Eu vou dar outro número que não está aí porque não tem a ver com esse assunto, 30% passional; problema social familiar. Sobra quanto? Vinte e três. Então, o nosso índice que interessa para nós, maior, não que a vida não seja importante é 23% efetivamente, primeiro, não é, de resposta e trabalhar a parte social que não é Ocorrência Policial, é Ocorrência depois que ela acontece. Trabalhando a parte social de outras coisas. Crimes passionais, estupro e outras coisas, isso que se fala em Conceito de Segurança Pública, é isso que a gente estuda nas Universidades, nos cursos e não aplica na prática, em nenhum setor, ou se aplica, aplica mal porque senão os índices não seriam esses. Pode passar.

Os meios são os mesmos usados para qualquer tipo de transporte. Na Amazônia são pequenos aviões, agora com a Lei do Abate diminuiu, mas, não são todos os aviões que transportam drogas que são abatidos. Pode passar.

Então está mencionado ali, aí está toda Amazônia Legal, incluindo o Maranhão, o Tocantins e o Mato Grosso que são

Estados da Amazônia Legal, então, são 9 Estados. O Norte 6 mais 3.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Seria o quê?

O SR. CEL. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA - É toda Amazônia Legal. Os Estados da Amazônia Legal que representam, isso é uma argumentação que eu acho que vale para nós, nós precisamos ser primeiro, nós somos Amazônia, nós vamos ser da Amazônia. Independente se o senhor veio do Nordeste, eu do Rio Grande do Sul, nós temos que defender isso aqui. 62% do Território Brasileiro está sobre a nossa custódia, a riqueza que não foi explorada está aí, então, não tem o que não falar de Amazônia, de SEDAM, nós temos que falar da SEDAM, é isso que o Vilson está fazendo lá, nós temos que proteger, mas não é só a história, tem que desenvolver também, só proteger não adianta. Mas, aí tem que guardar a fronteira e proteger. Aí tem que regularizar as terras, porque se você vai proteger, é melhor que regularize antes, porque daí você consegue ter um senso das pessoas que moram e a titularidade, aí a Seduc pode ter mais alunos na Zona Rural de uma forma mais estratégica, mais estruturada, porque se eu não preciso sair do campo se a floresta está em pé eu tenho salário sobre isso eu consigo colocar o meu filho numa escola boa lá no interior. Se nós não fizermos isso pessoal nós vamos enxugar gelo o resto da vida, pode até parecer filosófico, isso aqui não tem nada de filosófico, é isso aqui que a gente não fala que tem que ser falado, isso é científico, é o dever de casa que a agente não fez, a gente e o Brasil, e que Rondônia está fazendo e os senhores estão fazendo e que faz toda a diferença para todos nós, nós usamos o serviço. Pode passar.

Aí volta, só volta o último que é importante. Todos os outros crimes subsidiários também são desdobrados por aí. Furto de celular, contrabando e descaminho. Se eu cumpro um cigarrinho barato estou financiando as facções, eu me recuso falar o nome de facção.

Nós temos que falar o nome do Batalhão, do Policial que prendeu, do Deputado que fez Emenda, que luta pela classe dele, do Governador que faz ação e faz gestão, agora, facção? Tirar foto? Foi preso ontem um cara do Rio de Janeiro a Polícia tirando a foto, self com o cara preso. Que é isso pessoal, nós estamos invertendo os valores? Não foi isso que nós... Não está na Constituição não. Nós somos a Segurança Pública do Estado de Rondônia. Todos nós aqui. Nós nos movemos por causa desta Casa aqui e do Governo, o Governo trabalha sobre os olhos desta Casa aqui e do Tribunal de Contas, do Judiciário e do Ministério Público, se eles não puderem olhar para nós e não nos corrigirmos nós vamos fazer o que acontece no Rio de Janeiro, lá não tem condições de resolver, não tem. Tem um colega lá que era lá de Santa Maria também, o Beltrane, tentou fazer uma coisa, não aconteceu nada, lá está do jeito que está e a Polícia trabalha lá com algumas exceções. Pode passar, por favor.

Aí 10 mil quilômetros é a nossa fronteira que tem que ser protegida para a gente já terminar agora mesmo, pode passar. Sempre coloco aí porque é o problema. Pode passar.

Amazônia Legal. Vai passando mais rápido, por favor. Aí tem um detalhe. Está bom. Tem um detalhe, o Sul, eu sou

do Sul e os meus colegas do Sul quando falam em reuniões, eles não gostam porque os 4 mil quilômetros ali do Sul têm 10 Delegacias da Polícia Federal, só no Paraná; 10, 10 não, 03 Policiais Rodoviários Estadual, Companhias de Polícia Rodoviária no Paraná, tudo asfaltado; têm Receita Federal atuante mesmo que não pegue tudo, pega, e a nossa fronteira tem 1.400 Km e 02 rios. Se eu pego duas voadeiras e boto umas tábuas em cima, eu atravesso uma hilux lá, em qualquer lugar do Mamoré e do Guaporé, desde que tenha uma passagem. Não têm Drone, não tem Polícia Federal, tem 06 policiais em Guajará. Eu não estou falando isso para falar mal da polícia, a Polícia Federal nos ajuda muito, eles precisam que a gente também grite par ao Governo Federal botar mais polícia federal aqui; a Polícia Rodoviária Federal tem duas unidades na 364, sentido fronteira do Acre, da Bolívia; e a Polícia Federal quando ela trabalha, ele pega meia tonelada de droga, que ela trabalha e ajuda muito a gente. Então, nós precisamos mudar essa lógica e chamar para nós aqui todo mundo, mas chamar também os investimentos, porque só fazer a segurança e pagar diária, o orçamento não aguenta.

É o último que eu vou mostrar, agora sim para finalizar. Nós fizemos, juntamos a estatística da ONU e fizemos um cruzamento, uma pesquisa que diz: o que é vulnerabilidade? Bom, pouca ou nenhuma vigilância na fronteira; pouco ou nenhum destino, postos de fiscalização da Polícia Federal, da Rodoviária, da Receita; uma ou nenhuma unidade da polícia estadual; Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Técnica. Uma ou nenhuma rodovia pavimentada, nós nem temos rodovias em algum lugar, lá na fronteira, são áreas protegidas, é muito difícil. Mas, o criminoso anda no meio da selva, qualquer livro que fala sobre a Colômbia e o Pablo Escobar, vai mostrar para vocês que eles transportavam 100 toneladas de cocaína no meio da selva, dentro de rios nativos, fortemente armados, com avião, helicóptero, tudo que você imaginar; porque eles têm muitos mais recursos do que nós. E daí o nível médio seria a vigilância razoável e o pequeno, aqueles que não têm, tem muito posto de polícia, fiscalização. Então, pessoal, essa área verde chamado de arco norte, é o que a gente precisa fazer em segurança pública. Porque nós trouxemos isso aqui para Rondônia, falar sobre isso aqui, aqui? Porque nós somos daqui, porque que Rondônia tem alguns índices complicados? Porque nós precisamos cuidar mais do tráfico de drogas aqui e para isso, a gente precisa de uma estrutura melhor para as policiais, Segurança Pública, precisa fazer prevenção; as crianças precisam parar de usar drogas, elas usam porque o bandido vai lá na escola, tem professores que em alguns momentos que ajudam isso. Essas pessoas nós precisamos resolver isso. Então, é fazendo a polícia trabalhar mais, fazendo prevenção que diminuir a vontade dessas pessoas de praticar crime. Se o Estado não está presente, o crime vai estar sempre, em qualquer lugar do mundo. Os índices de Rondônia no anuário de abril, se continuarem assim nós seremos o 7º Estado brasileiro menos violento. Eu faço questão de mencionar isso, porque isso é estatística, não é só propaganda, não é só, são fatos. E o trabalho Deputado Jesuíno, para encerrar, eu queria parabenizar essas Corporações, a Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros, a Polícia Técnica, parabenizar o Governo do Estado que botou todas as Secretarias junto conosco, a Casa Civil que está aqui representada pelo Dr. Glauber, porque fazem essa articulação

aqui, abriu um canal, antigamente, antigamente mesmo, se falava em Casa Civil, nem vinha aqui na Assembleia; hoje a gente vem, todos nos recebem bem, a gente conversa, ouve, corrigem as distorções e volta melhorando cada vez mais, isso a Casa Civil tem todo o mérito, eu queria falar aqui em nome do Secretário Emerson. Agradecer ao Secretário George, o Vagner que conduzem esse Estado com muita austeridade, principalmente ao Governador Confúcio Moura, que nos colocou, todos nós aqui que ocupam cargos, nessa função, acreditando que nós podemos fazer mais, só podemos fazer mais juntos, senão nós não vamos conseguir. Muito obrigado, da minha parte eu estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Registrar a presença da senhora Beatriz Basílio, representante da Secretaria de Planejamento da SEPOG; Secretaria Municipal, o senhor Secretário Municipal, Sandro Mariano, Secretário Municipal de Educação; o Excelentíssimo senhor Prefeito, Anildo Alberto, Prefeito Municipal do Vale do Anari; Excelentíssimos Senhores Vereadores Welliton, o Polaquinho; o Professor Sinval, da Câmara Municipal do Vale do Anari e o senhor Vereador Mão, Câmara Municipal de Cacoal. Passar a palavra para o senhor Vice-Governador do Estado de Rondônia, Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA – Deputado Jesuíno, eu queria saudá-lo, parabenizar pela iniciativa; o Deputado Herminio, o Deputado Léo; o Deputado Ribamar que estava aqui presente a pouco momento, saiu porque vai viajar, tem compromisso logo em seguida e eu creio que a apresentação feita pelo nosso Secretário, Coronel Caetano, em nome do qual quero saudar todos os nossos técnicos e profissionais dos diversos segmentos de Segurança Pública que estão aqui; eu creio que eles falam por si. Por um outro lado, a manchete do Jornal Diário da Amazônia de hoje: Brasil e Bolívia se unem contra tráfico na fronteira. Mas, aí é uma, são passos que estão sendo construídos graças a esse processo que o Deputado Lebrão iniciou, de construção de uma agenda comum com a Bolívia, e sem sobra de dúvida o problema da segurança pública é tão profundo, já foi abordado aqui pelo Coronel Caetano, que vinte e dois dos vinte e sete Governadores se deslocaram até o Estado do Acre, vieram todos conversar sobre o problema porque hoje sem sombra de dúvida o problema mais grave que o país tem é o problema da segurança pública. E ainda ecoa no meu ouvido o saudoso Deputado Paulo Moraes, quando ele ao fazer um pronunciamento aqui na Assembleia Legislativa, ele disse que tinha três coisas que resolvem o problema de segurança pública, era dinheiro, dinheiro e dinheiro. Passados aí algum tempo o tal do dinheiro, dinheiro, não veio e os problemas, eles não só se mantiveram como eles se agravaram, não é privilégio só de Rondônia, e só do Brasil, esses problemas de segurança. Coronel Caetano, mostrou ali o tamanho do nosso problema de fronteira, quinze mil, cento setenta e nove quilômetros de fronteiras, lembrando que o Estados Unidos e o México, tem uma fronteira de aproximadamente três mil e setecentos quilômetros que é a única fronteira que eles tem, tem o poderio econômico muito maior com capacidade tecnológica e os Americanos querem fazer o muro, o problema é que eles não querem gastar o dinheiro dele, e querem que os mexicanos façam o muro, e nós, os Bolivianos, os Peruanos, os Co-

lombianos, os Equatorianos etc e tal. Tem dinheiro para fazer o muro? E se tivesse será que o faria? Então, o nosso problema é muito maior do que o deles e eles jogam para o vizinho a solução, e a gente como é que a gente enfrenta esse negócio? Então, eu quero aqui parabenizar algumas iniciativas concretas que a gente tem e vou começar aqui pelo Coronel Gonçalves. Assim que eu assumi o mandato de Vice-Governador, eu tive, fui fazer uma visita à região Sul do Estado. E no domingo de manhã, fui visitar o Centro de Operação do Sistema de videomonitoramento da Cidade de Vilhena, o Coronel Gonçalves foi o primeiro a fazer isso no Estado. Então, eu quero render as minhas homenagens ao Coronel Gonçalves, porque essa é uma das formas, se eu não tenho dinheiro, dinheiro, dinheiro, eu pego aquilo que tenho e aplico novas formas de gerenciar isso, que a gente tem que fazer na área de segurança, de educação, de saúde em todo o serviço público. E nesse período por ver esse problema tão grave que nós temos, eu estava fazendo as contas aqui, eu já visitei quatorze Estado da Federação conhecendo alguma coisa sobre segurança pública, algum Projeto da Polícia Civil, outro da Polícia Militar, outros de Assuntos Penitenciários como Minas Gerais, que fui visitar as APACs, leituras do Pacto pela Vida do Pernambuco, do Ceará Pacífico no Ceará aonde a Vice-Governadora, que coordenar esse processo, a Professora Izolda, nesse exato momento está no Território de Rondônia, porque veio ontem contribuir com a gente como Secretária Municipal de Educação, que foi no passado do Estado do Ceará, e do município de Sobral, Governo presente no Espírito Santo, do meu amigo Renato Casa Grande, Paraíba Mais Segura do Ricardo Coutinho. Então, são algumas leituras que a gente foi fazendo e Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e com observação, apenas três Estados desses eu visitei por circunstância de outra agenda à custa do Governo do Estado. Desses quatorze municípios que eu visitei, Estados, onze deles, eu fui com dinheiro do meu bolso fazer a visita lá, não é um viajante às custas de recursos públicos que quer fazer turismo com dinheiro do Estado. Eu graças a Deus, tenho o suficiente para sobreviver e de vez enquanto a gente sai a passeio para algum canto, e toda agenda que eu vou, eu coloco educação e segurança nessas agendas contrariando inclusive a minha companheira de viagem que é a minha esposa. E a gente acabou ajudando a construir algumas ações que algumas nós interferimos para ajudar, outras a gente vem acompanhando. Eu citei aqui o modelo de videomonitoramento que Cacoal acaba de fazer um evento, a semana passada fantástico, e esses dias, eu fui a Cacoal no final de semana, fui lá para dentro, e eles começaram a passar os vídeos para mim, cara, como facilita a vida da PM, da Polícia Civil, da Sociedade aquele tipo de serviço. E eu trago aqui, que eu estive na Coreia do Sul, numa missão oficial do Governo, e eu visitei duas cidades, cidades enormes que são controladas 100% com serviços de inteligência, dessa que foi apresentada aqui pelo Coronel Caetano, é obvio que os dez milhões de reais, não vai dar para fazer isso, nós vamos ter que nos desdobrar. É interessante essa discussão aqui para que a Assembleia Legislativa, cada um dos senhores Deputados, e isso não é nenhuma crítica, é um fato, nós somos o único Estado da Federação hoje que os Deputados têm a facilidade de liberação de emendas com recurso no orçamento. É claro que isso tem sido trabalhado para que você possa direcionar isso para pro-

jetos que atenda imediatamente o anseio da sociedade. E eu quero só para deixar registrado aqui Deputado Jesuíno, o brilhante trabalho que o senhor faz coordenado essas ações. O Coronel Caetano, fui muito feliz aqui e talvez seja a primeira vez na história do Estado de Rondônia que a gente tem uma tentativa se fazer a discussão da segurança pública não apenas os agentes da segurança pública participando desse processo. Esse trabalho que antecedeu a criação do Rondônia Mas Segura, ele envolveu pelo menos 300 pessoas da sociedade, a metade delas profissionais, segurança pública no dia a dia, mas a outra metade pessoas da sociedade de outros segmentos sociais. Nós por exemplo, estamos articulando um trabalho juntamente com a AROM e com o consorcio intermunicipal para a gente trabalhar a qualidade de iluminação pública nos 52 municípios. Isso creio que tem um impacto direto com as questões de segurança pública. Ontem nós fizemos um seminário aqui sobre educação e eu ousou dizer, não no imediato, mas a médio e longo prazo é o caminho que nós temos que trilhar, por que quando eu pego o perfil das pessoas que estão cumprindo pena 90% não tem o ensino fundamental completo. Então quando eu vou numa Escola de 2º Grau e eu olho para aqueles meninos, eles estão nos 10% que poderia entrar no mundo do crime, ou seja, é diretamente proporcional a melhora da qualidade de ensino com os índices de segurança pública. Eu acabei de ler um material que eu peguei juntamente com o Coronel Caetano de um trabalho que fizeram aqui no Amazonas sobre segurança pública, e no início do material tem uma estatística que mostra o percentual daquilo que cada país investe em segurança pública. O Brasil apesar de todos os nossos problemas, o percentual que nós investimos em segurança pública é maior que a Alemanha, que a França, que a Suíça e por que os resultados são diferentes? Por que os resultados dos investimentos deles na área de educação são tão eficientes que a consequência disso é melhorar os índices de segurança pública. Então eu dialogava aqui com os nossos deputados, esses eventos que nós fizemos trouxemos para cá a vice-governadora do Ceará, por que Sobral tem o melhor projeto de alfabetização do Brasil, escolas com quase o grau máximo de eficiência. Visitei uma escola também com dinheiro do bolso, para ficar bem claro para ninguém sair por aí dizendo que eu sou o vice viajante do Estado, viajo muito mesmo, tenho o prazer de fazer isso, e vou continuar fazendo isso sendo vice-Governador ou não sendo por que até o hoje eu trabalhei para contribuir para a sociedade, vou continuar fazendo, mas eu pretendo conhecer o máximo possível de mundo que eu puder daqui dos restos de dias que Deus em der, sempre tentando aprender alguma coisa. E nós trouxemos também o ex-Vice-Governador e o Governador do Acre, o Binho Marques que é uma autoridade em educação no país para a gente fazer o reordenamento educacional nosso. E veio para contribui conosco o Ricardo Bocalon e aí um pedido que eu faço aos deputados que estão aqui nesse momento, são 6 deputados que tem domicílio eleitoral aqui em Porto Velho, não é? Nós estamos construindo a primeira parceria com o Governo de São Paulo para a gente criar a Universidade Pública, gratuita a distância para os nossos jovens aqui do Estado de Rondônia. Mapeamos 10 municípios do interior e a capital e com custo baixíssimo, com qualidade altíssima por que são professores da PUC, da UNICAMP, das 3 Instituições

de Ensino Superior de São Paulo, para que a gente possa também através desse viés dá a nossa contribuição para ajudar nesse projeto. E para terminar aqui essa questão de segurança pública ela é uma questão objetiva, mas também é uma questão muito psicológica, eu lembro de uma confusão que nós tivemos recentemente no Rio Grande do Sul, o Rio Grande do Sul tem mais ou menos vinte mil homens só na Polícia Militar, e aí aconteceu algumas demandas que tiveram alta publicidade segundo a polícia do rio Grande do sul nada mais do que aquilo que as estatísticas do Estado dentro do parâmetro de normalidade de estatística para os padrões nossos. E aí aquela publicidade intensa com relação aos fatos, moral da história, como é que foi resolvido o problema entre aspas? Foi para lá a Força Nacional com 120 homens e fizeram um cortejo com alguns carros, será que isso resolveu o problema de segurança pública de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul? Será que 120 homens e quando faz a distribuição deles, deve dá lá umas 4 equipes de 30 em cada momento, será que isso realmente resolveria o problema de segurança pública do Rio Grande do Sul? É obvio que não, mas a impressão que se deu era que era isso. Então não é tão simplório assim. O Coronel Caetano ele foi, fez um trabalho fantástico na montagem, na estruturação do Bombeiro de Rondônia, que é um dos melhores Corpo de Bombeiros do país, ele está com essa missão de coordenar esse processo e eu como vice-Governador tenho procurado ajudar. Tem horas até que gera algumas confusões por aí, mas é da minha natureza isso, por exemplo, a questão do SAVE. Poxa nós tínhamos dúvida se esse negócio dava certo ou não, com os 200 que vieram nós temos certeza que funciona, vamos estender isso para a polícia civil, a Sejus inclusive pode utilizar também desse tipo de mão de obra dessa juventude espetacular que a gente tem que tem oportunidade de contribuir e de resolver o problema dele para ele bancar um curso universitário ou algo do gênero. Mas aí, Coronel Caetano, eu quero aproveitar a presença de três deputados aqui, nós estamos nos momentos finais com relação a questão do TCO, hoje essas viagens que eu fiz a maior parte delas foi em função disso, o Termo Circunstanciado de Ocorrência feito pela Polícia Rodoviária Federal proporcionou ao Governo Federal R\$ 106 milhões de reais de economia. Se nós fazermos valer isso aqui no Estado nós vamos ter, provavelmente nós dobramos, viu Coronel Caetano, o dinheiro que nós temos hoje para investir se nós passarmos a trabalhar ele de forma mais inteligente talvez a gente dobre os R\$ 10 milhões com recurso que a própria instituição já tem hoje, como é que está isso do ponto de vista jurídico? Até para que a Casa tome conhecimento, houve uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público, o processo tem como relator o nosso querido Desembargador Isaías e está para ser publicado ou já publicou o posicionamento dele na sintonia com o posicionamento do Ministro Gilmar Mendes decidido agora recentemente, matéria jurídica de natureza secundária não cabe análise de constitucionalidade, mas o Ministro Fachin está com esta matéria, um processo de Minas, e deve dar contornos finais disso. Agora resolvido isso, resolvido isso é uma ferramenta fantástica que a gente pode utilizar. A Sesdec está adquirindo através de emendas parlamentares federais que nós articulamos no nosso gabinete, nós estamos comprando MO BIO para 80% da necessidade da Polícia Militar, então nós terí-

amos que implementar esses 20% e ajustar o sistema. Porque olha só, o Coronel fez uma apresentação muito bacana aqui, agora nós precisamos detalhar mais onde que acontecem os crimes aqui no Estado e com essa ferramenta do MO BIO todos nós vamos poder ter esse controle, inclusive a Assembleia Legislativa. O Deputado Jesuíno e o Deputado Léo, um da Polícia Militar e outro ligado por causa da origem à Polícia Civil, podem ter no gabinete deles o controle diário do que acontece em termo de criminalidade no Estado. Porque esta ferramenta, inclusive, vai nos ajudar que a PM possa intervir de forma melhor, que a Polícia Civil possa intervir de forma melhor. Eu não posso deixar de registrar aqui o trabalho conduzido pelo Júlio Kasper do Instituto de Identificação, este ano nós vamos emitir 15 mil Carteiras de Identidade a mais do que o ano passado, em parcerias, só neste momento nós temos 12 municípios que nunca emitiu sua carteira de Identidade lá e neste momento está sendo feito, nós vamos inaugurar pelo menos mais 05 municípios ainda nos próximos dias, está tudo pronto e treinado o pessoal. O Dr. Arismar que é o nosso Delegado Geral de Polícia do Interior me apresentou um projeto quando nós estávamos no município se não me engano de São Francisco que ele consegue através de iniciativas com uso da tecnologia onde ele precisava de 21 delegados ele vai precisar de 03 e os outros 18 vão poder estar em outras atividades de segurança. Então eu vim aqui apenas para reforçar essa necessidade da gente fazer esse envolvimento coletivo, todo mundo tem responsabilidades com relação à segurança pública, os agentes de segurança são aqueles que tem a interferência direta na maioria dos casos quando o problema já aconteceu, cada cidadão pode contribuir, eu estou aproveitando aqui não pelo público que está aqui presente, mas o público que está nos vendo e nos ouvindo através dos meios de comunicações, o cidadão se ele limpar o quintal dele, se ele limpar o quintal dele ele está dando uma belíssima contribuição de segurança pública e ainda ganha uma contribuição de saúde pública porque mosquitos se escondem nessas latas para gerar problemas para a gente, se as prefeituras consolidam o processo de iluminação pública é uma belíssima contribuição para a iluminação pública, então com isso a gente vai gradativamente reduzindo as dificuldades que a gente tem. Porque, confesso, o sonho de todo governante era ter todos os recursos necessários para fazer todos os serviços necessários, mas, velho, não vamos viver de sonho, vamos viver de realidade. Nós temos que pegar aquilo que nós temos, debruçar sobre o problema e procurar a resposta. Então termino aqui agradecendo o Deputado Jesuíno pela belíssima contribuição dele e de toda Assembleia e, repito, nós estamos diante da maior tentativa que este Estado já fez para dar uma atenção se não uma solução em definitivo, mas pelo menos apontar o caminho com relação à segurança pública, isso é extremamente relevante. Nós temos por exemplo o trabalho que está agora no prêmio Boas Ideias que é o Patrulha Maria da Penha, como é que o Estado vai resolver algo, o Coronel Caetano abordou isso, que acontece lá dentro das famílias? Posso fazer um trabalho preventivo, etc e tal? Posso, mas grande parte disso se resolve dentro das próprias famílias. Então, deixo aqui nosso elogio, fico feliz de poder estar aqui, espero que a gente consiga fazer essa discussão com a Assembleia, ampliar esses recursos disponíveis e otimizar cada vez mais aquilo que a gente tem com

relação à segurança pública. Então, eu fico muito feliz de estar aqui, parabenizo a nossa equipe, viu Coronel Caetano, acompanho diariamente esse trabalho, a cada um dos senhores que estão aqui, que se desdobram, que se arriscam e fico feliz de poder contar com a Assembleia para os ajudar nessa iniciativa. Obrigado, viu Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado vice-governador pela sua contribuição, pela sua presença. Eu vou abrir a fala agora para o Deputado Hermínio, depois o Coronel Fábio vai poder falar. E a gente vai limitar também algumas pessoas que estão aqui, os vereadores, algumas pessoas da sociedade civil organizada para poder manifestar e depois a gente vai para considerações.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Boa tarde a todos. Cumprimentar Deputado Jesuíno, parabenizar aí pela audiência, pelo debate; cumprimentar a população aqui, todos que estão aqui presentes em nome do meu colega, do meu partido, meu vereador lá de Cacoal, o Vereador Mão, parabéns lá pela luta; diz que é ruim a gente ser velho, não é muito bom não; mais tu, nessas horas se tu tivesses uns 70 anos era bom, porque hoje tu eras Presidente da Câmara de Cacoal. Lá Deputado Jesuíno, foi 06 a 06 a Mesa, a disputada da Mesa Diretora da Câmara, aí empatou 06 a 06, mais o concorrente ganhou na idade, nessas horas valia apenas ter uns aninhos a mais. Mas, eu queria, o Coronel Caetano saiu e também o nosso amigo, meu amigo vice-governador Daniel Pereira. Eu queria que eles estivesse até aqui, que como sempre eu fico olhando, eu fico vendo essas apresentações não só neste Casa de hoje, mas na grande maioria delas, eu me lembro quando as usinas vinham fazer aqui também, colocava aqui no data show, dados, números e tal. Primeiro, que não acredito em número de nada, esses números desse povo eu não acredito, por exemplo, cito aqui, por exemplo, que Rondônia não é um Estado, tem vários Estados mais violentos do que Rondônia. Primeiro..., mas eu sei também, eu já vi pesquisas, eu acho que muito mais sérias do que os dados que o Governo apresenta; que dos municípios, dos 50 municípios mais violento do Brasil, tem alguns de Rondônia. Aqui, Buritis mesmo é um deles, a nossa, ah, quantos municípios não tem aqui que mata um e deixa o outro amarrado para o outro dia não, deixa amarrado é para matar logo depois. E quando eu vejo esta discussão, discussão do Governo e principalmente uma discussão ampla, quando eu vejo aqui, falaram até em Pablo Escobar, falando de Bolívia, de Colômbia, de Peru, da Bolívia, por exemplo, tu achas que o Governo da Bolívia tem interesse em combater o tráfico de cocaína, se o produto interno bruto que mais dar renda para eles é a cocaína? Não tem. Primeiro, eles não têm, eles estão se lixando se a droga entra no Brasil ou nos Estados Unidos, ou por qualquer outro lugar. Aqui em Porto Velho, nós aqui, eu estava vendo, essa questão, foi citado também a questão de fechar os bares 11 horas; se tiver Leis Municipais para fechar os bares 11 horas, isso ajuda. O povo está fechando as portas 06 horas da tarde, 06 horas da tarde você vai na zona leste, na zona sul o povo já está com as portas fechadas, quem tem um comérciozinho lá, tem uma grade, como se fosse uma cadeia, a onde ele atende as pessoas pelo burquinho lá da grade. Efetivo, o nosso Efetivo, nós sabemos, é lógico para você começar a melhorar e resolver o

problema da segurança pública é uma coisa maior, não é só você aumentar o Efetivo que você vai resolver o problema da segurança pública. A gente sabe disso, é um conjunto de coisas para você começar a mudar essa realidade; coisas que o Governo não faz, está fazendo; eu vejo aqui na apresentação, mas na prática o Governo não faz. O nosso Efetivo mesmo hoje, no mínimo era para nós termos 08 mil policiais militar, só militar. Eu tenho depoimento aqui, discutido Deputado Jesuíno, em Audiências Pública, onde o representante do governo que é da Polícia Civil, ele fala: a nossa Polícia Civil está morta, está acabada, acabaram a Polícia Civil de Rondônia, as UNISPs, fizeram tanta propaganda com as UNISPs, as UNISPs além de superfaturadas, está lá o aguaceiro, é goteira por todo canto, está lá se acabando e tem umas que não tem gente, tem lá o prédio, fizeram o prédio, fizeram o prédio porque eu não sei como que esse povo tem tanto interesse de fazer o prédio, mas além de ser mal feito o prédio que está lá esculhambando lá, mal feito com certeza, porque eu recebo denúncia todo dia da situação que está essas UNISPs, não tem gente, não tem servidor, não tem policial civil, não tem perito, não tem zeladora enfim, falta gente para atender. E com relação ao efetivo, nós temos aí, eram 800 PMs, eram duzentos e poucos civis, o governo chamou 300, agora por último policial militar, chamou cento e poucos civis, chamou 70 bombeiros, falar aqui dos bombeiros também tem, o nosso efetivo do bombeiro está reduzido em mais de 100%, da Polícia Militar da Civil também, primeiro e mesmo com o efetivo diminuído, nós não temos uma política verdadeira de combate, de combate nem a vagabundagem da periferia da nossa cidade, muito pior vir falar aqui em tráfico de fronteira. O Estado tem que chegar lá numa reunião dessas e dizer: meu amigo, nós não temos condições, e se quiserem combater, mas nós não temos; aí nós estamos aqui discutindo, enquanto a população está se trancando seis horas da tarde e nós vamos estar discutindo, tráfico, isso é uma preocupação grande, mundial para o País que foi falado aqui que é um dos maiores consumidores de cocaína e pior, porque é a questão do valor porque lógico que eles fazem tanta misturarem que barateia o trem, mas quem mais consome a tal da cocaína somos nós brasileiros. A questão, mesmo com o efetivo reduzido, hoje no batente, nós só temos três mil policiais no Estado, três policiais militares, Civil mil e pouco, bombeiro deve ter uns quatrocentos, mas mesmo com esses três mil policiais militares, se nós tivéssemos um comando, um comando de segurança pública nesse Estado que valorizasse os trabalhadores, valorizasse as tropas, do soldado ao coronel e dissesse assim: olha, eu quero, eu vou dar condições para vocês, condição digna de moradia, porque você não pode ser um policial que prende o vagabundo e morar do lado dele, você mora às vezes do lado de um assassino e de um estuprador, o policial mora ao lado. O governo não está nem aí se a sua família fica lá ou se você fica lá no meio da vagabundagem que você combate, com a política de valorizar de verdade, os salários dos trabalhadores, condições de trabalho e dissesse, assim: olha pessoal, eu quero que vocês tomem de conta da vagabundagem desse Estado, porque se nós tivéssemos um Estado que realmente combatesse a vagabundagem eu queria ver nós aqui, Deputado Jesuíno, reunisse aqui, aqui uns dez policiais militares com Comando Geral, fizesse uma reunião com a co-

munidade lá no, vou citar um exemplo lá na Zona Leste e dissesse para a população: olha, quem é vagabundo aqui nesse Estado, quem é ladrão aqui nesse Estado, quem anda aterrorizando a população aqui a partir de hoje é bom se mudar para o Acre, se mudar para o Amazonas, se mudar para o Mato Grosso, porque nós não vamos aturar que qualquer vagabundo fique aterrorizando a vida da população, mas não, eu nunca vi esse Governo se manifestar com nada, as pessoas estão sendo assassinadas, quando fala que os índices está diminuindo, mesmo diminuindo, nós matamos mais de que qualquer guerra. O crime, crime por causa de família, por causa de marido e mulher, de discussão de boteco, de assassinato, de latrocínio e de todo tipo, nós matamos mais do que qualquer guerra. Diz que aquele tal de Talibã mata muita gente com aquelas explosões lá, mas nós matamos muito mais, aí vem aqui com, vem falar Rio de Janeiro, Rio de Janeiro não dá conta, sabe por que aqueles vagabundos deitam e rolam do Rio de Janeiro, porque os políticos de lá, a maioria das autoridades são pior que os vagabundos. Eu sempre falei vagabundo, que interesse tem de um político corrupto, de um político bandido combater a corrupção, se muitas vezes eles foram patrocinados pelos próprios criminosos lá, os traficantes por aí a fora. Por isso que eu digo; vamos ser real, eu ia falar isso com o Coronel Caetano aqui. Quem falou que a nossa Segurança Pública no Estado está caindo aos pedaços por falta de tudo, quem falou foi o representante da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiro em todos os sentidos. E os trabalhadores têm tido alguns avanços, até uma promoção, alguma coisa assim, mesmo depois de dez anos já adquirido em lei tem conseguido alguns avanços, que é pouco, graças porque tem o Deputado Jesuíno aqui representando a tropa, porque se não tivesse, eu acho que aí a esculhambação em relação a tropa seria pior. Está o senhor aliado e outras associações de representantes dos soldados, de sargento e de cabo desse Estado toda hora, lutando e esse governo não dá a mínima e, se sete anos já de governo, aí agora no último ano de Governo, o Governo vem dizer que vem com plano, que vem com... O que ele mostrou aí, o que foi que ele mostrou aí para fazermos à população das periferias da cidade ter alguma coisa a mais. Falou nada, vai lá para o Acre reunir Deputado, governadores de vários Estados. Vamos falar sério, vamos pelo menos chegar à população e dizer: pessoal tome cuidado, porque infelizmente o Estado não tem condições de combater a violência ou então nós estamos tentando isso, porque nós estamos aqui, tem Orçamento na parada também. Vamos discutir para que chamem esses 500 Militares que estavam aprovados no último concurso, vamos chamar os nossos 500 remanescentes que a tropa está reduzida demais da conta, vamos chamar o restante dos remanescentes do último concurso da Polícia Civil também, dos Bombeiros também, mas não, não falaram aqui. Vir dizer que contrataram 200 jovens para fazer não sei o que lá. Isso é Política de Segurança Pública para resolver? E dizer então, os índices de nós não são os piores, não são os piores. Como é que, não é? O nosso Estado é violentíssimo, o nosso Estado quem manda é a vagabundagem e sabe onde, quando acontece alguma coisa o mérito não é do Governo é o mérito da tropa, é o mérito do 5º Batalhão, do 1º Batalhão é o mérito dos trabalhadores que estão lá em Jorge Teixeira, que estão em Jarú, que estão em Pimenta, não

política de Estado, esse Estado. Eu vou citar só para encerrar um exemplo desse Governo, o tanto que esse Governo é mentiroso, é mentiroso e é cara de pau. Dia 01 de janeiro Deputado Jesuíno, dia 01 de janeiro de 2011, 01 de janeiro de 2011, o dia em que o Confúcio Moura assumiu o Governo ele trouxe o Fantástico, ele trouxe um avião do Fantástico bem grandão com o nome lá fantástico lá, bem grandão para fazer uma reportagem especial do João Paulo, para dizer como ele estava assumindo o João Paulo e aquilo foi mostrado para o País inteiro. Confúcio Moura traz de novo o avião da Globo e leva lá, está a mesma esculhambação. Só não está pior porque não tem como piorar mais. Mas, está lá a mesma esculhambação. E sabe o porquê é que não está muito pior? Porque os nossos servidores lá do João Paulo são dez, nossas enfermeiras, nossos Técnicos de Enfermagens, nossos Médicos lá eles trabalham lá como se estivessem numa guerra, numa guerra onde toda hora chega um sem braço, sem perna e num barracão no meio da selva, por exemplo, eles trabalham mais ou menos nessa situação e trabalham com dignidade ganhando miséria, um técnico de enfermagem desse Estado que estuda anos para se formar técnico de enfermagem ganha R\$ 1.500 contos para trabalhar naquele tal de..., nesse hospital aqui que também é bom o hospital por causa dos trabalhadores, esse hospital aqui CEMETRON, mas, meu amigo, Deus o livre de um dia eu trabalhar num CEMETRON da vida daquele. Ali você entrar lá com hepatite é perigoso você sair de lá com Aids e companhia de lá de dentro, o perigo que é ali dentro. Aí esse Governo vem falar agora em final de mandato, a minha torcida, eu torço que esse Confúcio se afaste logo para ser Senador, candidato a Senador ou então que se afaste por qualquer outro motivo e o Daniel assumo, eu espero, eu falei para o Daniel ali, se você for um Governador, eu espero que você assume, você pudesse mudar realmente esse Estado que aí eu vou te ajudar, agora se você continuar com essa turma do Confúcio, porque eu digo, a primeira coisa que você tem que fazer se você assumir é demitir um bocado desses Secretários dele que a maioria os bichos são ruim de serviço e realmente tratar o povo com verdade. Chegar e dizer: está ruim o João Paulo, está ruim a Segurança, nós vamos trabalhar, vamos trabalhar, vou fazer tudo para que roube pouco nesse Estado porque nós nunca vamos acabar com a corrupção, mas nós temos que pelo menos trazer para os índices aceitáveis, porque em muitos casos eles não estão fazendo a corrupção não, eles estão é assaltando mesmo. Por isso Deputado Jesuíno, eu quero aqui deixar, eu falo isso aqui muitas vezes as pessoas ficam ofendidas, mas eu quero saber, porque aqui, quem está aqui? Assessores, político, o próprio povo da Segurança Pública, que nós não vivemos lá no Ulisses Guimarães nem lá na Cidade Nova não meu amigo. Vai, vai, vamos nós fazer um debate sobre Segurança Pública lá dentro do Ulisses Guimarães, do Marco Freire, Ronaldo Aragão ou da Cidade Nova ou do Caladinho, vamos lá para ver o que é que o povo vai falar desses índices, desses dados que foi apresentado aqui. Por isso, é hora de nós discutirmos o Orçamento e garantir, nós temos que fazer o Governo chamar até o ano que vem os 500 remanescentes da PM, os 70 Bombeiros que ainda estão esperando ser chamados e mais uns centos e pouco Policiais Civis que não resolve, mas, pelo menos é lógico que não é o número de Policial que vai resolver, não adiante nós termos 10 mil Policiais e um Governo que não

tem a Política e que não valoriza a tropa e dê condições para combater a criminalidade, não adianta. Mas, é lógico que hoje o número está muito reduzido, precisamos de no mínimo aumentar, chamar esses companheiros, trabalhadores que estão aprovados no último concurso. Obrigado Deputado Jesuíno, obrigado a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado Deputado Hermínio pela sua colaboração, pela sua manifestação sempre de uma forma, às vezes, interpretada muito agressiva, mas dentro de um contexto é a realidade que a maioria dos profissionais de Segurança Pública estão sendo submetidos.

Passar a palavra agora ao Cel. Fábio, representando a Polícia Militar.

Ele se encaminha agora para fazer o manifesto dele, mas eu queria perguntar ao Cel. Caetano uma situação.

O Orçamento do PPA, Deputado Hermínio, é previsto R\$ 27 milhões e a LOA R\$ 15 milhões. Daí eu quero que o Cel. Fábio comece a se manifestar a respeito, esses R\$ 15 milhões que fica na diferença aí, que era o total de R\$ 27 milhões previsto no PPA dá essa condição de equipar a Polícia Militar, de melhorar as condições laborar dos profissionais. Então, o senhor tem a fala.

O SR. CORONEL FÁBIO – Uma boa tarde a todos. Quero cumprimentar inicialmente o Deputado Jesuíno Boabaid, parabenizá-lo pela iniciativa; cumprimentar os demais integrantes da Mesa; senhoras e Senhores. Como o assunto principal aqui é relativo ao orçamento, eu vou me ater diretamente a esse ponto. Então, de uma forma bastante resumida, em 2015 foi aprovado o PPA; 2016 a 2019 e numa sequência de orçamentos para Polícia Militar na ordem, a partir de 2016 de quatorze milhões, 2017 vinte e seis; 2018, vinte e sete milhões e 2019, vinte e quatro. Nós sabemos que são projeções, depende de uma série de fatores, inclusive de captação dos recursos, mas o que ocorre na verdade, é que todas as secretarias acabam tendo cortes, não foi diferente com a Polícia Militar. Então, em 2016 de quatorze, nós ficamos com o orçamento de nove; esse ano de vinte e seis, nós tivemos um orçamento que caiu para quatorze e projeção para 2018, como o Deputado Jesuíno já adiantou, de uma previsão no PPA de vinte e sete, nós temos hoje a LOA apresentando quinze milhões. Nós temos dentro do orçamento da Polícia Militar basicamente, custeio e investimento. Como nós temos uma queda, pelo menos a previsão de vinte e sete para quinze milhões, o que nós vamos ter na verdade em torno 65% do PPA, vai servir para o custeio. Então, a gente vai ter uma série de dificuldades para investimentos. Então, por exemplo, nós temos situações de reformas dos quartéis; então é muito comum, tanto a Secretaria de Segurança Pública, como o Comando da Polícia Militar, receber uma série de reclamações, inclusive a atuação do deputado mostrando para Secretaria, para o Comando situações de determinados quartéis e quando a gente recebe essas demandas, a gente tem uma dificuldade porque não tem orçamento para reformas dos quartéis. Porque nesta queda do PPA para LOA, a gente fica na verdade com a Polícia Militar funcionando porque o custeio é mantido, mais dificilmente a gente tem situação ligada a investimento. Isso é só um exemplo, nós temos demandas, por exemplo, com o Ministério Público para esse ano com relação a uti-

lização de armas não letais. Então, quando a gente faz o levantamento que foi feito, nós temos aí uma necessidade de três milhões para essa demanda em relação ao Ministério Público. Se a gente for planejar um treinamento para os policiais militares, um treinamento de tiro para os policiais militares, pelo menos um a cada semestre efetuando 50 disparos, nós vamos precisar aí na ordem de oitocentos milhões. Então, são situações que envolve treinamento, que envolve a melhor capacitação dos nossos policiais e isso demanda obviamente recursos. Em cima do que a gente tem previsto, a gente vai ter o custeio da Polícia Militar, mais dificilmente a gente vai ter investimento; compra de armamento, nós temos armamento hoje na Polícia Militar que é da década de 70, como os fuzis 762, temos armamentos doados pela SENASP, que já tem 20 anos, que é o fuzil 556; pistolas já com 17 anos de uso. Então, haveria sim uma necessidade de renovação dos nossos equipamentos, alguns inclusive com vencimentos, como é a questão de colete, munições e quando a Polícia Militar faz o planejamento dela, é justamente pensando nessa situação. Como o Estado faz aquilo que está ao alcance do Estado, existindo esses cortes, nós vamos trabalhar com o orçamento garantindo pelo menos o custeio da máquina pública. Só para encerrar, é sempre bom lembrar que a Polícia Militar, ela possui quase 140 unidades, ela está presente em todos os municípios, todos os distritos, incluindo os novos colégios militares que aumentaram a nossa quantidade de unidade. E aí, o quê que ocorre? Nós recebemos da educação a incumbência e a responsabilidade de administrarmos esses colégios, mas não recebemos o orçamento para manutenção. Então, a gente acabou recebendo mais unidades, embora seja uma unidade educacional, mas o orçamento não saiu da educação para suprir as necessidades que a Polícia Militar vai ter com essas novas unidades e aí tem a questão dos coletes balísticos que alguns vencendo da COE, situações ligadas a coletes, esse ano muitos coletes venceram, nós recebemos doações. Então, tem uma série de situações ligadas a investimentos que a gente acaba tendo dificuldades por conta do orçamento. Da mesma forma que o Secretário solicitou o apoio da Assembleia, além do apoio que o senhor já direcionou ao longo desses últimos anos, a gente fica também na expectativa de receber apoio também da Assembleia para suprir eventuais deficiências. Pois não Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Coronel, só uma dúvida. Eu até esqueci-me de colocar. O ano passado, eu não sei se ainda era o Coronel Caetano, que era o chefe lá do Corpo de Bombeiro. Veio aqui na Casa, e falou que o Corpo de Bombeiro tinha, parece que duas aeronaves e que o problema era o combustível, esta Casa deu através de emendas, inclusive eu dei duzentos mil, para comprar combustível para essas aeronaves. Eu vi há poucos dias na mídia dizendo que essas aeronaves estão paradas por falta de combustível e que o Governo tem o contrato com a empresa privada de avião. Como eu te falei, fica difícil, vem aqui pede emenda para os Deputados, os Deputados colocam e depois. Como é que justifica o Estado têm as suas próprias aeronaves, nós colocamos recursos para o combustível, para que esse contrato com essa empresa de avião? Fica difícil. E outra coisa, isso que é a realidade, porque o senhor fala a realidade, todos os representantes das

nossas polícias falam a realidade, mas, quem tem o cofre do Estado, ou o Governador, ou o Secretário ou quem vem aqui representar o Governo, fala outra realidade. O senhor está falando aí que não tem dinheiro nem para poder passar um cal nos quartéis, na estrutura que vocês trabalham. Não adianta você estar em todas as localidades com um ou dois policiais, porque se chegar lá três bandidos; lá lógico que os bandidos andam muito mais armado do que vocês, vai colocar vocês para correr, vocês não têm estrutura nesses lugares para encarar, já pensou vocês em um distritozinho lá na fronteira com a Bolívia? Vocês têm condições naquela estrutura encarar tráfico de droga? Não tem. A minha revolta maior porque nós sabemos da dificuldade e de tudo, não é só da segurança pública, mas que sejamos verdadeiros, e o Governos sempre prega um discurso nacional mesmo, o povo acha que lá em Rondônia, tem uns que nem sabem onde fica Rondônia, mas, essa Rondônia, que eu não sei onde diabo é que fica, isso eles falam lá fora, diz que é um dos Estados mais organizado do Brasil, está no azul. Enquanto Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, estão quebrados, Rondônia, é uma maravilha. O discurso Deputado Jesuíno, em muito canto é assim, porque não se fala a verdadeira realidade, por isso quando eu falo de nós fazermos esse debate para a comunidade, aí nós vamos ver o que o povo vai falar. Que só quem sabe o que sofre no dia a dia, de tudo com relação a tudo a saúde, a educação, segurança pública, há um abandono geral, é a população que vive lá na periferia ou em algumas áreas rurais do Estado, é que sabe o tanto que é difícil, as dificuldades que existe e a ausência do Estado como um todo, município e Estado e União. Obrigado Coronel.

O SR. CORONEL FÁBIO – OK. Agradeço a intervenção Senhor Deputado. Concluindo então, o que nós temos hoje de previsão, a gente reconhece a dificuldade que o Estado enfrenta em todas as áreas, sabemos que não é só a Polícia Militar, que sofre os cortes, mas, a verdade é que em cima desses cortes se a gente não tiver uma suplementação ou apoio de outras entidades. Eu vou citar aqui um exemplo, a Defensoria Pública, ela abriu mão de 0,7% do orçamento dela, o que vai gerar em torno de três milhões, isso já supriria, por exemplo, a compra dessas armas não letais, porque é uma preocupação hoje do Ministério Público, quando um policial militar está de serviço, no enfrentamento de determinadas situações a utilização de armas não letais para evitar um mal maior. Então, é uma demanda que existe hoje e que a gente está procurando recursos também para suprir. Mais uma vez agradeço pela atenção dos senhores, muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem algum representante da Polícia Civil que possa falar sobre o orçamento aqui? Eu quero a verdade, porque o que eu vejo só tem pessoas ligadas ao Governo, eu quero um que sente e me fale como é que está a situação do orçamento da Polícia Civil. Por que eu estou falando isso? Porque inclusive até tinha uma representante da SEPOG, ... é muito nesse exato momento, eu vou até aliviar um pouco, porque a senhora não é a responsável pela pasta. E tem muito Deputado aqui apressadinho, querendo aprovar esse orçamento dia 13 de dezembro Deputado Hermínio, eu não estou preocupado não, por mim pode varar

até fevereiro. Eu ouvi todas as teses aqui, teses maravilhosas, conceitos todo tipo de ações que poderiam ser replantadas como bem disse o Deputado Hermínio, há muitos anos. Esse Projeto aí de Rondônia Mais Segura, inclusive quem iniciou foi a própria irmã do Governador, iniciou esse Projeto. Mas, poderiam ir lá gastar menos inclusive esse Amana-Key, foi gasto um milhão e oitocentos Deputado Hermínio, um milhão e oitocentos para dar esse cursinho aí, essa palestra do Amana-Key. Poderia ir lá em Santa Catarina buscar o que é segurança pública, lá é referência a segurança pública, lá planejaram segurança pública, chama o Coronel, chama os Oficiais, chama as pessoas que participaram da elaboração desse projeto para vir aqui em Rondônia, a gente até poderia custear para eles virem aqui na Assembleia para eles darem uma aula de segurança pública. Aula de segurança pública que é levada para todos os países. Quando eu estava lá que eu fui conhecer o TCO, os avanços, eu fiz um percurso diferenciado, comecei lá na academia de formação de oficiais por último fui nas associações representativas de praças e a mesma fala foi que; depois que implantaram algumas questões, TCO, MO BIO, informatizar. Tem uma sala lá deputado Hermínio que é bonita de se vê, tem um Tenente Coronel que ele faz questão de levar você lá nessa sala e apresentar como foi projetada a segurança pública lá. Detalhe onze mil servidores, policiais militares, uma extensão territorial totalmente diferenciada de Rondônia também e eles conseguem fazer segurança, com um detalhe; valorização profissional. Senhores como bem disse aqui o deputado Hermínio, como Presidente da Comissão de Segurança Pública eu já fiscalizei diversas unidades, prisionais, delegacias, quartéis, causa vergonha você adentra nos quartéis. Eu vou dá exemplo de Candeias do Jamari que é um GB, meu amigo eu fui lá, fiz uma série de compromissos e não avançou. Esse orçamento que estão discutindo aqui, que o orçamento é uma questão fictícia, eu vejo uma redução; ah vamos reduzir, não dá para gastar não. O George tem uma fala; gasta. Ainda bate o dedinho; borá, acelera, que se precisar eu pago, eu custeio. Eu quero perguntar Coronel Fábio o orçamento que foi previsto para 2017 vocês executaram na totalidade? Sobrou alguma coisa? Por que eu estou vendo suplementar, já foi suplementado quantas vezes o orçamento da Polícia Militar o senhor pode me informar isso? Por que se foi suplementado está errado. Gente ou a gente discute situação de segurança mesmo, por que como bem disse o Coronel Caetano ninguém faz nada sem ter financeiro, não adianta fazer uma progressão, uma projeção sem financeiro. E esse exato respeitando aqui o deputado Cleiton Roque, relator dessa matéria a todos os demais parlamentares, esse orçamento, se quiser que eu altere, por que eu vou meter eu e o deputado Hermínio, a gente vai meter tanta emenda que vai jogar esse orçamento aqui da segurança para volumosos milhões, só que eu vou tirar de onde que é para tirar, e aí como que fique essa situação? Eu fiz o compromisso com... É esse momento deputado Hermínio que eu vejo que os Parlamentares as vezes não tem habilidade, conhecimento de que nós estamos lidando com o orçamento do Estado, de todos os Poderes. A previsão orçamentária é mais de sete bilhões, trezentos e pouco, qual é a pressa minha aqui? Qual é a pressa sua discutir isso? Tem que vir aqui todo mundo, e se eu ainda mais analisar e não ter tido as devidas informações necessárias, eu vou chamar outras

audiências e aí pode inventar data e se obstruir, olha que tem outros procedimentos regimentais e constitucionais, a coisa tende a piorar deputado Hermínio, eu só peço o seu apoio. Eu só peço o seu apoio...

O SR. HERMÍNIO COELHO - O meu apoio deputado Jesuíno, Vossa Excelência sabe que isso aí não tem dúvida, agora tu sabes como é que é, agora a tendência deles até 20, 21 agora nessa reta final eles conseguem patrolar tudo...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, não vai patrolar não...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eles têm maioria, o ano passado aumentaram aqui, Vossa Excelência sabe aquela votação lá eles aumentaram o IPERON dos trabalhadores, dos servidores do Estado de 11 para 13,5 patrolando, até o meu pedido de vista eles patrolaram sem discussão e outra. Por isso de qualquer forma é como eu te falei: eu garanto deputado Jesuíno, eu garanto o meu voto, garantir que nós impedir de ser patrolado eu não garanto por que eu conheço e já estou acostumado a ser patrolado aqui há anos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deputado Hermínio calma, a diferença sua, modéstia à parte, o senhor tem vários mandatos, Presidente desta Casa, esse deputado que vos fala conhece muito bem a dinâmica dessa Casa, eu tenho várias fórmulas, eu não vou falar aqui. Se eles quiserem patrolar eles vão passar, só que estão passando por cima de um deputado que conhece, conhece essa Casa, conhece a legislação, conhece todas as questões peculiares, eles que sabem. E aqui é uma questão de, como o senhor entende a minha forma de conduzir respeitando todo mundo de forma paritária. Agora não queira patrolar, essa palavra patrolar aqui dentro é inaceitável. Eu quero discutir aqui é orçamento, eu quero discutir aqui financeiro, eu quero discutir aqui é um fundo, eu quero discutir alguma coisa que nós pensamos aqui, pode-se pensar para dá sustentabilidade a esses projetos de Governo de segurança pública. Eu quero discutir aqui valorização profissional, por que dentro desse contexto se não tiver valorização profissional, se não tiver todos esses aspectos, não avançamos em nada. Eu quero discutir aqui que cada um tem as suas atribuições constitucionais. Eu vou dar um exemplo, está tendo furto, roubo aí na BR-364 sentido UNIR, quem deve fazer o patrulhamento é a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Federal, chama lá, vai o Ministério da Justiça busca uma parceria ou oficializa, o Secretário de Segurança tem essa competência 'olha, a gente busca intensificar, melhorar o patrulhamento na BR-364 no horário de pico onde está tendo essa questão desses roubos', faz isso, vamos buscar a situação dos 700 policiais militares que estão sendo transpostos, vamos buscar realmente apresentar legislação da Polícia Militar, do Bombeiro, da Polícia Civil, vamos mudar uma série de ações, não ficar só no discurso. Eu tenho três anos de mandato, o Deputado Hermínio tem mais, eu até o presente momento não vi encaminhamento de uma lei pelo menos para reforma no nosso Estatuto, só é colcha de retalho, quando tem uma busca, quando tem um direito a gente vai lá e tira uma lei, aí fica nesse bate, nessa situação aí que eu vejo que é complicada.

da. Vamos buscar, eu estou vendo aí os voluntários, tem a situação também desses meninos que estão fazendo um trabalho que eu até o presente momento, queria perguntar para a Polícia Militar qual foi o aumento de efetivo da tropa aí para a rua? Sabe porque não vai ter e nunca vai ter? Porque a maioria que está lá dentro fazendo serviço administrativo tem uma condicionante, ele está em grupo, o que é grupo? Um militar não pode estar no serviço operacional na atividade fim, aí coloca aí os meninos para fazer um trabalho e você entra, exemplo, na Diretoria de Pessoal 40 militares aí o cara se assusta, pelo amor de deus é muito militar, é porque já os caras, os militares estão nessa condição, condição de não poder estar exercendo atividade fim. Eu pedi para a Polícia Militar me apresentar e já ficou mais do que claro que não tem orçamento para investimento, então os quartéis vão ficar sucateados, vai faltar uma série, papel, eu estou falando dos quartéis mas delegacias é a mesma situação e esses R\$ 10 milhões que está sendo investido eu não sei em que da forma foi, tem que ser detalhado, poderia ser revertido desta forma, a polícia, a segurança pública não pode estar com pires na mão, não pode estar, a segurança pública é quem da sustentabilidade para as demais secretarias, servidores trabalharem, sem segurança pública não tem condições da máquina movimentar. Nós já presenciamos isso, eu não falo com orgulho não, eu não falo com orgulho que eu fui um dos líderes do movimento paredista no ano de 2011, mas quando a Polícia Militar parou, parou o Estado, parou o Estado porque o mínimo que está sendo feito, o mínimo que está sendo colocado nas vias, nas ruas é retirada a vagabundagem toma de conta. E o Estado de Rondônia, Rondônia ainda não virou um Rio de Janeiro ou algo assim porque ainda não surgiu um líder dessas facções criminosas, no dia que tiver esse líder, no dia que ele for ter condições de liderança e custeio aí, Secretário, pode preparar, pode preparar que a gente está lascado mesmo, aí é matança, aí vai virar um terrorismo total que já é. Então, primeiramente, é muito bonito ver essa apresentação, mas nós temos que buscar viabilidade financeira orçamentária para dar sustentabilidade a qualquer projeto, qualquer projeto. Ou a gente prioriza como foi a mensagem do Exmº Sr. Governador Confúcio Aires Moura para esta Casa na abertura dos trabalhos que a prioridade seria segurança pública, prioridade seria segurança pública e não é, e não está sendo, aqui o orçamento está sendo comprovado aqui na LOA, cortar orçamento, gente? Orçamento, dados, leva essa matéria, eu não sei onde que o George está, mas ele deve estar assistindo, eu vou dar até um prazo para ele, ele corta da... Eu não sabia a FAPERON, eu acho que é a entidade FAPERON, eu acho que foi ontem que eu tive esse conhecimento, que são tantos dados, essa FAPERON tem um presidente que recebe igual um Secretário de Estado, o gasto que é com essa FAPERON que não serve para nada, nada, poderia ser revertido, tanta coisa, enxuga, essa tal dessa reforma administrativa vai vir para cá, já está aqui de novo, enxuga, gente, enxuga, melhora viu Dr. Glauber, melhora, tudo bem que não vai ter nenhum aumento de despesa então cortes, quer mostrar mesmo para o cidadão, para o rondoniense que o Governo está com compromisso com o Estado corta, vamos cortar, vamos cortar esse tal de FAPERON, vamos remanejar esses fundos, vamos alterar a legislação, o que foi gasto aí no Amana-

Key aí, com essa entidade aí na busca da solução da segurança pública vamos buscar conhecimento, vamos buscar uma alternativa para mudar a legislação quanto a esses fundos que são R\$ 780 milhões de reais aproximadamente parados, para fazer nada. E o Tribunal de Contas, eles são muito inteligentes, eu perguntei 'Conselheiro, o senhor está muito assim bonzinho, não é, com os municípios', aí ele me falou 'não... Sabe porque que eles estão preocupados? Porque tem uma, a nossa, minha defesa é que dinheiro de nenhum Poder pode ficar parado em cofres, em conta, dinheiro tem que reverter na sociedade, dinheiro tem que voltar para fonte 100; o que é a fonte 100? É fonte mãe, é a fonte que paga tudo para ser revestido na segurança, na saúde, na educação e demais situações. E aí eu sempre bati, tem cinquenta e seis ou mais milhões parado no Tribunal de Contas e esse ano tem um acordo com esta Casa, que o dinheiro que estiver parado vai retornar. Aí, ele: opa, pelo amor de Deus. Vamos aqui usar 40%, que é o correto, ele vai usar para ser revestido onde? Parabenizo ele, lá os municípios para testar o auxílio para mudança legislativa. Então, esses demais Fundos Dr. Glauber, o senhor leve essa informação. Porque a partir de hoje, Reforma Administrativa, esse negócio da Santo Antônio Energia que ontem quase que eu tive um enfarto aqui. O Presidente Maurão, quando ele iniciou a fala dele, eu entendi que ontem o Projeto de Lei 102 que trata das compensações das áreas afetadas seria aprovado. Eu falei: ah, não, isso é um absurdo. A gente com várias ações que restringe a aprovação desse projeto, ser colocado aqui para gente discutir ali atrás e voltar para pautar por conta de 06 KM de asfalto? Por conta de Jaci Paraná? É um absurdo e foi quando eu suscitei uma série de discussões, os demais parlamentares pegaram a parte e o Deputado Maurão, até reunião não teve mais, porque esse tema é cabuloso, esse tema é complicado. Santo Antônio Energia e Jirau, eu quero que eles se explodam, para mim não trouxe nada de benefício. Na hora que eles trouxerem ou garantirem todos os prejuízos que foram, foram prejudicados Porto Velho, os demais cidadãos do Estado de Rondônia, eu, eu ainda tendo a pensar em votar nesse projeto, quando não, não. Secretário, o senhor como chefe das polícias, representando todas as polícias, infelizmente eu, esse orçamento aqui a gente vai ter que discutir ele, eu não estou satisfeito porque eu não vou mais encaminhar emenda; para que encaminhar emenda, toda hora para dar, a gente dando salva guarda; emenda se for levado para nós, vai ter que trazer uma situação pontual. Eu tenho compromisso com a polícia, encaminhar mais quinhentos mil para reforma dos quartéis, para dar um alívio para os quartéis. Prioridade de emenda não é para isso gente, a gente discute isso aqui Secretário, eu sei que o senhor tem limitações, tem limitações. Sente com o George, mande ele ajustar esse orçamento, vou sentar agora com o Deputado Cleiton Roque. Porque a fala do Coronel Fábio, é o que eu já sabia, a PM só vai ter condições de manter o que tem para manter; ou corta a situação dos alugueis, vamos ver. Vamos ter que achar uma solução para isso Dr. Glauber, porque a partir de hoje. O Deputado Hermínio, ele gosta muito de um discurso acalorado, mais infelizmente não tem, ele é, ele não tem essa, essa condição de manter a questão mais técnica do caso. Agora, eu tenho, eu vou ter que discutir agora com o Deputado Cleiton Roque, "conseguiram", eu quero ver quantas emendas tem aqui nesse

projeto. O ano passado foram três milhões lá para Vilhena e foram emenda para tudo que é lado, inclusive coletiva. Agora, eu quero, eu quero que seja resolvida a situação da segurança pública aqui nesta pauta. Não tem condições mais de policial militar está pedindo apoio para classe lá, os empresários, é uma vergonha gente, para comprar papel. E eu me orgulho de ser policial militar, eu me orgulho da reserva remunerada. Mas, quando eu ouço, quando eu vou nos quartéis: Deputado aqui não tem nem água, não tem nem papel, a gente tem que pedir pelo amor de Deus ali para um cidadão, quando não tem que pagar do bolso, tirar do próprio bolso. O Coronel falou bem claro; é 184 localidades que nós estamos, é isso? Ou unidades?

O SR. CORONEL FÁBIO – São 134 unidades.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – 134?

O SR. CORONEL FÁBIO - Isso. Contando com os novos colégios militares.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A gente está em todos os locais. E aí eu queria falar, tem uma fala do Presidente do ACREDITAR, o Presidente do PMN. Mas, o senhor já ouviu que aqui não tem como avançar não, aqui a contratação está na expectativa de uma situação para o ano que vem. Então, tem uma série de fatores, o orçamento o senhor mesmo viu que até para reforma não tem condições. Nós temos um déficit aí de vinte e sete, quase doze milhões, é doze milhões; metade do orçamento que estava previsto para Polícia Militar foi cortado. Por quê? Eu queria que Secretário me informasse, tem como informar? Porque que tem que cortar da segurança? Porque que não corta de outro lugar? Por quê? A segurança que não pode falar, que não pode fazer greve, é a segurança que querem fazer aí como foi projetado, cortando o orçamento. Secretário, não tem condições não. O Senhor não tem condições de viabilizar esse projeto se não tiver o aceite, se não tiver realmente uma situação tratada de forma diferenciada pelo Governo a questão segurança pública. E ontem mesmo eu me reunir com o Governador Confúcio Moura e pedir a priori, que ele vá conosco, abrace a causa de 700 policiais militares que foram transpostos através de uma ação judicial para gente não complementar, ou comprometer a Folha e não vai, sabe por que é que não vai? Porque eu estava, a folha do Iperon, gente. Pode suplementar, mas a folha do Iperon, o Iperon tem um fundo lá, razoável. Então, gente, até minha preocupação quanto à questão da folha, mas vou continuar na defesa porque são 700 pais de família, são 700 pessoas que foram transpostas e por uma decisão política e judicial. Porque se for política, o Presidente tem condições de segurar, porque se nós tivéssemos uma bancada, Senadores, Deputados Federais e demais autoridades compromissadas com o povo de Rondônia, isso não ia ocorrer não. Porque eu fico vendo Lindomar Garçon, eu vou dar um exemplo, em tudo que é lugar o Deputado Federal está com a foto, tirando ali. Ele tem acesso ao livre ao Presidente da República, mas deve ser só para conversar mesmo. Nós temos o Senador da República, Senador Valdir Raupp do PMDB, um dos maiores líderes do PMDB e ele não tem feito nada por essa Rondônia, meu amigo.

Romero Jucá, Senador Valdir Raupp, o senhor que deve estar, a sua assessoria, o senhor está assistindo, dá aula para o senhor do que é articulação política, dá uma lição do que é Senador da República, mesmo respondendo diversos crimes perante o Supremo Tribunal Federal. Ele pegou uma PEC lá, que estava parada dentro do Congresso, desceu, que eu falo desceu porque o Senado está no alto clero e a Câmara está no médio clero, mas os Senadores têm uma condição paritária para estar ali, ele veio, Deputado Hermínio, e aprovou uma PEC que estende até 1993 os funcionários públicos do Amapá e Roraima. E a gente foi com uma emenda e retiraram.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Só para ajudar, porque se resolvesse, se aquela PEC valesse para Rondônia também, os servidores, por exemplo, da CAERD, todos eles resolviam o problema, ia para a União aí já fechava essa CAERD de vez. A CAERD só dá problema para o Estado. Mas eu queria, Deputado Jesuíno, o senhor falando aqui da questão de Jucá. O Jucá faz um monte de traquinagem, mas ele faz traquinagem para ele e faz e barganha para o Estado também, para o coletivo do Estado. É a diferença do Jucá para o Raupp. O Raupp, eu não vejo o Raupp fazer nada, por que às vezes: não, faz emenda. Rapaz, esse negócio de emenda parlamentar, isso é nojento. Parece que é obrigação do parlamentar, tanto estadual como federal só é para indicar emenda. Emenda é uma coisa maléfica para o País. Primeiro que esse dinheiro já é do Estado e da União. Esse dinheiro, para ir para os municípios não precisa ir através de Deputado ou de Senador. Infelizmente, porque parece que: - não, Marinha Raupp bota emenda, Raupp bota emenda. Rapaz, tem que defender as coisas grandes do Estado, os interesses. Essa transposição é uma vergonha para Rondônia, é uma vergonha. Desde a época das usinas, ali era o momento da bancada federal, junto com o governo de Rondônia e a Prefeitura de Porto Velho levarem todo mundo, pelo menos até 1991, para o quadro da União, naquela época. Agora, os que foram, foram através da Justiça, aí agora vem aquela Ministra. Porque eu pensei que tinha uma coisa, eu pensei que não tinha nada pior no Brasil do que o Congresso Nacional, eu pensei que era a maior vergonha do nosso País era o Congresso Nacional. Hoje não é mais o Congresso, que no Congresso tem muita gente ruim ali dentro, mas tem alguns bons. Para mim a pior vergonha deste País, a coisa mais nojenta deste País é aquele tal daquele Supremo. O povo deveria reagir e não aceitar as decisões mais do Supremo, deveria. Da mesma forma que a Assembleia do Rio fez para soltar aqueles três Deputados acusados lá, que a Justiça do Rio lá fez muito bem, que não acatou a decisão da Assembleia, dos Deputados da Assembleia, o povo também tinha também que não aceitar esse tipo de barbaridade que esse Supremo... Esse Supremo só faz coisa ruim contra o País, contra o povo. Toda decisão do Supremo é contra a maioria da população e beneficiando alguns vagabundos, infelizmente é a realidade. Eu espero que um dia eu não caia, um processo meu vá para cima, para aquele povo lá, porque pelo menos eu vou ter o prazer, se eu puder falar eu vou dizer: - olha, eu tinha o prazer de um dia ser julgado e condenado, mas por gente melhor do que eu, porque ser julgado por umas tranqueiras que nem vocês, ser julgado pelo Gilmar Mendes e companhia, meu amigo, é o fim da picada. É o fim da picada um cidadão neste País, eu acho que até Beira

Mar deveria reivindicar que alguém melhor para julgar ele, alguém mais decente para julgar ele. Porque infelizmente, talvez o Beira Mar seja menos mal do que alguns Ministros que têm naquele Supremo. E eu não sei se tem algum que presta lá dentro não, mas tem uns que eu sei que é ruim demais. E eu estou falando isso aqui, estou falando, não tenho medo, pode vir, se eu for pegar processo por falar mal de vagabundo eu estou ferrado. E vagabundo que eu falo, não é nem vagabundo da periferia, ladrãozinho de varal não, que eu sempre falei mais, dei prioridade a... Porque a maioria dos vagabundinhos que nós temos na periferia é graças a esses vagabundos grandes, das autoridades. Porque se nós, as autoridades, fizéssemos o nosso papel como deveria, com certeza tinha menos vagabundo lá na ponta, com certeza lá nas nossas periferias.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Deputado. Coronel, o que é que a gente tem para alterar na legislação agora, dos Fundos? Eu preciso que a sua assessoria, que deve ser muito técnica, tem vários Delegados, têm oficiais, eu preciso que seja feito um levantamento, um encargo de urgência se vocês tiverem prioridade também. Enquanto não, a gente vai aguardar de todos os Fundos que nós temos hoje da Polícia Militar ou do Estado, o que pode ser implantado e implementado dentro da Segurança Pública. E o próprio Dr. Glauber encaminhe para a gente essa informação junto ao Chefe da Casa Civil que encaminhe a propositura de Lei ou que a gente façamos aqui um acordo, inclusive, tem uma Lei...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno eu só quero 30 segundos que eu esqueci uma coisa importante.

Como é que justifica tirar Orçamento, diminuir, cortar Orçamento das coisas básicas, principalmente, Saúde, Educação e Segurança Pública se o Orçamento desse ano é maior que do ano passado. Como é que justifica cortar? O Orçamento nosso desse ano é maior, então cresceu. Como é que justifica cortar, se está cortando de vocês está indo para outro lugar porque o Orçamento é maior do que o do ano passado. No mínimo era para ser o mesmo do ano passado. E tinha que ser mais, aumentou. O ano passado não chegava R\$ 7 bi, esse ano passa de R\$ 7 bi. E outra coisa, eu proponho o seguinte, vamos tirar de onde tem. Desta própria Assembleia aqui dá para tirar um pouco, dá para tirar um pouco do Tribunal de Contas, dá para tirar um pouco..., onde tem as mamatas dá para discutir, mamata que eu falo assim, que tem privilégio, se for para tirar tire desses lugares para não afetar o básico, que a nossa Segurança Pública já é horrível do jeito que está, já está cambaleando, se tirar mais recursos aí a tendência é a coisa ficar pior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Não, eu vou, a proposta surge de onde vir, eu quero saber de onde vai tirar recurso. Eu preciso dos "Fundos".

Com essa Lei que foi aprovada a Lei Complementar, alteração da Lei Complementar 194 do Tribunal de Contas, ele chancelou alternativa da gente poder usar verbas dos recursos. DETRAN. Ele falou que pode pagar a PM, pode pagar qualquer..., ele pode investir em tudo. Ele falou. Não fui eu que falei não. Pode investir em melhoria para a Segurança

Pública, desde que faça segurança, PM, Civil, então, vamos arranjar... Eu preciso dessas informações ouviu Dr. Glauber para a gente trabalhar, para esses Projetos saírem do papel, para ele ser implementado mesmo lá na ponta que aí o Governo vai deixar um legado em melhorias em tudo.

Eu preciso também Cel. Caetano, que aí a gente está discutindo melhorias e condições de trabalhos que o Coronel Lessa, está na mão do Coronel Lessa, salvo engano, encaminhe para esta Casa ou dê o autorizo dele aí o CONDEG a Lei que vai dar uma gratificação para os Policiais que estão trabalhando aí na sua hora de folga, está com o George?

O SR. CEL. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Vai vir para cá.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas, peça para o Secretário também levar essa informação. Isso é importantíssimo, isso não vai aumentar despesas na folha não.

Eu vou ter que pegar nos Anais desta Casa essa Ata. Eu vou fazer então eu pego depois o que foi encaminhado. Então, o encaminhamento, a Assessoria sua encaminhe para nós aí algumas, vai fazer um apanhado de todos os recursos que tem parado nos Fundos para alterar a Lei para a gente poder investir na Segurança Civil, Militar, o que o senhor tem a responsabilidade. Todas as Leis que forem de interesse da Polícia Militar também quem puder somar esforços e colaborar conosco como essa dos Militares sendo, trabalhando aí em um horário que não é pago, que o Plano de Policiamento da Capital está suspenso até o presente momento encaminhe para a gente.

Os Programas principais que foram debatidos foi só Segurança, eu não vi a Polícia Civil se manifestar em anda, e aqui, fica aqui, inclusive, o Delegado que eu conversei com alguns Delegados, eles poderiam ter pelo menos a representatividade deles aqui para poder falar, mas, eu vejo que está tudo tranquilo, eu acho que os Delegados estão tranquilos, não tem nenhum problema não para poder eles virem, a Polícia Civil, eu falo a Polícia Civil, era para vir aqui e falar: olha as condições de trabalho, mas eu estou falando em nome deles, em alguns locais que eu visitei era para eles poderem falar: “olha, a gente tem alguns avanços que podem ser alternativos”. Ou a busca dessa... A LOA foi cortada para a Polícia Civil aqui também? Teve uma...

Dr. Glauber o senhor está falando uma situação Orçamento envolvendo a SEJUS, eu estou falando caso a caso. No PPA a previsão Orçamentária é R\$ 27 milhões.

O SR. GLAUBER GAHYVA – Deputado, o Orçamento Geral da SESDEC...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não. Não.

O SR. GLAUBER GAHYVA – Só da SESDEC sem SEJUS foi apresentado aqui que houve um aumento do Orçamento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, o senhor está falando do contexto geral, estou falando...

O SR. GLAUBER GAHYVA – Agora, o que o senhor está dizendo, são Orçamentos Pontuais dentro do Orçamento Global.

Mas veja bem, dentro de uma atividade ou outra das que constam do Orçamento Global da SESDEC por óbvio que umas são executadas com maior volume de recurso do que outras dentro de um planejamento de execuções. Não dá para se fazer tudo. Estabelece-se prioridades dentro de Orçamento e umas ações são priorizadas em detrimento de outras, mas, o Orçamento Global da SESDEC, estou falando SESDEC, sem envolver SEJUS, ele aumentou quando foi apresentado aqui pelo Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não. Mas ali está envolvendo até DETRAN, Dr. Glauber, até o DETRAN.

O SR. GLAUBER GAHYVA – Não. Sem envolver o DETRAN, só a SESDEC, é isso que eu quero dizer. Se o senhor até me permitir eu tinha algumas questões que eu gostaria de pontuar aqui.

O Orçamento de Rondônia quando a gente fala em Orçamento de Segurança Pública como um todo, envolvendo SEJUS, envolvendo o DETRAN tudo a gente chega um montante de R\$ 1 bilhão, mais ou menos, R\$ 1 bilhão e 300 milhões de reais, não é? Isso atinge se a gente considerar o valor do Orçamento total do Estado, atinge a marca de aproximadamente 17% do Orçamento voltado para a Segurança Pública e é algo que a Segurança Pública a gente tem que lembrar que não existe um limite mínimo estabelecido na Constituição como existe para Educação e para a Segurança, e mesmo assim, Rondônia tem um alto grau de investimento, se a gente falar só da SESDEC propriamente dita, como o Coronel Caetano muito bem disse aqui, passa dos setecentos milhões de reais, houve um aumento com relação ao ano passado, não houve diminuição de orçamento, o que pode ter havido é dentro das atividades que são desempenhadas desses setecentos milhões, algumas que tenha sido diminuída com relação as demais. Dos Estados brasileiros para o senhor ter uma ideia, Rondônia é o segundo que mais investe em segurança per capita, nós temos o Acre em 1º, o Piauí como 27º, Rondônia investe, eu ao sou especialista em segurança, mas dos dados que eu tenho pode ser que tenha alguma coisa que ainda precise atualizar, que até tenha melhorado; quinhentos e trinta e dois reais e sessenta e dois per capita; enquanto o Piauí, investe dezoitos reais e quarenta e dois centavos per capita. Rondônia é o 5º Estado brasileiro que mais tem policiais militares por habitante, nós temos 332 policiais, um policial militar para cada 332 habitantes; quando a ONU indica que seja pelo menos um a cada 450, ou seja, Rondônia tem um índice 30% melhor do que, não, isso é a ONU que diz deputado, assim, não sou eu que estou dizendo, ou seja, é 30% a mais do que indica a ONU e estamos em 5º no quadro geral do país. Nós não estamos aqui a dizer que a Segurança Pública é perfeita em Rondônia, como ela não é perfeita em lugar nenhum. Mas, que estamos trabalhando para melhorar essa Segurança Pública com os recursos limitados que temos, inclusive em função da crise que o país vivencia hoje; nós não temos dinheiro suficiente para fazer todas as ações de saúde, como não temos para fazer todas as ações da educação, como também não temos para fazer todas as ações de segurança pública; o recurso é escasso, o cobertor é curto, se a gente cobrir a cabeça, descobre o pé; a gente falar em retirar recurso de orçamento de

outras Secretarias para passar para Secretaria de Segurança Pública, significa deixar de executar outras atividades do Estado que estão, são também tão essenciais quanto a segurança. Nós temos aqui deputado, índices, por exemplo, que demonstram claramente que a segurança pública em Rondônia tem evoluído. Rondônia em 2017, ficou como 21º Estado mais violento do país, ou seja, essa é uma, é um índice que é bom está no final, dos 27 estados, nós estaremos em 21º em 2017, sendo que éramos o 14º em 2014, houve uma melhora significativa. Hoje Rondônia está atrás índice de violência de apenas 6 Estados da federação. A questão, ela não passa tão somente como o Secretário muito bem disse; por investimentos, não é só com dinheiro que vamos resolver o problema de segurança pública. Mas, com projetos como esse que está sendo apresentado: Rondônia mais segura. E que a longo prazo vão ter efetividade na área de segurança pública. Para se ter uma ideia, o Brasil investe 5.4% do PIB dele em segurança pública, quando nós temos a Alemanha que investe 1.3%, 1.4%. A Espanha 1.3%, a média de União Europeia é de 1.3% do PIB. Nós temos um problema aqui como foi apontado aqui, muito sério pelo Coronel Caetano, que são os problemas da nossa região de fronteira, temos uma extensa região de fronteira sem apoio praticamente nenhum da União e pela região de fronteira que entra, onde o crime organizado deita e rola, onde existe o tráfico de droga, onde existe tráfico de armas que fomenta aí 60% da criminalidade que ocorre no país, não só em Rondônia. Para o senhor ter uma ideia, dados do TCU, dados oficiais do TCU, que entre 2012 e 2015 o Governo Federal previu investimento de doze milhões nas fronteiras, doze milhões, que já é muito pouco e o que foi investido efetivamente, foram irrisórios trezentos e cinquenta e dois mil em 2012; sendo que nos dois anos seguintes, 2013, 2014 não se investiu absolutamente nada. Nós temos a Delegacia Federal de Guajará-Mirim, apenas, se não me engano, 06 agentes federais para tomar conta de 600 KM, quilômetros de área de fronteira, 1.400 KM de área de fronteira. Sendo que desses 06, 03 estão trabalhando em atividade aduaneira, patrolando quem vem de lá para cá com whisky, imigração, com perfume, enfim, e os outros 03 para fazer o controle de toda área de fronteira, ou seja, a gente precisa na verdade, além de recursos, de discutir uma política nacional de segurança pública de buscar apoio realmente na União para que a União invista no controle das fronteiras que vai acarretar numa diminuição drástica dos índices de violência, não somente em Rondônia, como no país como um todo. Não é verdadeiro, não é real, queria até que o Deputado Hermínio tivesse aqui para que ele pudesse ouvir, que ele disse aqui que Rondônia não é esse país das maravilhas que foi apresentado. Na verdade, não se apresentou nenhum país das maravilhas, se apresentou um projeto de Governo a ser executado nos próximos anos. Mas, não é real o dado que Rondônia tem um município entre os 50 mais violento do país, isso não é real, não teve; teve um município entre os 100 mais violento do país no passado, hoje já não tem mais nenhum e se a gente for considerar que nós temos vinte e sete Estados na Federação, mesmo que tivéssemos um município entre os cem mais violentos se a gente dividir cem por vinte e sete, o certo é que cada Estado tivesse quatro, Rondônia hoje não tem nenhum. O que a gente vem aqui na verdade até o Coronel Caetano expôs isso muito bem é discutir, há a necessidade de melhorar esse

orçamento? Há, mas, não é retirando dinheiro de outras ações tão essenciais como saúde, educação enfim e passando para a segurança, acreditem ou não esse orçamento que é apresentado, ele é debatido internamente no Poder Executivo exaustivamente, com todas as Secretarias para que se chegue a um formato que se possa contemplar todas as ações do Estado, porque nós temos Secretaria de Ação Social, Segurança Pública, Educação, todas com o mesmo índice, se a gente tira dinheiro da SEAS para passar para a Segurança Pública, eu deixo lá na ponta o desabrigado da cheia do madeira sem um local para onde ir, enfim, a gente tem refletir sobre isso. Então, Deputado Jesuíno, por exemplo, alguns Deputados poderiam a exemplo do senhor ajudar mais também na área de Segurança Pública com as Emendas Parlamentares, a gente tem no senhor aí um Deputado que tem apoiado muito. Aí eu gostaria também que novamente que o Deputado Hermínio, tivesse aqui, por exemplo, para ouvir, porque nos últimos dois anos houve de encaminhamento da parte dele apenas uma Emenda coletiva no valor de sessenta mil reais, para a Segurança Pública, ou seja, Deputado está cobrando tanto melhorias na Segurança Pública, poderia nos ajudar também revertendo mais emendas individuais dele para área de segurança pública enfim. É isso que nós queremos acima de tudo também desta Casa de Leis, que outros parlamentares assim como o senhor também tivessem essa consciência de que poderiam contribuir mais com a segurança pública dentro das suas emendas individuais. É obvio que isso do talante de cada parlamentar de aplicar onde ele achar que é mais importante, mas, talvez fosse uma solução também além de trabalharmos em conjunto uma política realmente em Brasília, mais efetiva de resguardo dessas regiões de fronteira. É muito difícil a gente falar de cuidar da casa, quando a casa não tem muro, não é verdade? Todo mundo aqui sabe que uma casa sem muro qualquer um entra e sai, e a gente com essa extensão toda de fronteira, sem o apoio do Governo Federal, a gente está sempre com a porta dos fundos aberta para entrar e sair quem quiser. A gente sabe que não existe, por exemplo, esses armamentos pesados que são apreendidos, não estou falando aqui em Rondônia, lá no Rio de Janeiro, quando a polícia invade lá o Morro da Rocinha, ou o Morro do Alemão e apreende aqueles fuzis, aquele armamento, nenhum daqueles armamentos é vendido oficialmente no Brasil, diferente dos Estados Unidos, onde você consegue comprar fuzil em lojas, esse armamento todo entrou por aqui, contrabandeado por essa região de fronteira, ou seja, se a União não tiver uma consciência de que há necessidade de investimento maior, vai continuar pagando gelo lá no Morro do Alemão, no Morro da Rocinha enfim. Então, Deputado, é só para pontuar aqui assim, nós não estamos aqui para dizer que temos a segurança pública perfeita, ninguém aqui veio para dizer isso, estamos aqui para demonstrar um plano de Governo a convite do senhor de algo que foi trabalhado internamente ouvindo as Secretarias de Segurança Pública de todos os Estados da Federação, órgãos de consultoria para que a gente possa ter um futuro melhor, é nesse sentido, né Coronel Caetano, que a gente vem aqui, e pedir de fato um apoio dos senhores. Mas, assim, a gente gostaria que houvesse ponderações, a gente sabe que esta Casa, tem o talante, o alvedrio, a competência de alterar o orçamento do Estado, mas que isso fosse feito com

bastante critério, com bastante responsabilidade para que não corramos o risco de salvar “A” e declarar a morte de “B” e que isso fosse de fato discutido com bastante competência, com bastante razoabilidade que a gente sabe que é muito inerente a pessoa do senhor Deputado Jesuíno, é isso.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Dr. Glauber, eu só tenho a ponderar ao senhor o seguinte: ONU para mim é igual a uma associação, exemplo, que ela tem o nome, tem uma referência, mas ela não pode estar aqui no local falando de situações peculiares. Então, dados de ONU ou de qualquer instituição para mim, ele não tem muito significado não, porque só quem está na ponta pode falar de uma situação diferente. São dados que qualquer um pode montar aqui, inclusive tem um Deputado que faz brilhante pesquisa aí de, e eu posso seguir a pesquisa dele? Posso, então, para mim a questão de ONU, eu, orçamento...

O SR. GLAUBER GAHYVA - Eu só queria dizer Deputado, assim, independente da ONU, nós somos o quinto Estado com maior número de PMs per capita, isso é dado, isso é inegável.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, a gente tem que contratar sabe Coronel, a gente está aqui, quem quiser. Inclusive quem tiver qualquer problema quiser pode ficar à vontade e sair, a gente vai discutir aqui situação, eu não estou com fome por mim, eu vou, sintam-se à vontade, quem quiser não permanecer no recito. Eu quero discutir isso aqui porque eu levo muito a sério independente de outros parlamentares que não se encontram no local, isso aqui eu estou levando muito a sério. Nós temos um orçamento de sete bilhões, oitocentos e cinquenta dois mil, duzentos e setenta e um duzentos e oitenta e nove. Esse orçamento, eu não sei quais são, tem vários funcionários ali dentro da SEPOG, todo dia é alterado Dr. Glauber, todo dia tem remanejamento Doutor, superávit, remanejamento de um lugar vai para outro. Tem até a possibilidade do seu Secretário de Finanças, ou a SEPOG remanejar os 20%. Eu nunca vi um Orçamento exato. O que nós estamos pontuando são prioridades, é exemplo da contratação desses voluntários R\$ 4 milhões que vão ser investidos em mais contratações. Secretário, eu me oponho a isso aí, revê, faça essa situação, converse com a Polícia Militar e veja os pontos necessários dentro da Polícia, dentro da Polícia Civil condições de trabalho porque não avançou em nada esses voluntários, porque a maioria desses meninos que se encontram lá esses jovens, ele não vai ter como tirar os servidores que estão dentro dos Quartéis porque esses militares se encontram em grupos e o senhor sabe muito bem, é Coronel do Bombeiro, não avança em nada. Eu vi uma defesa, inclusive, eu gosto de falar na presença da pessoa, eu não gosto de falar por traz, eu vi muita defesa do senhor Vice-Governador Daniel Pereira nesse Projeto, eu vi defesa aqui que na minha concepção era defesa política, mas, benefício a alguém que tiver aqui presente me mostrar quais foram os benefícios que eu já visitei vários locais, inclusive, o SEOP, não trouxe nenhum. E eu tenho até que fazer o reclame hein. O atendimento de um que eu liguei lá eu perguntei quem era, o atendimento péssimo, parecia que estava..., que “porra” é essa? Eu não sei como foi formado, parece que pegaram esse menino para dou-

trinar como se fosse militares, e a formação dele era para questão, a formação dele era para atendimento, para conhecer algumas questões jurídicas, não para formar o policial, que aqui eu quero dizer que essa formação também não é dos Militares não, a educação a gente tende a escola e essas mudanças Dr. Glauber, parte do principal, do primordial aqui, na educação, na formação, a gente também tem esse investimento na educação isso aqui avança, exemplo das Escolas Militarizadas, que o Presidente Maurão ontem se reuniu com alguns alunos de uma Escola Capitão Cláudio com alguns professores e por conta de uma pressão já disse que ia buscar o Governo para tirar lá a Militarização da Escola capitão Cláudio. Eu já falei para ele, quer ser candidato a Governador e ele não pode levar uma pressão de WhatsApp e Facebook que ele fica desesperado, ele fica perturbado, ele tem que ter esse preparo, se desliga de WhatsApp, eu tenho muito respeito, tenho muita consideração pelo Presidente Maurão, mas ele tem que ter sabedoria. Hoje, as Escolas Militarizadas estão dando o exemplo, eu vou chamar uma Audiência para discutir isso aqui para mostrar para a sociedade o que é Escola Militarizada, exemplo do Capitão Rocha, ali na Escola Manaus; que o senhor foi quem colocou, inclusive, na Emenda lá dando oportunidade dos Bombeiros, mas, a gente tem que tratar também com esses militares, estão tendo dois militares, dois militares da ativa e outros militares da reserva, chamar militares também das outras forças para poder compor isso.

Então, eu queria apenas no prazo, nós temos aqui Dr. Glauber, isso está aqui na LOA, não sou eu que estou falando não, está na LOA R\$ 732 milhões 708 reais e 351 algumas frações. Eu quero encontrar dentro desses Fundos todinho aqui, alguns que estão parados para a gente poder utilizar isso. Eu quero que a gente crie mecanismo, eu falei com o Cel. Caetano algum mecanismo para a gente fortalecer a Segurança Pública, se o Estado tem esse bom olhar para a Secretaria de Segurança Pública ou para a Segurança Pública, então façamos isso, de forma séria, de uma forma que a gente busque uma solução alternativa, uma alternativa para resolver essa questão de financeiro.

O SR. GLAUBER GAHYVA – Eu só queria esclarecer uma situação Deputado até porque é importante para que o senhor possa entender essa questão, esses valores que constam...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu sei.

O SR. GLAUBER GAHYVA – É uma previsão de receita de arrecadação desses Fundos para o ano que vem.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu sei. Eu quero saber quanto está parado. Eu quero saber quanto está parado.

O SR. GLAUBER GAHYVA – Esse dinheiro não existe ainda. Não tem nada desse dinheiro parado é uma previsão de arrecadação para 2018.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu sei que tem Fundos aqui, eu sei que o Orçamento é uma questão fictícia. Eu quero saber quanto tem parado Dr. Glauber, façamos a ques-

tão de quanto tem hoje parado dentro do financeiro do Estado, parado, como foi feito aí para a gente trazer para essa questão da melhoria da Segurança Pública. Apoio qualquer situação que for de melhoria, vou encaminhar como disse o outro valor de R\$ 500 mil vai dá um total de R\$ 1 milhão de reais para a reforma dos Quartéis e aí vai para o último para a gente finalizar essa questão. Eu espero que a dona Emília, não é? Emília. Quem é Emília? Não é do Fundo? Do Fundo não, que controla o PIDISE? Ela que é responsável pela situação da construção dos Quartéis, não é? O George ligou naquele dia para ela, o Secretário não é, e ela disse que o ano que vem vai licitar. Só que ontem eu tive informações que nem o valor do PIDISE sai mais. Nem o valor do PIDISE sai mais, eu quero a verdade. Eu quero a verdade. Eu não estou aqui para ficar, espero que ela informe que não tem mais como aplicar nenhum recurso na construção de Quartéis, ouviu Glauber, porque é incabível a gente está aqui e mentir para um Parlamento, para a Assembleia, o que foi falado ontem eu tive ciência do Deputado Luizinho e outros Deputados que participaram de uma reunião que investimento do PIDISE não tem mais, parece que teve uma contenção nesses empréstimos. Eu quero isso aí documentado porque é mais um problema porque é mais um problema que nós teremos aí dentro da Polícia Militar um quartel que era para ter do 5º Batalhão e os militares estão jogados aí ao léu. Então tudo que tiver que for para construção quero que encaminhe em caráter de urgência, no prazo regimental, vou fazer os requerimentos aqui, 10 dias para me apresentar. Não adianta omitir porque se houver a omissão, viu doutor, informe aí a todos os secretários, eles poderão responder. Eu vou pedir todos os processos aqui. Algum pontual eu quero ter esse prazo aí da Secretaria de Segurança para informar o fundo, o senhor tem como informar? Qual prazo? Enquanto isso eu vou buscando alterar aqui algumas situações. Secretário, quanto tempo o senhor tem para me responder essa situação dos fundos que a gente pode usar para melhorar um pouco a situação pontual?

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Nós vamos fazer o levantamento dos fundos que estão na Segurança Pública, não é?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, não, não, pode ser de qualquer fundo, não é da Segurança não. Eu estou dando aqui um exemplo, o senhor pode pegar um fundo lá do DETRAN, o senhor levanta lá...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – O DETRAN é vinculando a Segurança Pública, é possível.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Sim, veja quanto tem lá e o que pode ser deferido, a gente vai...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Tem a questão constitucional, se não nós vamos cair na inconstitucionalidade, dependendo do Tribunal de Contas.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, já acabei de falar para o senhor.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Então os órgãos vinculados podem ser feitos assim. Eu vou, uma semana é suficiente para eu fazer as pesquisas, mas com limitações dos outros fundos, por mais que tenha o Portal Transparência, a gente vai conversar com a SEPOG, com a SEFIN e falar sobre isso...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – E os R\$ 4 milhões de investimento nos 300 voluntários aí vamos discutir isso também.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Os voluntários, deputado, eles não têm nada a ver realmente com o efetivo da Polícia Militar.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mas aí está tirando R\$ 4 milhões que poderiam ser investidos nos quartéis.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – E assim, um que atenda mal, a gente, é o dom dos policiais militares das escolas militares, não é atendendo telefone, o cara faz mil e seiscentas horas para atender telefone? A gente gasta, tem policiais que trabalhava no CIOP ganham cinco mil reais para atender telefone? Eles têm que estar na guarnição...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mas ele não pode, Coronel.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Então é importante. Esses meninos não atrapalham esse consenso, eu quero criar essa separação de coisas.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mas é investimento, Coronel.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – O programa, o SAV é importante para o Estado, nós não vamos conseguir alcançar o efetivo, vamos contratar 800 policiais e o saldo vai ser 300 porque vão sair 400, se aposentar, nós vamos estar sempre atrás nessa guerra, nós temos que botar na função administrativa pessoas qualificadas para a parte administrativa, os policiais são treinados para serem policiais, alguns com excelência em outras áreas podem ser contratados, que é o caso inclusive na SESDEC nós temos alguns, está aí o Coronel Gonçalves por exemplo, o Delegado Ugalde, alguns policiais militares e civis que tem capacidade administrativa comprovada, notório saber comprovado, não por indicação política, vem para a Secretaria de Segurança e trabalha em outros órgãos, é impossível a gente devolver todo mundo, mas os outros tem que trabalhar no Batalhão, foi para isso que eles foram contratados. Nós temos que fazer uma gestão austera. Então eu concordo, Coronel Fábio, que nós tenhamos alguns problemas internos, mas são internos e o senhor Coronel tem que ajudar a resolver esses problemas também. E a gente precisa separar isso, deputado, para não ficar uma conversa, o Estado está com salário em dia, o Estado de Rondônia cresce o PIB é de 4.5, vamos estudar um pouco economia e ver os outros Estados, o Estado de Goiás não vai pagar nem o 13º. Não adianta ficar contratando, como o meu

Estado lá de Rio Grande do Sul e atrasar os salários, os caras receberam a metade do salário do ano passado, o 13º; o Rio de Janeiro recebeu R\$ 500,00 reais do 13º de 2016. Nós não podemos achar que vamos resolver problema criando problemas para nós mesmos, nós só vamos conseguir resolver esse problema, deputado o senhor é representante nosso, ou não é fazendo todos mundo junto o dever de casa, todo mundo junto, só dizer que a Secretaria de Segurança, o Batalhão Ambiental não fiscaliza, a Polícia Civil está quebrada, não tem arma, ainda mais com o pessoal que está na cabeça da estrutura, da mesma forma aqui na Assembleia, a gente entende isso, eu acho que nós devemos arrumar, eu vou, em uma semana a gente faz essa pesquisa, peço apoio do pessoal da SEPOG aí, vamos correr atrás, mas nós não podemos criar celeumas entre nós, nós precisamos resolver juntos, não conseguimos resolver segurança pública, pode mudar o secretário agora, o Comandante do Batalhão pode trocar o Fábio agora da função dele, o deputado da função, os índices são os índices, não adianta a gente, tem que assumir as culpas que nós temos e trabalhar juntos, só vim para o plenário para dizer que vamos, não, precisamos resolver o problema, tem problemas que não se resolvem num estalar de dedos, é médio e longo prazo, aí precisa estudar um pouquinho o planejamento, gestão, estratégia, economia, e aí talvez nos falte um pouco de conhecimento em algumas áreas, se a gente não tem nós vamos ter que buscar esse conhecimento, talvez, fora das corporações porque se não tem na corporação nós temos que fazer o dever de casa, nosso trabalho é científico técnico, se tiver um fundo no DETRAN que possa nos ajudar eu acho ótimo, o senhor tem toda razão, é valoroso, mas a gente dizer que vai resolver o problema num estalar de dedos eu não concordo, nunca concordei com isso, não foi assim que o Bombeiro cresceu, nem a Defesa Civil. A gente cresceu trabalhando, criando uma auditoria de projeto e pesquisa, poderia ter na Polícia Militar uma auditoria de projeto e pesquisa com pessoas qualificadas. O Capitão Henrique é um policial muito qualificado, e a gente buscar a solução em conjunto, não olhando 'olha', ainda mais em ano político, isso é perigoso demais, tem pessoas que aproveitam essa oportunidade para fazer, nós não vamos fazer isso, nós vamos fazer a governança austera que a gente sempre fez, com responsabilidade total pelas pessoas que nos colocaram aqui, que seria o povo, a população. Cientificamente sempre, com muita responsabilidade, nós somos homens públicos, todos nós aqui, que estão aqui nessa parte de cá, nós não podemos ser irresponsáveis nas nossas palavras, isso é muito perigoso. Rondônia já viveu isso no passado, graças a Deus Rondônia. O Brasil está aí para quem quiser ver. Não é com discurso que se resolve problemas e nem com críticas soltas. Eu quero ajudá-lo, vou ajudá-lo, o senhor pode contar comigo, nós vamos lutar, achar isso aí que a gente precisa, todos juntos. Mas, eu não concordo muito com algumas coisas: o SAV, ele veio, pode ter alguma deficiência no atendimento, mas, têm muitos alunos, tem a maioria, o atendimento melhorou muito, melhorou porque até o policial está cansado, o policial um cara antigão, está lá atendendo telefone. Acostumado a prender bandido, trabalhar no rádio patrulhamento, agora está lá atendendo telefone 190. Sinceramente, oficiais da Polícia Militar aqui presentes, esses policiais poderiam estar lá na Escola Manaus, na Escola Capitão Silvio, nem no presídio eles

deveriam estar, até os REs, é disso que nós estamos falando. Ou é isso ou a gente vai fazer o que o Brasil já fez e que não deu certo e que não vai dá certo, pode trocar quem quiser, isso aqui não é um time de futebol que troca o técnico quando não ganha; não ganha porque está errado no início, o processo está errado e isso não pode ser discutido aqui, isso tem que ser discutido interna corporis, lá dentro da corporação, não é legal fazer isso aqui. Agora, o Deputado é legítimo, é um parlamentar, pode nos cobrar, vai nos cobrar, nos tratamos sempre, o senhor sempre esteve lá no Bombeiro, em momentos difíceis a gente conseguiu aumento, inclusive, para a Polícia Militar, em momentos críticos, graças ao seu trabalho, a discussão, mas, nunca de forma irresponsável, nunca com vontades umbilicais. Aí eu falo olhando para as corporações, nós vamos trabalhar isso com responsabilidade, senão nós não vamos ter legitimidade nenhuma nunca e não dá para a gente, ou a gente é técnico ou não é; meio termo não tem, não tem mais, isso já teve, mas não funciona. Eu falei isso aí para o Ministro da Justiça, no Brasil faz 50 anos que se fala em segurança pública, você acha que em 7 anos que o Governador vai resolver? O que o Governador já fez pelo Estado em segurança pública? Vamos ser francos, pessoal, quantas coisas melhoraram. A gente quer usar exemplo do que é dos Estados Unidos em Rondônia? Então, eu concordo com o senhor, vou fazer essa pesquisa, vou precisar dos técnicos, nós vamos arrumar uma sugestão, devo conversar com o Secretário Emerson, mas eu estou falando isso porque tem assunto que nós temos que resolver internamente primeiro, não vim aqui para, isso aqui não é um... E dá uma resposta que o senhor precisa, o senhor é parlamentar, tem direito, nós vamos fazer isso, mas, as sugestões que nós temos para isso melhorar estão aqui e a gente infelizmente ainda precisa de emendas. É melhor emendas do que suprimimento de fundos para administrar batalhões. Suprimimento de fundo não dá para administrar, que o Tribunal de Contas, ele vai notificar mesmo vocês, e nós vamos ter problemas. Então é complementar, a gente precisa de complemento. Então, eu acho que o meio termo aí dessa conversa, a gente vai buscar, mas eu queria... A ONU, Deputado, ela reúne informação de inteligência do mundo inteiro, são informações sociais, IDH, desenvolvimento humano, PIBs, economia, essas coisas são importantes, é porque a gente não olha muito isso, às vezes que a gente não consegue, nós precisamos de algum parâmetro, o parâmetro que nós temos é esse, claro que falta muito, a Polícia Militar precisa melhorar, lógico, mas não vai ser agora assim não, porque um ou outro quer, que vai... Nós estamos buscando. O senhor participou, Coronel Fábio, dessas reuniões, o senhor ajudou a corporação a melhorar lá a valorização do profissional, eu sou muito grato, inclusive, por isso. Mas, vamos olhar sistemicamente o problema, tem que abrir o olhar, depende de muitas outras coisas isso, depende da Assembleia também. E aí eu quero com isso tudo, já falei demais, a gente reconhece algumas coisas, tem dificuldades para algumas coisas, mas a gente vai morrer dizendo, se a gente aumentar meio por cento o índice de violência em Rondônia, nós somos melhores do que nós éramos, e a gente está muito melhor do que meio por cento. São fatos, não são matérias, são fatos. E os fatos não fui eu que inventei, eu peguei da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Ministério Público, do Judiciário, são os índices, foram vocês que me deram

os índices, a gente só divulgou aqui. Então, nós não somos de lados opostos, nós somos do mesmo lado, da instituição Polícia Militar, não é Governo, é Estado, é diferente. Eu queria que a gente pudesse entender definitivamente, senão nós vamos, se é para falar do Brasil do jeito que ele é, eu não posso, porque não sou deputado, senão eualaria aqui também do jeito que eu gostaria de falar, mas, eu não posso, porque a lei não me permite isso. A não ser que alguém tenha alguma dúvida sobre o Brasil. Se alguém tiver alguma dúvida. Então muito obrigado.

O SR. GLAUBER GAHYVA – Deputado Jesuíno, eu queria pedir a permissão só para falar com relação à questão do Fundo. Muito embora já tenha feito esse comprometimento de fazer o levantamento dos Fundos, eu desconheço essa matéria que foi aprovada aqui referente ao TCE, até por que é de iniciativa privativa deles, eles encaminham e aqui aprova e aqui não passa, ainda não passou pelo nosso crivo. Mas o fato é que nós tivemos uma experiência recente, especialmente uma onde o Estado de Rondônia aprovou uma lei aqui na Assembleia, a Lei 3.124/13 para que permitisse ao Estado de Rondônia que utilizasse os recursos do Fundo, do FIDER para pagamento de despesa com pessoal, despesa de custeio e nós tivemos uma decisão do Tribunal de Contas para que esse dinheiro fosse devolvido para a conta do FIDER, dizendo que não pode ser aplicado em objeto estranho ao objeto do Fundo. O FIDER só pode ser aplicado em FIDER, mesmo a gente alterando o objeto da Lei, a decisão deles foi nesse sentido. Nós não concordamos internamente, a Procuradoria Geral do Estado entrou com o mandado de segurança, conseguimos uma liminar suspendendo a decisão do Conselheiro do Tribunal de Contas, eles recorrem dessa liminar, o mandado de segurança é contra um Conselheiro, então é competência do Pleno do Tribunal de Justiça e o Pleno decidiu no agravo regimental que foi proposto pelo Tribunal de Contas, pela manutenção da decisão do Tribunal de Contas, no sentido de que o Estado não pode, não foi julgado o mérito ainda, não sabemos quando vai ser julgado, mas hoje o que nós temos aqui de indicativo jurídico é uma decisão do Tribunal de Contas e uma decisão do Tribunal de Justiça no sentido de que nem através de alteração legislativa dos objetivos do Fundo, a gente pode utilizar os recursos do Fundo. É óbvio, Deputado, que o Estado está atento a isso há muito tempo. Nós temos aqui a representante da SEPOG, há muito tempo que o Estado pretende ou pretendia já utilizar aquilo que não tivesse sido bem implementado nas ações. Nós temos uma série de ações aí prementes, precisando de dinheiro para manter o Estado, para manter as contas em dia, para melhorar os índices de segurança, de saúde, tudo, mas infelizmente nós não conseguimos e hoje, a gente respeita o entendimento do senhor, vai ser encaminhado aquilo que tiver, mas hoje a realidade jurídica é decisão do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça impedindo que o Estado faça qualquer coisa nesse sentido, mesmo com aprovação da lei, inclusive invocamos no mandado de segurança aquela Emenda Constitucional que a Assembleia aprovou, no sentido de que o Tribunal de Contas não poderia exercer o controle de constitucionalidade mesmo que abstratamente, portanto ele não poderia dizer que a norma é inconstitucional e afastar a aplicação dela. Tudo isso foi invocado no mandado de segurança, mas por enquanto ainda não tivemos êxito. E a outra coisa que eu gostaria de falar

também, é assim, se a gente está falando aqui que os investimentos em segurança pública não são suficientes, porque como a gente viu aqui a maior parte dele é comprometido com folha de pagamento e sobra muito pouco para investimento, a gente, Deputado, adotar alternativas de dispensar esses trabalhadores da parte administrativa, que têm uma remuneração infinitamente menor que a do policial, para contratar policial para bater carimbo em papel, para fazer trabalho administrativo, que não é a atividade finalística da Polícia, nós estamos fadando ao fracasso a Secretaria de Segurança Pública de uma forma definitiva, porque aí nós vamos comprometer 100% dos recursos. E outra coisa assim, eu não sou dirigente sindical da Polícia Militar, mas eu acho que é necessário que a Polícia Militar se atente com relação a isso. Existe uma frase que meu avô já me dizia desde quando eu era pequeno, que “quanto menos formos, melhor passamos”. Qual o interesse da Polícia Militar em inchar a categoria de policial militar, colocando e contratando mais e mais policiais militares para fazer atividades que não são essencialmente de policial militar? Qual é o interesse da categoria em fazer isso? Amanhã ou depois, quando os senhores pleitearem um aumento de salário, e quando se fala em aumento de salário, não vamos enganar ninguém aqui, a gente fala em Lei de Responsabilidade Fiscal, e a gente fala em reflexo desse aumento. Uma coisa é o reflexo de um aumento de uma categoria de, hipoteticamente, mil policiais. Outra coisa é o reflexo de salário de uma categoria de dois mil policiais. Quanto mais se incha a categoria para executar atividades que não são essencialmente do policial militar, você está dificultando cada vez mais o diálogo de negociação com o governo de aumento de salário. Assim, eu dou o exemplo, por exemplo, o nosso de Procuradoria Geral do Estado, que é a categoria que eu pertenço e eu tenho defendido isso. Eu sou membro do conselho Superior da Procuradoria e defendo isso sempre, ao invés de aumentarmos o número de Procuradores, estruturamos melhor a parte de informática para que o Procurador possa render mais; contratamos mais assessores; contratamos mais estagiários, que o preço é infinitamente é cinco, dez vezes menor do que o salário de um Procurador, e com isso você faz com que um Procurador renda o que renderia dois, três, quatro ou cinco Procuradores. Enfim, acho que essa é a solução que nós temos adotado na nossa Casa, quem sou eu para dizer a solução que vai ser adotada na SESDEC, longe disso, mas eu acho que no mínimo é algo que deve ser refletido pelos membros da Polícia Militar, sob pena de criar uma categoria tão inchada, tão inchada que não consiga avançar em situações remuneratórias, por que querendo ou não desde a LRF, nós temos um índice que não pode ser ultrapassado. Mesmo que o Governador quisesse dar um aumento de salário, se já tiver atendido o índice da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele não pode dá, que ele vai ser processado pelo Ministério Público, enfim, até crime de responsabilidade dentro desta Casa cabe. Enfim, é só um conselho, quem sou eu para dar conselho, mal sei gerir a minha vida, mas, algo para que possa ser refletido pelos policiais militares. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu entendo, Coronel Caetano, a discussão sua, o que eu chamei para o senhor, no dia que o senhor não tinha condição de participar, foi

para debater o orçamento da Segurança Pública. Progressões tem que ter orçamento, tem que ter uma série de ações, politicagem não é comigo, não vai ser; eu estou aqui para ajudar, para somar esforços junto com vocês, ombreados na verdadeira melhoria da condição da segurança pública e vou defender essa bandeira até o fim, eu vejo que é o gargalo em todo país. Aí, eu vou falar para o senhor, Dr. Glauber, inclusive, ontem o Conselheiro então omitiu essa situação para mim, que eu perguntei, eu perguntei para o Conselheiro, perguntei: “Conselheiro, tem alguma ação de uma lei que o Estado tentou remanejar recurso do Fundo e foi vedado?”. Ele falou: “não, não tem isso, não existe”. Ontem. E aí o senhor me traz a informação que tem uma lei que foi embargada por conta de remanejamento e eles aprovaram aqui. Está aqui, a gente aprovou com 15 votos. O senhor não! O Conselheiro! O Conselheiro! O senhor não. Tranquilo. ‘Fica acrescido parágrafo único do artigo, segundo a Lei Complementar 194, de 2 de janeiro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação: acrescentar o parágrafo único. Fica autorizado a utilização de até 40% do orçamento do FDI, que é o Fundo deles, para despesas de custeio e indenização’. Não sou eu que estou falando não, está aqui à lei. Vai ser sancionada e vai vigorar, eu ainda perguntei: olha que coisa bonita, hein? Ele vai poder contratar pessoas, ele vai poder comprar, ele vai fazer uma série de situações. E diante dessa sua afirmação, eu já vou informar, notificar o Conselheiro Edilson, para a gente se reunir junto com o Secretário de Segurança, quem quiser participar dessa reunião, eu vou propor nesta Casa, em caráter de urgência. A gente leva a coisa muito a sério, Dr. Glauber. Eu quero saber desse mandado de segurança, por que...

O SR. GLAUBER GAHYVA – A gente passa aqui o número. Eu só não sei Deputado, esse Fundo deles, para quê foi criado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Foi criado a mesma finalidade, reaparelhamento. A leitura dele... O artigo 1º, ele pegou só uma falinha, só a lettrininha, “jurisdicionados”. Só aquela palavrinha, a gente vai dá atenção, então eles vão comprar computador para entregar para os municípios, ele vai contratar pessoas e a fala dele, depois que for aprovado isso aqui, eu falei: ‘então a partir de hoje, os Fundos que tiverem condições de utilizar para investir na segurança. Ele falou pode utilizar’. Está aqui, o senhor tem total aval, eu vou lhe dá uma cópia, o senhor já leva essa informação para o Governo, a SEPOG, vamos definir todos os recursos que estiverem parados para investir na Segurança Pública, em qualquer área. Está aqui à chancela, não fui eu que falei não, se sentir algum imbróglio, está aqui. Foram eles que autorizaram. Foi o Conselho do Tribunal de Contas. E o Conselho do Tribunal de Contas, que são os Conselheiros, que vão avaliar também as contas do Estado, eles autorizaram, então vamos pegar aqui essa lei também, Deputado Hermínio, e aprovar. É isso que a gente está buscando.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pode falar, Deputado Hermínio, vamos finalizar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu não queria falar mais não, eu acho que já falei até demais, mas toda vez que alguém do Governo fala, não tem jeito não, você não pode ficar calado com algumas coisas que o Governo fala. O Glauber falou aí da questão da frase, é interessante a frase dele. Mas, eu acho que a frase que cai muito bem na realidade hoje nossa, nossa que eu falo não é só da segurança pública não, é geral, é se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Eu acho que a frase certa é essa, porque não tem jeito, parece que nós estamos ferrados de qualquer maneira. Eu ouvi falar em inchar, inchar a categoria, eu não posso mais lutar para que contrate mais os remanescentes porque eu vou prejudicar os que estão trabalhando, aí que vocês não vão pegar mais aumento, é esse tipo de coisa que não dá para a gente ficar quieto, porque nós não estamos pedindo aqui, eu não estou pedindo 10 mil policiais, a frota hoje nós temos 3 mil, quem está no batente, fazendo o trabalho do policial, nós somos 3 mil e vem dizer que a população está bem atendida, que é o Estado que atende por número de habitante e policial! Isso tudo, esse índice é mentiroso. É mentiroso, porque a realidade do povo lá, o povo lá não tem, você vai à zona leste tem... Quantas mil pessoas têm na zona leste em Porto Velho, 100 mil? Procura quantos policiais tem na zona leste e vê se dá 333; um policial para cada 333 habitantes? Porque nós podemos até com esses 3 mil, resolver, se dê condição, o Comando chegar para os policiais e dizer: está aqui um salário melhor, arma boa, carro bom e bote duro em vagabundo, não precisa matar não; mas só avisa: vagabundo quer aprontar mais tem uma polícia aqui, o Estado não tolera vagabundagem não. Agora, se um policial der um empurrão num vagabundo, quem vai preso é o policial. Quantos esse Governo já não expulso da tropa porque matou bandido, matou bandido muitas vezes em legítima defesa, têm vários. Porque o estado ao invés de defender a tropa, não, é o primeiro a ter um órgão lá do próprio Governo para poder ferrar, já pensou um trabalhador ser expulso da polícia com 20, 30 anos de trabalho porque matou um bandido, porque matou um bandido com ficha criminal de assassinato, de roubo, de tudo. Esse tipo de coisa que; mas, se o Governo valorizasse vocês, talvez uns três mil resolvia, talvez uns três mil resolvia; porque também se botar um Governo também que não está nem aí, pode botar dez mil e não vai resolver. E é lógico que não é só segurança pública que resolver o problema, tem que ser acompanhado com políticas públicas, de oportunidades, de educação, enfim, é um conjunto de coisa. Mas, pelo menos uma polícia preparada e motivada para fazer pelo menos o básico; têm que ter, coisa que infelizmente; o Governo vem com essas conversas de inchar, que inchar a nossa tropa está reduzida mais de 100%, nós não estamos pedindo para inchar não, nós estamos pedindo que faça pelo menos tenha uma tropa razoável para tentar atender, para que os trabalhadores não trabalhem cargas excessivas de trabalho, é isso que a gente está pedindo, não estou pedindo aqui inchaço nenhum. Nós estamos pedindo que pelo menos tenha um efetivo razoável e motivado e valorizado e com condições de combater todo tipo de crime que tem no Estado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deputado Hermínio, já avançado da hora, 14 horas e 09 minutos. O Dr. Glauber quer a réplica, teve a tréplica e já...

O SR. GLAUBER GAHYVA – Deputado, eu só queria explicar, esclarecer. Longe de mim dizer aqui que não é para chamar remanescente de concurso, de forma alguma, até porque concursado, quem é aprovado em concurso público têm direito líquido e certo de ser convocado dentro do prazo de validade do concurso, isso aí é indiscutível, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é para ser... O que eu falei, tão somente e não é para diminuir policiamento na rua. Eu falei que não me parece inteligente contratar policial para colocar para fazer função que não é policial. Eu me sentiria até diminuído se eu fizesse um concurso para policial militar e se alguém me colocasse para ficar carimbando folha de processo. Sinceramente, eu acho que isso aí, se brincar até configura assédio moral. Por que pô, espera aí, eu fiz concurso para ser policial; agora o cara me põe aqui numa sala. Então, o que eu estou querendo dizer, é que essas pessoas que estão sendo contratadas, são para fazer essas atividades administrativas meio, não é para fazer atividade policial de militar lá na ponta, ninguém vai colocar um, é atender telefone. Aí você contrata, faz um concurso para o cara policial e colocar para ficar de telefonista: alô, bom dia. Fazendo serviço de telemarketing, isso aí é até ofensivo para um policial, eu penso, não é verdade? Então, o objetivo é esse, não é diminuir na ponta não, muito menos deixar de convocar os concursados.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Coronel, antes de terminar, o senhor vai passar a fala aqui. Dr. Glauber, convido o senhor e eu peço que o Coronel Fábio, levante para mim quantos militares estão na condição do grupo, antes de contratar esses 300. E quantos militares, porque é uma pouca vergonha mesmo. Eu nunca defendi, eu nunca defendi Coronel Caetano, nunca, eu acho vergonhoso um militar que se esquia de estar no serviço operacional de rua, do soldado ao coronel. Eu me honro quando eu vejo operações que tem o coronel na ponta, segurando lá, quem fala sou eu, quem fala sou eu, aqui não fala, não é questão de ser maior do que um soldado, quem fala sou eu, porque eu estou comandando a operação. Eu já vi isso lá no Rio de Janeiro, eu já vi isso em outros Estados; eles chamam a responsabilidade. Aqui o capitão, chegou a capitão, ele vai lá para SEOP, vai lá para o SEOP, porque não tem efetivo, tem uma série de situação, mas ele vai lá para o SEOP. Poucos coronéis, eu posso ter qualquer problema, qualquer ranço ou qualquer discussão que teve aí, picuinha com o coronel, foi o Coronel Alcântara, eu vi na rua e o major que hoje está aqui dentro, aqui, o Major Marcos Freire, alguns oficiais, o Coronel Garrett, eu tenho referência dele, o Coronel Ferro, os caras iam para rua, saía lá, botava a farda e ia para rua coronel, isso incentiva até a tropa. Espero que esses novos oficiais, que aqui nós temos 02, os oficiais que estão vindo aí, mesmo que ele for ligado lá, não vai cumprir o serviço dele lá, a exemplo, no SEOP, em qualquer área; mas ele coloque; não, eu vou querer trabalhar mais, eu vou dar um gás para essa tropa, eu vou dar um gás para essa tropa, porque a tropa precisa disso. Eu, como Presidente da Associação da ASSFAPOM, eu nunca defendi isso. Para mim, o cara que se esquia da atividade fim, ele não deve estar na Corporação na caserna. O cara que fica metendo atestado médico, que não está doente, tem que ser fiscalizado para estar fazendo bico, tem que estar lá punido também; tem que ser buscado isso também, eu não defendo isso, eu nunca vou defender, nunca vou defender isso. Agora, a gente vai analisar esses SAVs, que são esses meninos, eles estão na condição gente, não vai aumentar em nada o efetivo. O senhor encaminhe para mim Coronel, Secretário, por gentileza, analise cada um e faça o compromisso, manda uma matéria aqui, uma Lei

alterando o Decreto 9A de 1982 que trata sobre o Estatuto. Não é questão de tomar lugar, Dr. Glauber, eu estou falando que a maioria desses policiais que se encontram lá dentro; eles estão no grupo e no grupo tem uma atividade fim, ele pode até aqui, ele não pode ser do serviço do PO, ele não pode estar dentro de uma viatura, infelizmente tem vários assim. Pode mandar, então isso, vamos mudar a legislação, estamos junto com o senhor, veio de uma escola militar vão fazer outro serviço, é esse ponto que eu estou falando, o contrato já vai ser quase 500, 300 com mais 200, vai dar 500. Vai atingir o teto, vamos ver para onde vão ser implantados esses meninos. Eu concordo que eles devam estar dentro daquele sistema de videomonitoramento, dentro de um SIOP, atendendo telefone de forma educada, eles estão muito modernos. E assim, Dr. Glauber, ninguém está aqui discutindo a questão de... O meu ponto aqui primordial é debater o orçamento, porque a agricultura passou horas e horas debatendo a agricultura, aumentou o orçamento dela. Toda vez aumenta. Aí as outras áreas debatem, debatem, também melhor. E a gente aqui na Segurança não avança quase nada.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Outra coisa Deputado Jesuíno, o Coronel também. O Tribunal de Contas e o Ministério Público não podem ficar mandando não, se eu fosse o Prefeito ou o Governador e Ministério Público, eu estou fazendo a coisa certa, atendendo a população, se o Ministério Público e Tribunal de Contas vir pedir, vir dizer o que eu tenho que fazer, eu entrego para ele: “estou levantando da cadeira, vocês assumem aqui para administrar”. Eu sou uma pessoa, defensor da justiça, do Ministério Público, agora tem muito exagero aí. O Ministério Público tem que olhar se o cara está fazendo coisa, criminoso, errado ou não; ele não tem que estar dizendo... Por que se a lei está dizendo que nós não podemos tirar o dinheiro desses Fundos que não está servindo para nada, é só nós mudarmos a lei, tirar esse dinheiro para investir em educação, em saúde. Criminoso é nós deixarmos dinheiro parado lá e o povo sem educação e sem segurança e sem saúde. Isso que é criminoso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Secretário para suas considerações.

O SR. CEL. LIOBERTO CAETANO DE SOUZA – A gente concorda, Deputado Hermínio, com isso, temos que arrumar meios para solucionar o problema, que não dá para solucionar no estalar do dedo. A nossa grande preocupação é essa, parece que quem chega: “amanhã, vamos fazer um decreto, acabou a violência”. Não é assim que vai funcionar. O Brasil está com uma dificuldade social muito grande, que não foi a gente que criou, mas existe, mas eu queria assim encerrar, agradecer, dizer, tranquilizar os senhores que as contratações que nós vamos fazer, ou devemos fazer no futuro, a partir de já, talvez, o SAV - Sistema do Serviço Voluntário não afeta em nada a contratação, não vai diminuir, eu contrato 50 meninos desses, eu não vou diminuir 50 policiais, não tem nada a ver uma coisa com a outra, absolutamente nada, podem ficar tranquilos. Nós vamos fazer o que tiver que fazer para que o efetivo da PM avance, nós vamos entregar o efetivo da PM melhor do que nós recebemos. Isso é fato. Agora nós precisamos ter estratégia para isso, a gente não pode ficar especulando as coisas e agradeço, Deputado Jesuíno, pela sua iniciativa, ao Deputado Hermínio também, nós estamos à disposição, tem muitas coisas que nós precisamos concordar, que precisa melhorar mesmo, vamos buscar essas informações aí nos Fun-

dos, eu acho que o DETRAN pode nos ajudar mais com certeza e estamos à disposição, contamos com o apoio de todos, assim como sempre os senhores têm feito e agradeço também aos nossos colegas que vieram aqui prestigiar esse evento. O ideal que numa reunião dessas estivesse lotado o plenário, estive a maioria dos Deputados aqui, porque são os assuntos que estão em pauta hoje e a segurança pública é fato, quando a gente sair daqui e ligar a TV, nós vamos está tratando sobre segurança pública. Então, falo isso no sentido de estimular as pessoas a discutir mais segurança pública, para nós é muito importante. Então muito obrigado, parabéns ao Glauber aqui também, obrigado pelo apoio; a senhora da SEPOG obrigado pela atenção.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado a todos. Encerrando o trabalho da Comissão Geral e retornando a Sessão Ordinária

(Às 14 horas e 15 minutos encerra-se a Comissão Geral e retorna a Sessão Ordinária)

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 12 de dezembro, no horário regimental, às 15 horas, e comunico que no dia 7 de dezembro, haverá Sessão Solene, de autoria do Deputado Léo Moraes, às 9 horas, em homenagem ao Dia do Perito Criminal e Audiência Pública de autoria do Deputado Anderson do Singeperon, às 15 horas, para discutir sobre a Lei Harfouche.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 14 horas e 16 minutos)

SECRETARIA GERAL

Ato da Secretaria Geral nº 18/SG/2017

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, com base no inciso XV do § 1º do Art. 15 do Ato nº 09/2015 - MD/ALE, de 11 de novembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Durante o Recesso Parlamentar (15 de dezembro/2017 a 14 de fevereiro /2018) o expediente será das 7h30 às 13h30 de segunda-feira a sexta-feira, retornando ao expediente normal após o período ora estabelecido.

Este Ato entra em vigor no dia de sua publicação.

Porto Velho, 12 de dezembro de 2017.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretario Geral - ALE/RO

De acordo

DEP. MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2470/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ANA PAULA DA SILVA SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Marcelino Tenório, a contar de 05 de dezembro de 2017.

Porto Velho, 06 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2457/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência Cargo em Comissão da servidora **CARLA DOS SANTOS MARIANO**, matrícula 200163090 Assistente Parlamentar, para código ASP-18, do Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 05 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2436/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação do servidor **CARLOS ALBERTO PEDRO ROSA**, matrícula 200163646, Assistente Parlamentar, para o Gabinete da 1ª Vice Presidência - Deputado Edson Martins, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2493/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

CARLOS ROBERTO CORREIA DE VASCONCELOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, do Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2532/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão da servidora **CAROLINE ARAUJO FERREIRA**, matrícula 200162820, Assistente Parlamentar, para código ASP-27, do Gabinete da Secretaria Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 08 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2426/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão da servidora **CRISTINA DA SILVA ROCHA**, matrícula 200163626, Assessor Técnico, para código AT-28, do Gabinete da Comissão Permanente de Educação e Cultura, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 01 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto/R

ATO Nº2453/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

DANIEL LEMES SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Só na Bença, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2494/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

DEIVIDE LOPES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2562/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

O ATO Nº 2515/2017-SRH/P/ALE, de 07/12/2017, que alterou a referência do servidor **DIEGO RODRIGUES DE AZEVEDO GOES**, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 211, de 14 de dezembro de 2017.

Porto Velho, 15 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2488/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

EDVILSON BRAZ DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Divisão de Transporte, código DGS-3, no Departamento de Logística, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2489/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ELAINE REGINA PEREIRA MAIA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2544/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

ELIENIO DE NAZARE NASCIMENTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor do Departamento de Comunicação Social, código DGS-2, a contar de 13 de dezembro de 2017.

Porto Velho, 13 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2456/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

EVELIN DOS SANTOS OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Só na Bença, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2520/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

FABRICIO ALMEIDA DE BARROS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Cleiton Roque, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 08 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2431/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

FERNANDA DANTAS MOTA KNIGHTS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, no Gabinete da Comissão Permanente de Educação e Cultura, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2563/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão do servidor **FRANCISCO DIEGO DA LUZ ARAUJO**, matrícula 200161880, Assistente Técnico, para código AST-27, da Escola do Legislativo, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 15 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2432/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

GEOVANA DO NASCIMENTO RODRIGUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, no Gabinete da Comissão Permanente de Educação e Cultura, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2468/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação do servidor **GERSON SANTOS GUIMARAES**, matrícula 200164049, Assistente Técnico, para o Gabinete da Comissão Permanente de Habitação e Assuntos Municipais, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 05 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2496/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

GUSTAVO VITRIO DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-

27, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2458/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão da servidora **ISIS DA SILVA FERNANDES PIANOVSKI**, matrícula 200164133, Assistente Parlamentar, para código ASP-21, do Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 05 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2474/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

KEILA CRISTINA MACEDO ALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Geraldo da Rondônia, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 06 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2452/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência Cargo em Comissão da servidora **KELI DE OLIVEIRA AFONSO**, matrícula 200163433, Assistente Parlamen-

tar, para código ASP-24, do Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2469/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **LUANA ALICE CASTRO DE OLIVEIRA**, matrícula 200163677, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Habitação e Assuntos Municipais, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 05 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2492/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARCIA CRISTINA GONÇALVES LACERDA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 04 de dezembro de 2017.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2455/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARIA ERNISIA DA CONCEIÇÃO SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de dezembro de 2017.

digo ASP-11, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2434/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARIA JOSE DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da 4ª Secretaria -Deputada Rosângela Donadon, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2454/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MILKA CRISTINA LOPES NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-20, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira do Singeperon, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2506/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação do servidor **PEDRO HENRIQUE DINIZ BURITI**, matrícula 200164187, Assessor Técnico, para o Gabinete da Superintendência de Finanças, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2430/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

PRISCILA NOGUEIRA MELGAR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, no Gabinete da Comissão Permanente de Transporte e Obras Públicas, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2417/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

RICHARDE PEREIRA NUNES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, do Departamento de Comunicação Social, a partir de 30 de novembro de 2017.

Porto Velho, 30 de novembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto/RO

ATO Nº2509/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

RICHARDE PEREIRA NUNES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2505/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **ROBERTA BERGONZINI**, matrícula 200162847, para Chefe de Divisão de Treinamento e Seleção de Pessoal, código DGS-3, e relatar na Superintendência de Recursos Humanos, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2475/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ROBSON DOS SANTOS MONTEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Geraldo da Rondônia, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 06 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2527/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência Cargo em Comissão do servidor **VANILSON DE SOUZA**, matrícula 200164108, Assessor Técnico, para código AT-19, do Departamento de Logística, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 08 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 2435/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

WELINGTON DE BRITO WERLANG, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, código DGS-1, no Gabinete da Deputada Rosângela Donadon, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 882/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 20 a 23/12/2017 ao servidor relacionado, que irá participar de reunião na cidade de Brasília, na Secretária de Aviação Civil-SAC, sobre o Processo nº 67000.011410/2017-11 que trata do obstáculo ao SBPV (código aeronáutico do aeroporto de Porto Velho) sobre a nova sede da ALE/RO, conforme Processo nº. 00018682/2017-78.

Matricula: 200163309
Nome: Arildo Lopes da Silva
Cargo: Secretário Geral
Lotação: Gab. Secretaria Geral

Porto Velho - RO, 14 de Dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto/RO

ATO Nº 883/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 20 a 23/12/2017 ao servidor relacionado, que irá acompanhar o Sr. Secretário

Geral em reunião na cidade de Brasília, na Secretária de Aviação Civil-SAC, sobre o Processo nº 67000.011410/2017-11 que trata do obstáculo ao SBPV (código aeronáutico do aeroporto de Porto Velho) sobre a nova sede da ALE/RO, conforme Processo nº. 00018682/2017-78.

Matricula: 200160523
Nome: Rodrigo Assis Silva
Cargo: Secretário Especial
Lotação: Sec.Esp.Eng.Arquit.

Porto Velho - RO, 14 de Dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto/RO

ATO Nº 884/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 15 a 17/12/2017 ao servidor relacionado, que irá realizar serviços de cobertura jornalística e fotográfica para a presidência desta Casa, nos municípios de Ariquemes, Jaru e Ouro Preto do Oeste - RO, conforme Processo nº. 0018820/2017-44.

Matricula: 200163590
Nome: Stanislany de Sena Brito
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dept.Com.Social

Porto Velho - RO, 15 de Dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 885/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 15 a 17/12/2017, aos servidores relacionados, conforme Processo nº. 0018820/2017-44.

Matricula: 200163596
Nome: Alberto Andrade do Nascimento
Cargo: Assist. Técnico
Lotação: Dep. Pol. Legislat.

Matricula: 200161845
Nome: João Paulo G de S. Carvalho
Cargo: Assist. Técnico
Lotação: Secr. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 15 de Dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 886/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 15 a 17/12/2017 ao servidor relacionado, que irá acompanhar o Senhor Presidente deste Poder com assessoramento de cobertura jornalística em reuniões agendada nos municípios de Ariquemes, Jarú e Ouro Preto do Oeste - RO, conforme Processo nº. 0018820/2017-44.

Matricula: 200163186
Nome: Olívio Gilberto Persch
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 15 de Dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 887/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 15 a 18/12/2017, aos servidores relacionados que irão realizar a implantação e publicação via web do Portal Modelo e treinamento aos técnicos da Prefeitura, no município de Castanheiras - RO, conforme Processo nº.00018830/2017-49.

Matricula: 200163954
Nome: Antonilson Da Silva Moura
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dept. Informática

Matricula: 200163001
Nome: Irenilson Silva Paizante
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dept. Informática

Matricula: 200163611
Nome: Jamilton da Silva Costa
Cargo: Diretor de Depart.o
Lotação: Dept. Informática

Porto Velho - RO, 18 de Dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
Processo Eletrônico nº 017/2017/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 13977/2017-99

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, por meio de sua Pregoeira, designada através do **ATO Nº 2250/2017-SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados que a licitação supracitada tendo como finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de limpeza**, a pedido do **Departamento de Logística**, foi declarada **FRACASSADA**, por ausência de competição, conforme relatório acostado nos autos. Os autos encontram-se franqueados aos interessados.

Porto Velho-RO, 18 de dezembro de 2017.

Lourdes Terezinha Lena
Pregoeira ALE/RO

AVISO DE SUSPENSÃO – sine die
Pregão Eletrônico nº 016/2017/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 14484/2017-11

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - PPP**, nomeada pelo **ATO Nº 2250/2017-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o Edital supracitado, que tem por finalidade a **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gestão de manutenção corretiva e preventiva de veículos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, o que adiante segue:

Em virtude de pedidos de impugnação e questionamentos efetuados por licitantes, comunicamos a **SUSPENSÃO – sine die** - do ato público de recebimento e abertura das propostas previstas para o dia **20/12/2017, às 12h:00min.**

Informamos, ainda, que em razão da necessidade de revisão do Edital e anexos, a **nova data do certame** será divulgada oportunamente conforme disposto no § 4º, do art, 21, da Lei Federal 8.666/93.

Porto Velho, 18 de dezembro de 2017.

Lourdes Terezinha Lena
Pregoeira ALE/RO